



Secretaria Geral



UNICAMP

CAD

266^a Sessão

03.04.12 – 10:00 Horas

Ordem do Dia

Itens 01 a 47

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO

REITOR – FERNANDO FERREIRA COSTA

CGU – EDGAR SALVADORI DE DECCA
PRDU – PAULO EDUARDO MOREIRA RODRIGUES DA SILVA
PREAC - JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER

DIRETORES

Titulares

FCA - SERGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO
IEL - MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI
IFGW - DANIEL PEREIRA
FEEC - JOSÉ ANTENOR POMILIO
FEQ - LILIANE MARIA FERRARESO LONA
IE - FERNANDO SARTI
FCM – MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD
IG - SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA

Suplentes

FEC - PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA
IFCH - NÁDIA FARAGE
FE - SÉRGIO ANTONIO DA SILVA LEITE

DOCENTES

Titulares

ROBERTO TEIXEIRA MENDES
WALKIRIA HANADA VIOTTO
MARIA SILVIA VICCARI GATTI
PAULO SÉRGIO SARAN
MARCELO BROCCHI
GLÁUCIA MARIA PASTORE
ANTONIO ALCIR BERNÁRDEZ PÉCORÁ

Suplentes

ALVARO PENTEADO CRÓSTA
CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
CARLOS HENRIQUE POLLI
SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ

SUPERINTENDENTE DO HC

MANOEL BARROS BÉRTOLO

DISCENTES

Titulares

SYLLA JOHN LERRO TAVES
ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE
aguardando indicação

Suplente

ALAN GODOY SOUZA MELLO

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Titulares

CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA

Suplentes

JESSÉ TARGINO DA SILVA
MARGARIDA BARBOSA

COMUNIDADE EXTERNA

Titulares

FAPESP – SEDI HIRANO
DIEESE – ALBERTO SOARES DA SILVA

EXPEDIENTE

- A** - SÚMULAS DAS ATAS DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO: 96ª REUNIÃO, realizada em 25.08.11 e 97ª REUNIÃO, realizada em 24.11.11 aprovadas na 98ª Reunião, de 09.02.12 - Para Ciência - fls. 01 a 34.

ORDEM DO DIA

I - PARA DELIBERAÇÃO

A - NOMEAÇÕES NA PARTE PERMANENTE DO QD, mediante aprovação em Concurso Público - Pareceres exarados pela CPDI

a) Ingresso no RDIDP

- 01) Nº 18-P-29355/11 SÁVIO SOUZA VENÂNCIO VIANNA – FEQ – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Otimização de Processos – Depto. de Engenharia de Sistemas Químicos - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Ingresso do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 16.12.11 – Par. CPDI-62/12 – fls. 01.
- TITULAÇÃO: Doctor of Philosophy – University of Cambridge - Inglaterra/2010.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 59 do processo.
- 02) Nº 21-P-28955/11 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA – IEL – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Língua Materna – Depto. de Linguística Aplicada - Concurso homologado pela CEPE em 1º.11.11 – 2) Ingresso no RDIDP – Aprovado pela Congregação em 24.11.11 – Par. CPDI-61/12 – fls. 02.
- TITULAÇÃO: Doutor em Linguística Aplicada – IEL/UNICAMP/2011. Tese homologada pela CCPG em 13.07.11.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 56 do processo.
- 03) Nº 09-P-2549/12 OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL – IFCH – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Estado, Processos Políticos e Organização de Interesses – Depto. de Ciência Política - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Ingresso no RDIDP – Aprovado pela Congregação em 07.03.12 – Par. CPDI-60/12 – fls. 03.
- TITULAÇÃO: Doutor em Ciência Política – IFCH/UNICAMP/2010. Tese homologada pela CCPG em 04.02.11.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 48 do processo.

- 04) Nº 09-P-2450/12 JOSIANNE FRÂNCIA CERASOLI – IFCH – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de História do Brasil – Depto. de História - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Ingresso no RDIDP – Aprovado pela Congregação em 07.03.12 – Par. CPDI-59/12 – fls. 04.
- TITULAÇÃO: Doutor em História – IFCH/UNICAMP/2004. Tese homologada pela CCPG em 15.04.04.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 68 do processo.
- 05) Nº 04-P-27712/04 FLÁVIO LUÍS SCHMIDT – FEA – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Tecnologia de Frutas, Hortaliças, Leguminosas, Bebidas, Açúcar e Produtos Açucarados – Depto. de Tecnologia de Alimentos - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Ingresso no RDIDP – Aprovado pela Congregação em 13.02.12 – Par. CPDI-57/12 – fls. 05.
- TITULAÇÃO: Doutor em Ciência de Alimentos – FEA/UNICAMP/2000. Tese homologada pela CCPG em 13.11.00.
- NOTA DA SG: a partir de 11.07.05 – admissão – Prof. Doutor - nível MS-3 – RDIDP – PE – por 06 anos.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 60 – Vol. II do processo.
- 06) Nº 06-P-16087/05 FÁBIO LUIZ MIALHE – FOP – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Educação para a Saúde – Depto. de Odontologia Social - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Ingresso no RDIDP – Aprovado pela Congregação em 29.02.12 – Par. CPDI-56/12 – fls. 06.
- TITULAÇÃO: Livre-Docente – FOP/UNICAMP/2009. Concurso homologado pela CEPE em 02.06.09.
- NOTA DA SG: a partir de 03.01.06 – admissão – Prof. Doutor – MS-3 – RDIDP – PE – por 06 anos.
- a partir de 29.04.09 – Prof. Associado - nível MS-5 – RDIDP – PE, em virtude da obtenção do título de Livre-Docente.
- OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 202 do processo.
- 07) Nº 34-P-4546/12 JULIANA FREITAG BORIN – IC – 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor – nível MS-3 – RTP – área de Fundamentos de Computação – Depto. de Sistemas de Computação -

Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 - 2) Ingresso no RDIDP - Aprovado pela Congregação em 07.03.12 - Par. CPDI-58/12 - fls. 07.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciência da Computação - IC/UNICAMP/2010. Tese homologada pela CCPG em 18.05.10.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 46 do processo.

08) Nº 36-P-28344/11

PAULO HAYASHI JÚNIOR - FCA - 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor - nível MS-3 - RTP - área de Gestão - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 - 2) Ingresso no RDIDP - Aprovado pelo GT-FCA em 13.03.12 - Par. *ad referendum* da CPDI em 21.03.12 - fls. 08.

TITULAÇÃO: Doutor em Administração - UFRGS/2011.

NOTA DA SG: Ingresso no RDIDP condicionado à homologação pela CPDI em 10.04.11.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 50 do processo.

09) Nº 36-P-19709/09

Destaque

MÁRCIO MARCELO BELLI - FCA - 1) Nomeação na PP: Prof. Doutor - nível MS-3 - RTP - área de Economia e Gestão - Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 - 2) Ingresso no RDIDP - Aprovado pelo GT-FCA em 19.12.11 - Par. CPDI-52/12 - não aprova o ingresso no RDIDP - fls. 09 a 19.

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências Contábeis - USP/2009.

NOTA DA SG: a partir de 11.02.10 - admissão - Prof. Doutor - nível MS-3 - RDIDP - PE - por 03 anos.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 191 do processo.

b) Aplicação do RDIDP

10) Nº 01-P-3819/85

RICARDO MACHADO LEITE DE BARROS - FEF - 1) Nomeação na PP: Prof. Titular - nível MS-6 - RTP - área de Biodinâmica do Movimento - Concurso homologado pela CEPE em 06.03.12 - 2) Aplicação do RDIDP - Aprovado pela Congregação em 14.12.11 - Par. CPDI-55/12 - fls. 20.

TITULAÇÃO: Professor Titular - FEF/UNICAMP/2012. Concurso homologado pela CEPE em 06.03.12.

NOTA DA SG: a partir de 03.12.2002 – Professor Associado – MS-5 – RDIDP – PP, em virtude da obtenção do título de Livre-Docente.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 229 – Vol. II do processo.

11) Nº 19-P-18918/95

EVELY BORUCHOVITCH – FE – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Psicologia Educacional – Depto. de Psicologia Educacional – Concurso homologado pela CEPE em 06.03.12 – 2) Aplicação do RDIDP – Aprovado pela Congregação em 29.02.12 – Par. CPDI-53/12 – fls. 21.

TITULAÇÃO: Professor Titular – FE/UNICAMP/2012. Concurso homologado pela CEPE em 06.03.12.

NOTA DA SG: a partir de 28.02.2007 – Professor Associado – MS-5 – RDIDP – PP, em virtude da obtenção do título de Livre-Docente.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 186 – Vol. II do processo.

12) Nº 01-P-4765/86

JAIME PORTUGHEIS – FT – 1) Nomeação na PP: Prof. Titular – nível MS-6 – RTP – área de Tecnologia para a Informação, Comunicação e Instrumentação – Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12 – 2) Aplicação do RDIDP – Aprovado pelo Colegiado Provisório em 15.03.12 – Par. CPDI-54/12 – fls. 22.

TITULAÇÃO: Professor Titular – FT/UNICAMP/2012. Concurso homologado pela CEPE em 07.02.12.

NOTA DA SG: a partir de 03.01.2001, de acordo com a Del. Consu-A-15/00 – Professor Associado – MS-5 – RDIDP – PP.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 94 – Vol. II do processo.

B - ADMISSÕES NA PE, conforme o disposto nas Deliberações CONSU-A-02/01, 04/03 e 11/03 – Pareceres exarado pela CADI e CPDI

13) Nº 36-P-19573/11

JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES – FCA – Prof. Doutor – nível MS-3 – RDIDP – por 02 anos improrrogáveis – área de Engenharia/Projeto – Aprovada pelo GT-FCA em 11.10.11 – Pars. CADI-70/12 e CPDI-63/12 – fls. 23 a 29.

TITULAÇÃO: Doutor em Engenharia Elétrica - USP/2002.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 155 do processo.

NOTA DA SG: Processo Seletivo homologado na 259ª Sessão - 09.08.11.

14) Nº 36-P-5786/12

HERTA AVALOS VIEGAS - FCA - Prof. Doutor - nível MS-3 - RTP - por 02 anos - área de Economia e Gestão - Deliberação do GT-FCA em 13.03.12 - fls. 30 a 33.

TITULAÇÃO: Doktor der Agrarwissenschaften - Universität Hohenheim/2004.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 57 do processo.

NOTA DA SG: Processo Seletivo homologado na 242ª Sessão - 02.02.10.

C - PRORROGAÇÕES DE PRAZOS DE ADMISSÕES NA PE, conforme Deliberações CONSU-A-02/01 e 04/03 - Pareceres exarados pela CADI

15) Nº 03-P-23145/02

ROSANGELA BARROS ZANONI LOPES MORENO - FEM - Prof. Doutor - nível MS-3 - RDIDP - PE - por 03 anos, a partir de 08.05.12 - área de Energia, Térmica e Fluidos e Petróleo - Depto. de Engenharia de Petróleo - Aprovada pela Congregação em 12.12.11 - Par. CADI-123/12 - fls. 34 a 36.

TITULAÇÃO: Doutor em Engenharia Mecânica - FEM/UNICAMP/2000. Tese homologada pela CCPG em 10.04.01.

NOTA DA SG: a partir de 08.05.09 - admissão - Prof. Doutor - nível MS-3 - RDIDP - PE - por 03 anos.

16) Nº 10-P-29129/08

OLIVÂINE SANTANA DE QUEIROZ - IMECC - Prof. Doutor - nível MS-3 - RDIDP - PE - por 03 anos, a partir de 06.07.12 - área de Geometria/Topologia - Depto. de Matemática - Aprovada pela Congregação em 15.12.11 - Par. CADI-124/12 - fls. 37 e 38.

TITULAÇÃO: Doutor em Matemática - IMECC/UNICAMP/2008. Tese homologada pela CCPG em 20.08.08.

NOTA DA SG: a partir de 06.07.09 - admissão - Prof. Doutor - nível MS-3 - RDIDP - PE - por 03 anos.

17) Nº 10-P-16540/07

RAFAEL DE FREITAS LEÃO - IMECC - Prof. Doutor – nível MS-3 – RDIDP - PE – por 03 anos, a partir de 25.05.12 - área de Geometria/Topologia - Depto. de Matemática - Aprovada pela Congregação em 15.12.11 – Par. CADI-125/12 - fls. 39 e 40.

TITULAÇÃO: Doutor em Matemática - IMECC/UNICAMP/2007. Tese homologada pela CCPG em 15.06.07.

NOTA DA SG: a partir de 25.05.09 – admissão – Prof. Doutor – nível MS-3 – RDIDP – PE - por 03 anos.

D - REINGRESSO NO RDIDP, conforme o disposto na Deliberação CONSU-A-02/01 – Parecer exarado pela CPDI

18) Nº 01-P-1946/83

AMNÉRIS ANGELA MARONI – IFCH – Reingresso no RDIDP - Prof. Doutor – nível MS-3 – PS – Depto. de Antropologia - Aprovada pela Congregação em 03.08.11 - Par. CPDI-48/12 (não aprova o Reingresso) - fls. 41 a 48.

Destaque

TITULAÇÃO: Doutor em Ciências Sociais – PUC-SP/1994.

NOTA DA SG: a partir de 03.07.2001 – mudança de regime de trabalho de RDIDP para RTC – Prof. Doutor – nível MS-3 – PS.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 149 – Vol. II do processo.

E - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

19) Nº 28-P-27760/09

MARCO TÚLIO OSPINA PATINO – FEAGRI – Prof. Doutor – nível MS-3 – RDIDP - PE/QD – fls. 49 a 80.

Destaque

- Relatório de Atividades – período novembro/10 a outubro/11
- Comissão de Graduação – aprova o R.A.
- Coordenadoria de Pós-Graduação - aprova o R.A.
- Conselho Integrado de Planejamento e Gestão - aprova o R.A.
- Comissão de Especialistas – aprova o R.A.
- Congregação - aprova o R.A.
- Par. CPDI-50/12 – não aprova o R.A. e não aprova a permanência do docente no RDIDP.

NOTA DA SG: a partir de 1º.03.10 – admissão – Professor Doutor – nível MS-3 – RDIDP – PE – por 03 anos.

**F - CARREIRA DO MAGISTÉRIO SECUNDÁRIO TÉCNICO - Admissão -
Pareceres exarados pela CAI e CADI**

20) Nº 12-P-4259/12

CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO – COTUCA – Professor – Categoria MST-III – nível H – em jornada de 20 horas semanais – Depto. de Ciências – Aprovada *ad referendum* pela Comissão Geral de Avaliação – CGA em 13.03.12 – Pars. Aprovado *ad referendum* da CAI-25/12 e CADI-263/12 – fls. 81 a 83.

TITULAÇÃO: Mestre em Matemática – IMECC/UNICAMP/1998. Tese homologada pela CCPG em 03.04.98.

NOTA DA SG: A referida admissão fica condicionada à homologação do Processo Seletivo pela CEPE na 267ª Sessão – 03.04.12.

OBS: os recursos encontram-se reservados às fls. 83 do processo.

G - CARREIRA DE PESQUISADOR, conforme o disposto na Deliberação CAD-A-02/05 - Admissão

21) Nº 01-P-5195/12

MAÍSA FALEIROS DA CUNHA – NEPO – Pesquisador – nível C – 40 horas semanais – área de Demografia Histórica – Processo Seletivo homologado pela CEPE em 06.03.12 - Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 16.03.12. – fls. 84 a 86.

TITULAÇÃO: Doutor em Demografia – IFCH/UNICAMP/2009. Tese homologada pela CEPE em 15.04.09.

OBS: Os recursos encontram-se reservados às fls. 103 do processo.

**H - PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÕES DE VAGAS A ÓRGÃOS DA UNIVERSIDADE -
Pareceres CVD**

22) Nº 01-P-5039/09

CEL – atribuição de vaga e recurso para admissão de um docente na Carreira DEL, em jornada de 40 horas semanais, na categoria e nível correspondentes à titulação do docente a ser contratado, conforme

Deliberações CEPE-A-04/1996 e CONSU-A-19/2005, para à área de Língua Francesa – Parecer CVD-13/12 - fls. 87 a 91.

- 23) Nº 01-P-5039/09 COTUCA – atribuição de vaga e recurso para admissão de um docente na carreira MST, nível C, H ou J, de acordo com a titulação do docente a ser contratado, em jornada de 10 horas semanais, para assegurar o oferecimento da disciplina de Língua Espanhola, em atendimento às exigências da Resolução SE nº 05, de 14.02.2010, baseada na Lei Federal 11.161, de 05.08.2005, que tornam obrigatório o oferecimento da ensino dessa língua pelas escolas públicas de Ensino Médio – Parecer CVD-14/12 – fls. 92 e 93.

I – ÁREAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Prestação de Contas - Pareceres exarados pelas Unidades

NOTA DA SG: As Prestações de Contas e respectivos pareceres estão disponíveis em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 24) Nº 07-P-18729/07 IB – Prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011, de recursos movimentados, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Material Didático para Ensino de Genética e Evolução – Parecer da Congregação IB-19/12 e Parecer ARCC de 23.02.12.
- 25) Nº 07-P-7320/08 IB – Prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011, de recursos movimentados, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Desenvolvimento e Estabelecimento de Diagnóstico e Imunodiagnóstico – Parecer da Congregação IB-20/12 e Parecer ARCC de 23.02.12.
- 26) Nº 07-P-2925/98 IB – Prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011, de recursos movimentados, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Estudo Ultra-Estrutural – Parecer da Congregação IB-18/12 e Parecer ARCC de 23.02.12.
- 27) Nº 07-P-15096/09 IB – Prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Fisiologia do Sistema Digestório, Nutrição e Metabolismo, sem movimentação de recursos – Parecer da Congregação IB-21/12 e Parecer ARCC de 23.02.12.
- 28) Nº 07-P-25095/02 IB – Prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011, através da área de prestação de serviços de pequena monta: Biologia Vegetal, sem movimentação de recursos – Parecer da Congregação IB-17/12 e Parecer ARCC de 23.02.12.

J - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE CONVÊNIO

NOTA DA SG: O Parecer encontra-se disponível em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 29) Nº 32-P-11634/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Relatório Final de Atividades de Contrato
Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Laboratório de Análises Clínicas Ramos de Souza Ltda.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro.
Período: 22.05.2006 a 21.05.2011
Resumo do Objeto: realização de Exames Laboratoriais de pacientes.
Parecer: CONEX
Obs: O Termo de Aditamento encontra-se no item 38 da pauta.
- 30) Nº 32-P-2583/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Relatório Final de Atividades de Contrato
Partes: UNICAMP/FUNCAMP e o Instituto Vozza de Medicina e Diagnose Ltda.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro
Período: 22.05.2006 a 21.05.2011
Resumo do Objeto: realização de Exames Laboratoriais de pacientes.
Parecer: CONEX
Obs: O Termo de Aditamento encontra-se no item 39 da pauta.
- 31) Nº 32-P-23790/05 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Relatório Final de Atividades de Contrato
Partes: UNICAMP e o Serviço de Hematologia de São José dos Campos.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro.
Período: 22.05.2006 a 21.05.2011
Resumo do Objeto: realização de exames laboratoriais.
Parecer: CONEX
Obs: O Termo de Aditamento encontra-se no item 40 da pauta.
- 32) Nº 32-P-11868/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Relatório Final de Atividades de Contrato
Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Hospital Beneficente Santa Gertrudes
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro

Período: 30.05.2006 a 29.05.2011

Resumo do Objeto: realização de atendimento transfusional à distância e a realização de procedimentos que visem adequar os hemocomponentes às necessidades específicas de determinados pacientes, mediante solicitação e após avaliação do médico hemoterapeuta autorizado pelo HEMOCENTRO/UNICAMP.

Parecer: CONEX

Obs: O Termo de Aditamento encontra-se no item 41 da pauta.

33) Nº 32-P-26387/02

Interessado: HEMOCENTRO

Espécie: Relatório Final de Atividades de Contrato

Partes: UNICAMP e Hospital Municipal Dr. Mário Gatti

Executores: Cármino Antonio de Souza/HEMOCENTRO e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/HEMOCENTRO

Período: 07.12.2005 a 06.12.2010

Resumo do Objeto: regulamentação da parceria na manutenção das atividades da Unidade de Coleta e na Agência Transfusional denominada de Unidade Externa – Mário Gatti.

Parecer: CONEX

34) Nº 01-P-29656/09

Interessado: INOVA

Espécie: Relatório Final de Atividades de Convênio

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Rheabiotech Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Biotecnologia

Executores: Davi Inocêncio, Sales/INCAMP e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA

Período: 31.03.2010 a 19.04.2011

Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a UNICAMP e a Rheabiotech estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da Rheabiotech.

Parecer: CONEX

Obs: O Termo de Rescisão encontra-se no item 42 da pauta.

35) 01-P-20983/08

Interessado: INOVA

Espécie: Relatório Final de Atividades de Convênio

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PHACTON – Desenvolvimento Tecnológico em Informatização Ltda.

Executores: Davi Inocêncio de Sales/INOVA e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA

Período: 20.10.2008 a 31.03.2011

Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a INCAMP e a Empresa Residente estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede

da Empresa Residente.

Parecer: CONEX

36) Nº 02-P-05031/97

Interessado: FCM

Espécie: Relatório Final de Termo Aditivo

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Secretaria de Estado da Saúde

Executores: Newton Kara José/FCM e Carlos Eduardo Leite Arieta/FCM

Período: 15.08.1997 a 28.10.2002

Resumo do Objeto: a) administração, pela FUNCAMP, dos recursos destinados às atividades desenvolvidas no Hospital Regional Oftalmológico de Taquaritinga pela Disciplina de Oftalmologia da FCM/UNICAMP; b) transferência de recursos financeiros do SUS/SP à Entidade, com vistas a prestação de serviços oftalmológicos através do Hospital Regional UNICAMP/Lions "Dante Manoel Buscardi" - Taquaritinga-SP.

Parecer: CONEX

37) Nº 01-P-18553/08

Interessado: INCAMP

Espécie: Relatório Final de Atividades de Convênio

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Veridis Tecnologia da Informação Ltda.

Executores: Davi Inocêncio de Sales/INCAMP e Roberto Alencar Lotufo/INOVA

Período: 20.10.2008 a 31.03.2011

Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a INCAMP e a Empresa Residente estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, à título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP, necessária à instalação, em caráter temporário, da sede da Empresa Residente.

Parecer: CONEX

II – PARA EMISSÃO DE PARECER**K - CONVÊNIOS**

NOTA DA SG: O texto integral do Convênio/Contrato e respectivos pareceres estão disponíveis em www.sg.unicamp.br. Consultas pelo nº do item da pauta.

- 38) Nº 32-P-11634/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Termo de Aditamento Nº 01
Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Laboratório de Análises Clínicas Ramos de Souza Ltda.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro.
Data de Assinatura: 13.08.09
Resumo do Objeto: reajustar os preços contratados, nos termos previstos na Cláusula Sexta do Contrato para realização de Exames Laboratoriais de pacientes.
Pareceres: PG-1637/09 e CONEX
Obs: O Relatório Final encontra-se no item 29 da pauta.
- 39) Nº 32-P-2583/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Termo de Aditamento Nº 01
Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Instituto Vozza de Medicina e Diagnose Ltda.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro.
Data de Assinatura: 04.08.09
Resumo do Objeto: reajustar os preços contratados, nos termos previstos na Cláusula Sexta do Contrato para realização de Exames Laboratoriais de pacientes, bem como alterar a razão social.
Pareceres: PG-1728/09 e CONEX
Obs: O Relatório Final encontra-se no item 30 da pauta.
- 40) Nº 32-P-23790/05 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Termo de Aditamento nº 01
Partes: UNICAMP e Serviço de Hematologia de São José dos Campos.
Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro.
Data de Assinatura: 15.06.2009
Resumo do Objeto: reajustar os preços contratados, nos termos previstos na Cláusula Sexta do Contrato para realização de exames laboratoriais.
Pareceres: PG-1630/09 e CONEX
Obs: O Relatório Final encontra-se no item 31 da pauta.
- 41) Nº 32-P-11868/00 **Interessado:** HEMOCENTRO
Espécie: Termo de Aditamento Nº 01

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Hospital Beneficente Santa Gertrudes

Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro

Data de Assinatura: 17.07.2007

Resumo do Objeto: revisão da Tabela de Transusão à Distância, nos termos da Cláusula Sexta, adequando-a à Portaria nº 1.469, de 10.07.2006, que regulamenta os valores e regras de ressarcimento ao atendimento realizado pelos serviços de hemoterapia públicos à pacientes não atendidos pelo SUS.

Pareceres: PG-1271/07 e CONEX

Obs: O Relatório Final encontra-se no item 32 da pauta.

42) Nº 01-P-29656/09

Interessado: INOVA

Espécie: Termo de Rescisão

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Rheabiotech Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Biotecnologia

Executores: Davi Inocência, Sales/INCAMP e Roberto de Alencar Lotufo/INOVA

Data de Assinatura: 19.04.2011

Resumo do Objeto: regulamentação das relações entre a UNICAMP e a Rheabiotech estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da Rheabiotech.

Pareceres: PG-520/11, 804/11 e CONEX

Obs: O Relatório Final encontra-se no item 34 da pauta.

43) Nº 01-P-11110/11

Interessado: INOVA

Espécie: Contrato

Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Laboratório Biovet S.A.

Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/INOVA – Marcelo Brocchi/IB e Fábio Trindade Maranhão Costa/IB

Data de Assinatura: 09.09.2011

Vigência: prazo da vigência da patente

Recursos: R\$ 9.000,00 (semestral) a título de "Royalties"

Resumo do Objeto: formalização do Licenciamento não exclusivo, da Licenciante para o Licenciado, para uso e exploração da tecnologia protegida junto ao INPI em 07.02.2009, sob nº PI0902944-3, intitulada "Vacinas compreendendo linhagens atenuadas, processo de construção de linhagens atenuadas, vetores vacinais e seu uso no tratamento da salmonelose" e de todo o *know how* relacionado à tecnologia, para fins de fabricação e comercialização de vacinas capazes de promover imunização e tratamento de salmonelose, e seu desenvolvimento.

Pareceres: PG-1772/11, INOVA e CONEX

44) Nº 01-P-21262/11

Interessado: INOVA**Espécie:** Contrato**Partes:** UNICAMP/FUNCAMP e Erios Equipamentos Técnicos e Científicos Ltda.**Executores:** Giselle Maria Marchi Baron/FOP e Flávio Henrique Baggio Aguiar/FOP - Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/INOVA**Data de Assinatura:** 21.12.2011**Vigência:** prazo da vigência da patente**Recursos:** R\$ 2.000,00 (semestral) a título de "Royalties"**Resumo do Objeto:** formalização do Licenciamento não exclusivo, da Licenciante para a Licenciada, para uso e exploração da tecnologia protegida junto ao INPI em 23.05.2011, sob nº 18110019106, intitulada "Dispositivo de jato de ar aquecido e seu uso" e de todo o *know how* relacionado à tecnologia, para fins de fabricação e comercialização sob encomenda do equipamento para uso laboratorial.**Pareceres:** PG-3204/11, INOVA e CONEX

45) Nº 01-P-20137/11

Interessado: INOVA**Espécie:** Contrato**Partes:** UNICAMP/FUNCAMP e ANS Pharma Consultoria Ltda ME.**Executores:** Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/INOVA - Mário José Abdalla Saad/FCM e Maria Helena de Melo Lima/FCM**Data de Assinatura:** 21.12.2011**Vigência:** pelo prazo de vigência da Patente**Recursos:** R\$ 3.000,00 (semestral) a título de "Royalties"**Resumo do Objeto:** formalização do Licenciamento não exclusivo, da Unicamp para a ANS Pharma, para uso e exploração da tecnologia protegida junto ao INPI em 10.12.2007, sob o nº PI0705370-3, intitulado "Processo de obtenção de uma preparação farmacêutica, preparação farmacêutica e seu uso como medicamento para lesões ulceradas" e de todo o *know how* relacionado à tecnologia, para fins de fabricação e comercialização do produto decorrente da tecnologia.**Pareceres:** PG-3374/11, INOVA e CONEX

46) Nº 11-P-15506/05

Interessado: IQ**Espécie:** Aditivo**Partes:** UNICAMP/FUNCAMP e Bunge Fertilizantes S.A.**Executores:** Fernando Galembeck/IQ e Maria do Carmo Gonçalves/IQ**Data de Assinatura:** 1º.07.2011**Resumo do Objeto:** alterar a Cláusula Primeira; alterar a alínea "g" do item 3.1 da Cláusula Terceira; inserir o item 3.4 na Cláusula Terceira; alterar a Cláusula Quarta; e reiterar a vigência das demais cláusulas do Contrato para o licenciamento mundial e exclusivo para a BUNGE única e

especificamente do Pigmento Branco ou Tecnologia da Opacidade, na forma completamente representada pelas patentes e pedidos de patente listados no Anexo de Patentes.

Pareceres: PG-1685/11, PG-3017/11, INOVA e CONEX

47) Nº 01-P-4665/10

Interessado: GR

Espécie: Termo Aditivo Nº 02

Partes: UNICAMP e FUNCAMP

Executores: José Ranali/GR e Ricardo de Oliveira Anido/GR

Data de Assinatura: 16.03.2012

Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Segunda do Termo Aditivo nº 160 ao Convênio de Cooperação que objetivou a conjugação de esforços e recursos no sentido da plena realização do desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino, da pesquisa e prestação de serviços à coletividade.

Parecer: PG-947/12

1
Expediente

1 **SÚMULA DA ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e
3 cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às catorze horas e trinta minutos,
4 reuniu-se na sala de reuniões do Conselho Universitário a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor PAULO EDUARDO MOREIRA
6 RODRIGUES DA SILVA com a presença dos seguintes membros: Jacks Jorge Junior, João
7 Raimundo Mendonça de Souza, Joni de Almeida Amorim, Matilde Virgínia Scaramucci,
8 Paulo Sérgio Saran, Shirlei Maria Recco-Pimentel e Vivaldo Silveira Júnior. Justificaram
9 ausência à reunião os seguintes membros: Watson Loh, Maria Silvia Viccari Gatti e Claudio José
10 Servato. Esteve também presente à reunião o senhor Antônio Félix Duarte, Assessor da Aeplan –
11 Assessoria de Economia e Planejamento. Havendo *quorum*, o SENHOR PRESIDENTE dá
12 início à Nonagésima Sexta Sessão Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
13 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, informando que há duas
14 Súmulas que precisam ser apreciadas, da Nonagésima Quarta e da Nonagésima Quinta
15 reuniões. Não aprovaram a da Nonagésima Quarta na última reunião, porque houve mudança
16 da maioria dos membros. Foi feita uma consulta por *e-mail* aos membros presentes naquela
17 reunião e houve dois apontamentos feitos pelo acadêmico Joni Amorim, que já foram
18 contemplados, sendo assim, ela está aprovada. Com a Súmula da Nonagésima Quinta
19 acontece a mesma coisa, já que os membros que aqui se encontram não estavam presentes
20 naquela reunião. Para evitar a não aprovação da Súmula por ausência, agirão da mesma
21 forma, consultarão os que estiveram presentes naquela reunião do dia 26 de abril. Em seguida,
22 diz que os assuntos da Ordem do Dia de hoje tratam da Segunda Revisão Orçamentária de
23 2011 da Unicamp e da FCA, *Campus II*, de Limeira. Inicia com o item 01 – Proc. nº 01-P-
24 28831/10 - Segunda Revisão Orçamentária 2011 – Unicamp – Demonstrativo
25 Receita/Despesa - Informação AEPLAN nº 964/11. Como de praxe, solicita ao senhor
26 Antônio Félix que faça as explicações técnicas e depois abrirá para discussão. O senhor
27 ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que iniciará os esclarecimentos pelas páginas 9, onde há o
28 demonstrativo da arrecadação de ICMS do primeiro semestre de 2011, o que irá facilitar o
29 entendimento de alguns detalhes que farão em outros itens. Esse demonstrativo corresponde à
30 arrecadação efetivamente realizada dos seis primeiros meses do ano, que está lançada na
31 Tabela 1. Na coluna A, consta a estimativa de arrecadação do primeiro semestre no valor de
32 R\$35,707 bilhões, mas de fato a arrecadação do Estado somou R\$35,192 bilhões (coluna C).
33 Isso representa uma redução, em relação ao previsto, de 1,44%. Para a Unicamp, que tem sua
34 quota-parte de 2,1958% sobre o arrecadado, significou uma redução de receita de
35 R\$11.305.323,00 (coluna E). Uma informação adicional que não consta nesse quadro, porque
36 quando foi elaborado o Governo ainda não tinha o valor da arrecadação de julho, que estava
37 estimada em R\$6,077 bilhões, mas de fato arrecadou R\$6,014, o que significa 1,04% abaixo
38 do previsto. A Aeplan está trabalhando com a hipótese de, no exercício, arrecadar o valor
39 previsto para o ano, que é de R\$71,430 bilhões. Essa queda de arrecadação que vem se
40 apresentando em quase todos os meses do primeiro semestre pode ser de alguma forma

2 Expediente

1 recuperada no segundo semestre, quando a arrecadação, em geral, é um pouco melhor. Porém,
2 há vários indicadores econômicos que sinalizam que a economia está se desaquecendo; esse
3 era um sintoma já esperado, comentaram sobre isso na Proposta de Distribuição Orçamentária
4 apresentada em dezembro do ano passado, que havia o risco de a arrecadação de 2011, no
5 segundo semestre – e já apresentou isso no primeiro –, sofrer algum efeito das medidas que o
6 Governo tomou desde dezembro. A arrecadação não tem o mesmo desempenho que
7 apresentou o ano passado, não está com o mesmo ímpeto, o que vem se confirmando também
8 através dos índices de inflação. A inflação nesses meses mais recentes está perdendo
9 velocidade, que era o objetivo do governo central, quando implementou as medidas de
10 desaquecimento – ele queria baixar a inflação do patamar sinalizado nos primeiros meses do
11 ano, cuja projeção era de 6,5% até 7%. Por exemplo, a inflação medida pelo Índice Geral de
12 Preços – IGP, nos últimos dois meses, já foi negativa, o que indica que as medidas tomadas
13 pelo Governo de fato influenciaram a inflação. O IGP mede o atacado, e em um segundo
14 momento, esse índice negativo geralmente se reflete nos Índices de Preços ao Consumidor –
15 IPCs, que ainda não apresentaram índices negativos, mas já têm valores bastante baixos. O
16 Fipe, por exemplo, foi de 0,3% em julho e 0,01% em junho, em janeiro ele foi de 1,15%. Em
17 seguida, diz que às folhas 8 consta o Demonstrativo Receita/Despesa, que apresenta o
18 comportamento das diversas rubricas. A receita, em relação à proposta orçamentária inicial –
19 cujos valores constam da coluna A –, somava R\$1,616 bilhão, e nesta segunda revisão soma
20 R\$1,721 bilhão, ou seja, houve um acréscimo de R\$105 milhões. Esse acréscimo está
21 localizado na rubrica Quota-Parte de ICMS, cuja estimativa inicial era de R\$1,561 bilhão e
22 passou a R\$1,568 bilhão, o que resultou em R\$7,420 milhões a mais. Observou no quadro
23 anterior que a Unicamp perdeu R\$11 milhões de receita de ICMS no primeiro semestre, mas
24 irá recuperar esse valor no segundo, o que zera a conta de perdas e ganhos. Essa diferença de
25 R\$7,420 milhões foi produzida pelo diferencial em relação ao valor aprovado no Orçamento e
26 à estimativa para o ano; trata-se da diferença entre o que o Estado publicou no Diário Oficial
27 do Estado – DOE e o que, de fato, a Fazenda trabalha como previsão. O ganho de R\$7,420
28 milhões já tinha sido detectado na primeira revisão. No item Receitas Próprias, a estimativa
29 inicial era de R\$45,808 milhões, e agora estão trabalhando com a estimativa de R\$49,583
30 milhões; esse acréscimo apresentou-se principalmente na rubrica Rendimento de Aplicação
31 Financeira. Analisaram o comportamento das receitas no primeiro semestre e ajustaram as
32 projeções do ano para R\$3,775 milhões a mais. As receitas aumentaram R\$105 milhões, e o
33 que podem notar é que os dois principais itens que contribuíram para esse crescimento se
34 referem a saldos do ano passado. Está demonstrado às linhas 13 como Diferença de
35 arrecadação de dezembro de 2010, R\$22 milhões; e foram transferidos também do ano
36 passado R\$71,698 milhões, que correspondem ao saldo de recursos que estavam distribuídos
37 para as Unidades e que não foram executados. No que se refere às despesas, houve algumas
38 variações, mas no cômputo geral elas cresceram R\$99,407 milhões. É a diferença entre o
39 valor inicial, que está na coluna G, R\$1,616 bilhão, e a coluna K, R\$1,716 bilhão. Discorrerá
40 sobre os principais itens que marcaram o crescimento de despesas. O primeiro é o Pessoal,

3 Expediente

1 cuja estimativa inicial era de R\$1,309 bilhão e a atual é de R\$1,385 bilhão, acréscimo de
2 R\$76,114 milhões, proveniente do reajuste salarial concedido em maio e da revisão e
3 ampliação do programa de auxílio-alimentação; basicamente foram esses dois que mais
4 contribuíram para tal acréscimo. Outro item que também teve crescimento e que deve explicar
5 é o item do Grupo III – Despesas de Utilidade Pública. A estimativa inicial era de R\$30,141
6 milhões; atualmente é de R\$33,977 milhões, com acréscimo de R\$3,836 milhões, resultado da
7 revisão nas projeções de despesas com água e energia elétrica e também de um reajuste do
8 preço da energia, a partir de abril, de 7,72%. Essas explicações constam, com maiores
9 detalhes, do Informe Aeplan. Outro item que merece destaque é o Grupo V – Despesas
10 Contratuais, com estimativa inicial de R\$56,814 milhões e cuja projeção atual está em
11 R\$59,988 milhões. Esse item aumenta por causa de dois fatores: quando se faz revisão ou
12 ampliação de algum contrato – e isso ocorreu no caso dos contratos de vigilância e limpeza –,
13 ou quando é acrescido o valor da mensalidade, reajustes de preços previstos nas cláusulas
14 contratuais. Quando há reajuste de preços, o valor para cobrir o reajuste não onera as
15 Unidades, porque existe a rubrica chamada Reserva Técnica, cujo recurso fica reservado
16 exatamente para isso, sendo então transferido para Despesa Contratual. O próximo item é o
17 Grupo VII – Manutenção das Atividades Existentes, cuja estimativa inicial era de R\$26,762
18 milhões e a atual é de R\$30,887 milhões; há um acréscimo de R\$4,125 milhões. Neste item
19 estão alocados os recursos das unidades para a manutenção das atividades existentes e o
20 custeio das unidades. Ele altera-se por movimentações de recursos que as unidades fazem de
21 forma descentralizada, em geral, elas deslocam recursos dos programas qualificados para esse
22 grupo de despesa de forma a se agregar aos valores disponíveis para as compras necessárias
23 ou cobertura de despesas centralizadas. Essa movimentação de recursos dentro das Unidades
24 reduz outro grupo de despesas, chamado Programas de Apoio. Outra movimentação
25 importante nas Unidades em geral é a dos recursos de Receita Própria, grupo que também é
26 deficitário em relação à projeção inicial. Neste primeiro semestre, as Unidades movimentaram
27 R\$2,245 milhões; quase a metade do que cresceu aqui veio deste item que as unidades
28 trouxeram para agregar aos recursos que já existiam ou cobrir despesas centralizadas que elas
29 próprias realizam. Essa é a razão das alterações que ocorrem no Grupo VII. Outro item
30 importante é o chamado Projetos Especiais, Grupo VIII, que foi reduzido em R\$20,987
31 milhões. Quando aprovada a proposta orçamentária, a estimativa de despesas nesse grupo
32 somava R\$100,214 milhões, e atualmente a estimativa é de R\$79,227 milhões. No Grupo
33 Projetos Especiais consta uma rubrica denominada Reserva de Contingência, que é
34 constituída na proposta orçamentária inicial para armazenar recursos para o reajuste salarial
35 que, naquele momento, não é conhecido. Quando há disponibilidade de recursos no
36 orçamento, trazem para a Reserva de Contingência, submetem à apreciação da COP, CAD e
37 Consu e aprova-se o Orçamento desse modo. No Orçamento de 2011, a Reserva era de
38 R\$44,538 milhões. Quando foi realizado o reajuste salarial, esse recurso foi todo transferido
39 para o Grupo I – Pessoal, que como mencionou teve um acréscimo de R\$76,114 milhões;
40 R\$44 milhões já estavam na Reserva de Contingência e foram transferidos para lá. Esse é um

Expediente

1 dos fatores que fez com que o Grupo Projetos Especiais se reduzisse em relação à previsão
2 inicial. Outro item que transferiu recurso para outros grupos de despesa é o item que está
3 dentro de Projetos Especiais, chamado Reserva Técnica, que é constituída também para cobrir
4 os reajustes previstos nos contratos. Parte desses recursos foi transferida do Grupo Projetos
5 Especiais para Grupo Contratos, no montante de R\$2,408 milhões, o que também contribuiu
6 para que a previsão se reduzisse. Por outro lado, ocorreram despesas novas nesse grupo que
7 não estavam na proposta inicial, houve movimentação de saída de recursos para outros grupos
8 e entrada de despesas, que somam R\$23,791 milhões. Às páginas 5 consta a explicação
9 detalhada do que ocorreu no Grupo Projetos Especiais, porque ele está menor – R\$20,987
10 milhões. Foram autorizados investimentos após a elaboração da proposta, dentre os quais se
11 destacam a construção da sede do Siarq – R\$2,411 milhões; construção do prédio do curso de
12 Farmácia – R\$4,657 milhões; reforma de salas de aula do Ciclo Básico II – R\$870 mil;
13 conclusão da obra do IC-4 – R\$1,009 milhão; readequação da infraestrutura física da FOP –
14 R\$4,800 milhões; reforma do Ginásio Multidisciplinar – R\$1,858 milhão; execução de obras
15 e aquisição de equipamentos para o novo *Campus* de Limeira, segunda etapa das obras de
16 infraestrutura – R\$4,289 milhões; impermeabilização do prédio Ensino I – R\$429 mil;
17 conclusão do prédio de laboratórios – R\$226 mil; aquisição de plataforma de força para o
18 Laboratório de Ciência do Esporte – R\$115 mil; e montagem dos laboratórios didáticos de
19 Saúde – R\$390 mil. Na Primeira Revisão Orçamentária já haviam alertado a COP que, em
20 função da indisponibilidade de recursos para o novo *Campus* de Limeira, alguns
21 investimentos tiveram de ser feitos à conta do orçamento geral da Universidade. No primeiro
22 trimestre, o único investimento que constava na revisão era o investimento relativo à segunda
23 etapa das obras de infraestrutura, aqui citado, no valor de R\$4,289 milhões. Do final de março
24 até o final de junho, outras despesas tiveram de ser atendidas à conta do orçamento geral, isso
25 porque aquele recurso que foi aprovado para o novo *Campus* de Limeira, que totalizou R\$50
26 milhões, se esgotou. Diante desse fato, os investimentos necessários para o novo *Campus* de
27 Limeira já estão sendo feitos por aqui e isso está demonstrado nesta revisão. Além dos
28 investimentos feitos no *Campus* geral – já que a FCA deveria estar correndo à conta dos R\$50
29 milhões –, tiveram de arcar com despesas à conta do recurso que estava para o restante da
30 Unicamp. Estão todos citados e somam, até agora, R\$5,450 milhões. Essas são as alterações
31 que ocorreram no chamado Grupo Projetos Especiais, uma movimentação de transferência de
32 recursos importantes para outras rubricas do orçamento, e há também alguns investimentos
33 que são de valor significativo. Outro item que merece alguma atenção é o item chamado
34 Despesas Custeadas com Receita Própria, não pela sua movimentação, mas pelo fato de que a
35 previsão inicial era de R\$5,700 milhões e atualmente é de R\$3,131 milhões. Esse movimento
36 se dá porque os recursos que a Aeplan reverte para as Unidades e são alocados nesse item são
37 transferidos por elas para aquele grupo mencionado há pouco, chamado Manutenção das
38 Atividades Existentes, por isso ele é menor que a previsão inicial. Foram transferidos até
39 junho R\$2,569 milhões. E por último, embora já tenha sido mencionado em revisões
40 anteriores, um número importante é o Saldo de Dotação de 2010, que é o valor das despesas

5 Expediente

1 que as Unidades não conseguiram executar no ano passado. No lado das receitas havia uma
2 transferência de saldo, que é disponibilidade de recurso, e dentro daqueles R\$71 milhões que
3 havia de saldo do ano passado, R\$33,956 milhões já eram despesas carimbadas. O que
4 aconteceu foi que as Unidades não conseguiram empenhar no ano passado, mas com certeza
5 empenharão este ano, e por isso aparece como despesa. Do ponto de vista geral, todas as
6 despesas atualmente conhecidas e projetadas estão cobertas nesse demonstrativo; as receitas
7 ficaram balizadas na arrecadação de ICMS prevista. Uma estimativa cautelosa, tanto do ponto
8 de vista de arrecadação de ICMS como das Receitas Próprias. O balanço demonstra que há,
9 ainda, um superávit projetado de R\$5,699 milhões. De qualquer modo, a sugestão para a COP
10 é que reserve esse recurso, que é pequeno em relação à dimensão total do Orçamento, na
11 rubrica Reserva de Contingência, para eventuais flutuações negativas na arrecadação dos
12 próximos meses; ou eventuais aumentos de despesas em relação a essa projeção, que podem
13 ocorrer. O SENHOR PRESIDENTE coloca a matéria em discussão. A Conselheira
14 MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que é sua primeira participação na
15 COP, e deseja saber como o superávit de R\$5,699 milhões se compara ao que ocorreu no ano
16 passado, e qual foi a situação no ano passado e nos outros anos. O SENHOR PRESIDENTE
17 responde que em dezembro houve uma arrecadação de R\$22 milhões a mais que o previsto no
18 fechamento do Orçamento. Dizem que é uma transferência porque só ficam sabendo da
19 arrecadação total em janeiro. A transferência atual é bem menor que a do ano passado, quando
20 houve uma arrecadação maior que a prevista. Este ano o que estão constatando é que com
21 pequenas diferenças a Secretaria da Fazenda é capaz de fazer uma previsão bastante adequada
22 da arrecadação. E com as revisões trimestrais a Unicamp faz os ajustes. Na Primeira Revisão
23 são mais cautelosos, não criam muita despesa, porque virá a data-base em seguida e a
24 negociam em função da arrecadação até maio. Mas R\$5,699 milhões é bem pouco, na
25 primeira revisão, só na Reserva de Contingência, havia R\$44 milhões, que foram utilizados
26 para fazer frente ao aumento de Despesa de Pessoal de R\$76 milhões; a Reserva ficou
27 praticamente zerada. Anos atrás não faziam reserva para o reajuste, porque não havia folga
28 para isso. Então, esses R\$5,699 milhões são quase nada comparados ao Orçamento como um
29 todo, mas, certamente, eles farão a cobertura de pequenas variações que inevitavelmente
30 acontecem, como poderão constatar no fechamento do Orçamento. O senhor ANTONIO
31 FÉLIX DUARTE diz que, na linha de pensamento da professora Matilde, às páginas 11 há
32 dois gráficos que têm como objetivo mostrar a tendência do comportamento da arrecadação. É
33 possível visualizar, no primeiro gráfico, análise dos 12 meses em relação aos 12 meses do ano
34 anterior. Nota-se que a arrecadação vem perdendo dinamismo, reflexo das medidas adotadas
35 pelo Governo, desde dezembro do ano passado. Uma das razões de o superávit ser pequeno
36 em relação ao Orçamento é porque há medidas tomadas pelo Governo a fim de induzir o
37 desaquecimento econômico. Mas a impressão que tem é que ele não vai deixar cair demais,
38 porque não é intenção dele desacelerar muito a atividade econômica a ponto de reduzir
39 drasticamente o PIB. Não é novidade para a Unicamp o que está ocorrendo, e parece sob
40 controle. O SENHOR PRESIDENTE diz que talvez esses gráficos expliquem melhor o

6 Expediente

1 questionamento da professora, porque eles mostram a comparação citada. Até outubro do ano
2 passado a arrecadação estava positiva, agora não quer dizer que seja menos, mas o
3 crescimento é menor, por isso a reserva cai também, já que existem despesas e não há o
4 aumento da arrecadação. O ano passado talvez tenha sido o melhor ano dos últimos, desde a
5 autonomia, que permitiu inclusive que fizessem investimentos e reserva técnica, quer dizer, é
6 sobra de recursos, o que, normalmente, nos anos anteriores, não havia. O Informe Aeplan
7 demonstra que se trata de uma situação absolutamente equilibrada. Não podem contar com a
8 reserva financeira que já está carimbada para alguma coisa, porque, quando atribuem
9 recursos, abrem um processo e reservam esse dinheiro que já não pode mais ser utilizado para
10 outras finalidades. Ainda há despesas, por isso o rendimento de Receita Própria tem
11 aumentado, porque existem recursos em conta que vão se reduzir à medida que vão saldando
12 os compromissos assumidos com o Orçamento e com os investimentos. A Conselheira
13 MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI agradece os esclarecimentos. O SENHOR
14 PRESIDENTE diz que estão na Copei os investimentos feitos em todas as unidades.
15 Procuraram equilibrar porque em todas as unidades atenderam todas as demandas acumuladas
16 durante muito tempo; não há nenhum investimento que não tivesse sido feito. Na FOP é o
17 contrário, não tinham feito nenhum grande investimento, então a diretoria fez um
18 dimensionamento para fazer a readequação física, e já está fazendo o investimento necessário.
19 Em seguida, diz que recebeu um *e-mail* do senhor Claudio Servato fazendo alguns
20 questionamentos. O primeiro deles refere-se a recursos para avaliação de desempenho. Esses
21 recursos já estão reservados desde a Primeira Revisão, quando se comprometeram em fazer
22 novamente este ano, porque a despesa do primeiro semestre foi por conta da avaliação que
23 deveria ter sido feita no ano passado. Está reservado o mesmo volume de recursos que seria o
24 equivalente a fazer a promoção de, aproximadamente, 30% dos funcionários. Entretanto, irão
25 rever os critérios de como alocar os recursos, e isso acontecerá por ocasião da avaliação. No
26 ano passado dividiram a parte de reconhecimento de títulos da avaliação de desempenho pelo
27 ranqueamento, e este ano provavelmente será feito assim também. A outra questão é se vai ser
28 feita equiparação de gratificação dos supervisores de seção com os pregoeiros. Talvez possam
29 fazer a equiparação da gratificação dos pregoeiros com a dos supervisores, porque na reunião
30 da CAD de junho houve uma demanda de todas as unidades que a gratificação do supervisor
31 de seção tinha ficado igual à do supervisor de setor, já que reduziram de 18 grupos para 11, e
32 os dois haviam ficado juntos em um só, em que pese os supervisores de setor serem em
33 número relativamente pequeno, porque só existem nas Unidades com atividades operacionais.
34 Mas como houve a reivindicação, criaram um grupo só de supervisores de seção, que tiveram
35 um bom reajuste. Talvez seja o grupo que demande mais, porque os supervisores de seção
36 representam um terço das gratificações, de todas as gratificações que existem, totalizando mil
37 e quinhentas. Outro questionamento do senhor Claudio Servato foi sobre a equiparação dos
38 valores da nova tabela das gratificações com as gratificações incorporadas ou dos já
39 aposentados. À época, alguém encaminhou, acredita que a representação dos funcionários, a
40 solicitação para a PG, mas independentemente do seu parecer – que ainda não foi emitido – a

Expediente

1 justificativa é de que, sendo uma reestruturação das gratificações, não dá para alguém que está
2 aposentado com uma gratificação incorporada passar, agora, por um processo de
3 reestruturação da gratificação também. Ele incorporou uma gratificação que nem existe mais,
4 e vem recebendo os reajustes. A mesma coisa acontece nas carreiras docentes; por exemplo: o
5 aposentado não passa para nível MS-5.3, porque ele aposentou como nível MS-5. Esse é o
6 princípio. A PG, *a priori*, entendeu assim, mas estamos aguardando a manifestação por
7 escrito. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que eram essas as
8 questões levantadas pelo conselheiro Claudio, mas deseja fazer duas considerações sobre o
9 assunto das gratificações. A primeira delas é que o nível de atribuição do supervisor de seção
10 e do supervisor de setor é bem diferente no quesito responsabilidade. A proposta apresentada
11 igualou e depois fez uma distinção muito pequena dos supervisores de seção e dos de setor; e
12 fez uma diferenciação do pregoeiro. O que os servidores interessados estão encaminhando no
13 abaixo-assinado é que se faça a distinção maior, porque senão não tem sentido; a
14 responsabilidade do supervisor de seção é bem diferente da do supervisor de setor. A
15 categoria dos servidores não docentes defende que é preciso acertar isso. Se a Universidade
16 quer valorizar o pregoeiro, não têm nada contra, não sabe em qual parâmetro se basearam,
17 mas não é praticamente juntando duas funções gratificadas, já que têm papéis diferenciados.
18 Outra questão é a da Gratificação de Representação Incorporada – GRI. A re-hierarquização
19 que a Reitoria fez, na verdade, não alterou o conteúdo da função gratificada. Ela fez a
20 correção dos valores das funções gratificadas e não estendeu os valores para as gratificações
21 incorporadas, seja de quem está em atividade, seja de quem está aposentado, porque também
22 não estão tratando do aposentado apenas. E isso não tem base legal, porque como é
23 gratificação incorporada, ela passa a estar incorporada ao patrimônio; ao distinguir, quebra-se
24 a relação do direito incorporado ao patrimônio. Esse é o entendimento do que gerou a última
25 resolução das GRIs, que passa, inclusive, por discussão do Cruesp. A bancada dos
26 funcionários fez um recurso, e a PG informou que até a última sexta-feira já havia concluído o
27 parecer e encaminhado para a Reitoria. Como estão fazendo uma revisão orçamentária,
28 acredita ser importante pensar sobre isso, porque na verdade essa distinção está acontecendo
29 desde o mês de abril. Acha que foi essa preocupação que levou o conselheiro Claudio a fazer
30 esse questionamento. O SENHOR PRESIDENTE diz que se trata de duas questões diferentes.
31 O assunto do supervisor de seção, naquela reunião da CAD, por proposta sua, inclusive, foi
32 destacado e foi criado mais um grupo entre o décimo e o décimo primeiro, isso quer dizer que
33 passaram a ter 12 grupos. E o décimo primeiro que ficou entre o antigo décimo e o décimo
34 primeiro foi exatamente na metade da diferença entre o supervisor de setor com um grupo
35 exatamente acima do que esse criado agora; como a diferença era de quase R\$200, destacaram
36 o supervisor de seção com mais R\$100. Para terem uma ideia, o valor exato é o seguinte: o
37 último grupo de gratificações é R\$966,75; o antigo penúltimo – onde estava o supervisor de
38 seção – era R\$1.268,86. E aqui estão diretor associado II, pregoeiro e vice-presidente de
39 subcomissão permanente de formação de professores. Então, era um grupo, e como a
40 diferença entre ele o último estava grande, resolveram reajustar, diferenciaram o supervisor de

8 Expediente

1 seção; agora o supervisor de seção, não contente, quer passar para o grupo de R\$1,268 mil, o
2 que não cabe. Pregoeiro não é função gerencial, e foi destacado bastante porque se encontrava
3 em um grupo bem inferior, e existem sete pregoeiros apenas; eles têm grandes
4 responsabilidades no momento do pregão, têm total independência para fechar grandes
5 contratos; as pessoas são muito qualificadas e treinadas; e pela responsabilidade avaliaram
6 que deveriam receber gratificação melhor do que a que tinha sido inicialmente criada.
7 Atenderam bem o pregoeiro por essas razões e também destacaram o supervisor de seção. Em
8 relação às GRIs, não são só a dos aposentados; dos dez mil funcionários e docentes da
9 Unicamp, 4.500 têm gratificações de representação, sendo que 1.500 estão em atividade e
10 aproximadamente 1.500 estão em atividade mas não mais ocupando a função gratificada. O
11 restante trata-se de estoque de aposentados. E, na verdade, embora continue com a mesma
12 nomenclatura, mudaram a complexidade das funções, essa do pregoeiro foi uma, por
13 exemplo. No caso do assessor, existe assessor para tudo; então foi hierarquizada, dividiram 12
14 grupos, assessor de 1 a 6: assessor 1 é o do reitor, e assim por diante, e está no grupo 10, dos
15 12 grupos existentes. Havia 150 funções gratificadas, que foram reduzidas para sessenta. As
16 funções foram extintas e foram criadas outras, tendo como foco o momento atual; por essa
17 razão e só por ela foi possível fazer a revisão das gratificações. Salvo melhor juízo, não há
18 intenção de rever valores nem estender àqueles que a têm incorporada e não estão mais em
19 atividade. Não estão revendo gratificações de funções que não estão mais sendo exercidas;
20 não estão exigindo desses servidores atribuições que exigem dos que estão em plena atuação.
21 Existe um questionamento de base legal sobre o qual não emitirá opinião, irá aguardar a
22 manifestação da PG. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR diz que lhe
23 questionaram – nem sabe se o assunto está em pauta este ano – sobre a valorização do início
24 de carreira do nível MS-3. Pergunta se existe algum plano futuro ou para este ano. O
25 SENHOR PRESIDENTE responde que, quando criaram os níveis intermediários, valorizaram
26 as posições em que os docentes podem progredir. O professor nível MS-5.3, por exemplo, vai
27 receber 80% da diferença entre o nível MS-5 e o MS-6. Os dos níveis MS-3 e MS-6, os dois
28 extremos, são os únicos que não têm chance de mudar. Tem uma demanda a ser analisada, e
29 que ainda não se começou a discutir, de fazer com que essa distribuição entre os salários seja
30 mais justa. O nível MS-5.3, pelo menos na USP, onde existe uma restrição maior de cargos de
31 titular, era para aqueles docentes que estão com condições de ocupar um cargo de professor
32 titular, mas não existe cargo vago; então muitas vezes eles se aposentam sem poder atingir o
33 grau máximo por restrições. Por isso houve a iniciativa de fazer isso, se a pessoa tem mérito e
34 é só pelo cargo, então que ela receba uma compensação por isso. E claro que além disso foi
35 também para distribuir melhor, em vez de três níveis apenas, distribuir os níveis da carreira
36 docente em seis. Eventualmente precisará de algum ajuste, mas nada muito significativo.
37 Preocupam-se em não ter um salário de início de carreira, ou seja, do nível MS-3, menor do
38 que o das universidades federais, porque senão perdem a competitividade. Atualmente no
39 nível MS-3 a Unicamp já empatou, mas o nível MS-6 da federal com o mesmo tempo da
40 estadual ganha um pouco mais. Mas sobre o nível MS-6 estão falando de salário-base, porque

Expediente

1 têm vantagens que se aplicam. Para se ter uma ideia, o nível MS-3 da Unicamp em início da
2 carreira recebe o salário exato de MS-3, já o nível MS-6, em média, recebe 1,64 vezes o
3 salário do MS-6, porque ele tem sexta parte, quinquênio, gratificação, o que é absolutamente
4 justo, mas não é o salário, pura e simplesmente. O salário do nível MS-3 é pouco competitivo,
5 mas um docente nível MS-6 não sai daqui para ir para a federal porque ganharia R\$200,
6 R\$300 ou R\$400 a mais somente de salário. Por enquanto, não existe nenhuma novidade,
7 porque não conversaram ainda, mas a ideia é sempre fazer junto com as outras duas estaduais
8 paulistas, porque isso não pode ser iniciativa de uma apenas. O Conselheiro JOÃO
9 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA pergunta se os R\$60 milhões de todas as obras da
10 Universidade estão sendo financiados por recurso orçamentário geral. O SENHOR
11 PRESIDENTE responde que os R\$60 milhões são das Unidades de ensino e pesquisa. Se
12 colocar tudo, são aproximadamente R\$160 milhões, mas com todas as fontes, por exemplo da
13 Finep, que nos últimos sete anos veio em média R\$10 milhões. Mas tem bastante recurso do
14 Orçamento, particularmente de 2009 e 2010. E há grandes investimentos que não são
15 diretamente das Unidades: a reforma do Ciclo Básico, a revitalização do seu entorno, prédios
16 de órgãos da administração central e das pró-reitorias. Fizeram bastante e irão fazer um
17 balanço mais para frente. Porque investimento é algo que se faz uma vez só; contratação de
18 pessoal, por exemplo, é por cinquenta anos, é preciso fazer pagamento todo mês, no fim do
19 ano tem o décimo-terceiro salário, depois a aposentadoria. A Conselheira SHIRLEI MARIA
20 RECCO-PIMENTEL pergunta se os editais das pró-reitorias têm origem extraorçamentária. O
21 SENHOR PRESIDENTE responde que não. Nos mais recentes foram colocados recursos
22 orçamentários e recursos de uma conta antiga que se chama Conta Apoio, que era recurso da
23 Capes. Há muitos anos esse recurso está em uma conta, aplicado, e é a pró-reitoria de pós-
24 graduação que o administra. O combinado foi que o Orçamento colocava um determinado
25 valor e a Conta acrescentava mais um pouco. O Faepex também colocou uma parte. Como
26 houve bastante demanda, resolveram estender colocando mais um pouco de orçamentário,
27 porque os projetos eram bastante qualificados. Mas são dois para um, se gastaram ali R\$10
28 milhões, foram R\$6 milhões a R\$4 milhões; R\$7 milhões a R\$3 milhões. A Conselheira
29 SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que no caso das promoções para os níveis
30 intermediários já tem o recurso reservado também, e pergunta que porcentagem de docentes
31 ele permitirá que sejam promovidos. O SENHOR PRESIDENTE diz que irão promover todos
32 os que cumprirem toda a tramitação. Fizeram uma reserva estimando que não chegarão todos
33 os que podem pleitear no primeiro ano. Acredita que até a demanda será menor que a
34 estimada. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que também acha. O
35 SENHOR PRESIDENTE diz que pode acontecer de determinadas Unidades conseguirem
36 fazer tudo. Mas a despesa disso pouco provavelmente incidirá nos salários deste ano. Ou pode
37 ser que incida em uma parte pequena, daquelas Unidades que se adiantaram mais. Mas o
38 compromisso é atender todos que solicitarem pela primeira vez, porque depois farão como
39 sempre: reservar uma parte do Orçamento para contratar docentes nível MS-3, para promoção
40 de nível MS-5 para MS-6 e para os intermediários. Precisam fazer dessa maneira para não

10
Expediente

1 serem surpreendidos por uma Unidade que, em um determinado ano, resolve mandar dois
2 terços dos seus docentes para serem promovidos, então darão quotas. Agora, na primeira
3 promoção não, porque criaram a carreira. Quando elaboraram o projeto e a estimativa de
4 recursos, estimaram que terá um impacto de quatro pontos percentuais na folha de pagamento.
5 Se todos os que têm condições de pleitear o fizerem, o número não vai crescer, mas vai ter
6 Unidade que não vai pleitear, porque não tem perfil etc. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
7 MENDONÇA DE SOUZA pergunta se foram realizados todos os concursos para preencher as
8 vagas estatutárias previstos pela Universidade neste ano. O SENHOR PRESIDENTE
9 responde que não sabe. Mas os recursos de reposição, que provêm de aposentadoria ou de
10 falecimentos de celetistas, retornam para as unidades automaticamente. O senhor ANTÔNIO
11 FÉLIX informa que foram autorizadas 92 reposições, que entram no saldo da folha de
12 pagamento das Unidades. Tem Unidade que já está com concurso feito; a Unidade pode abrir
13 concurso no primeiro dia em que o saldo for disponibilizado; isso foi previsto na revisão
14 passada, mas tem Unidade que demora a realizar concurso, e não sabe dizer se os 92
15 servidores estatutários já foram repostos, porque elas se confundem com as vagas que surgem
16 com as aposentadorias dos celetistas. No quadro geral, o número de funcionários aumentou, e
17 se aumentou, é porque a reposição é positiva. Na certificação de 2001, já foi reposta grande
18 parte dos estatutários, coisa que nunca imaginaram conseguir; em 2008, preencheram 150
19 vagas, resolveram repor novamente este ano porque recentemente houve muitas
20 aposentadorias. Pode parecer pouco, mas a Unidade que teve um aposentado, pelo menos, ele
21 foi repostado; se teve um, dois ou três, ela repôs um, pelo menos. Essa é uma revisão importante
22 do quadro. Em seguida, pergunta se podem votar a informação Aeplan como parecer da COP,
23 recomendando à CAD que aprove a Revisão nesses termos colocados. O Conselheiro JOÃO
24 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA destaca que deve entrar a previsão da questão das
25 gratificações, porque acredita que estejam descumprindo uma questão legal. O SENHOR
26 PRESIDENTE solicita à assistente técnica da COP que na redação do Parecer COP conste a
27 recomendação do conselheiro. Não havendo mais observações, submete à votação a Segunda
28 Revisão Orçamentária de 2011 – Unicamp, sendo aprovada por unanimidade. A seguir, passa
29 ao item 02 – Proc. nº 01-P-28832/10 – Segunda Revisão Orçamentária 2011 – FCA – *Campus*
30 *II* – Limeira – Demonstrativo Receita/Despesa, Informação AEPLAN nº 965/11. Antecipa
31 que o recurso destinado a Limeira foi absolutamente consumido. A partir do dia 1º de janeiro
32 de 2012 não haverá mais recursos para o Orçamento da FCA, pelo menos por enquanto. Na
33 discussão do Orçamento de 2012, que ocorrerá a partir de outubro, terão de incluir a FCA no
34 orçamento geral da Unicamp. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL
35 pergunta se incluirão todos os gastos e se não haverá mais recurso algum. O SENHOR
36 PRESIDENTE responde afirmativamente. Diz que, na verdade, os R\$50 milhões que
37 receberam do Estado, como atrasou o início das atividades e das construções, foram
38 investidos, e com o rendimento foi possível fazer o custeio do novo *Campus* de Limeira nos
39 anos de 2009, 2010 e 2011. Rendeu bastante, mas todos sabiam que um dia acabaria, porque
40 só tiraram dali. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que, do mesmo modo como

11 Expediente

1 fizeram com o Orçamento Geral, falará sobre o Demonstrativo Receita/Despesa do novo
2 *Campus*. As alterações na Receita estão localizadas em uma linha do quadro das folhas 16,
3 denominada Estimativa de Rendimentos 2011, às linhas 19. Irá recordar como foi constituído
4 o Orçamento de Limeira de 2011, antes de falar propriamente do que se alterou. Quando
5 aprovaram o orçamento para este exercício, aprovaram considerando como fonte de receita os
6 recursos acumulados naquele momento, ou seja, até dezembro, com rendimentos de aplicação
7 financeira, como o professor Paulo explicou, do valor recebido do Estado, a partir de 2006, no
8 valor de R\$50 milhões. Os rendimentos obtidos naquele período deram sustentação aos
9 últimos orçamentos realizados. Para 2011, no momento da abertura do orçamento, dispunham
10 – como está detalhado às linhas 18 – de R\$8,922 milhões de rendimentos acumulados.
11 Fizeram uma estimativa que, além disso, poderiam obter ainda, no ano, mais R\$1 milhão.
12 Esse é o “grosso” das receitas para o Orçamento de Limeira este ano, que, ao incluir os R\$101
13 mil de refeições, totalizou R\$10 milhões. Era essa a expectativa no final do ano passado. De
14 lá para cá, na Primeira Revisão já identificaram que havia possibilidade de ampliar a previsão
15 de receita, de R\$1 milhão para R\$2 milhões, o que foi feito e aprovado. Passados os primeiros
16 seis meses do ano, verificaram que a arrecadação efetiva de receitas foi de R\$1.426.726,00,
17 está na coluna C, às linhas 19. Isso deu a oportunidade de alterar a previsão um pouco para
18 cima, e então estimaram mais R\$950 mil no segundo semestre, o que totaliza R\$2,376
19 milhões de rendimentos no exercício. Como os recursos vindos do Governo especialmente
20 para Limeira estão totalmente esgotados, essas receitas tendem a zerar até o final do exercício;
21 pode ser que nem atinjam os R\$950 mil, mas este é um bom número, dá para trabalhar com
22 ele hoje. Essas são as alterações da previsão inicial para algo que neste momento soma
23 R\$11,405 milhões, a expectativa de disponibilidade de recursos. Do lado das Despesas, a
24 principal alteração ocorrida neste primeiro semestre é também no item Pessoal. A projeção
25 inicial era de R\$6,722 milhões e atualmente é de R\$7,582 milhões. Essa alteração tem
26 também três razões principais: a primeira é o reajuste de salários de maio; a segunda é o
27 reflexo da reestruturação do Programa de Auxílio-Alimentação; e a terceira é contratação de
28 pessoal, que já estava prevista, mas nunca conseguem acertar exatamente a velocidade em que
29 ocorrem; não só de docentes, como também de funcionários. Ou seja, fizeram as previsões,
30 mas as contratações estão ocorrendo um pouco mais rapidamente que o previsto, acarretando
31 o crescimento da folha de pagamento. Houve outras alterações, por exemplo, na utilidade
32 pública, com um acréscimo de R\$200 mil em relação ao previsto. Houve reajuste de preço das
33 tarifa de energia e de água. Também é difícil prever o consumo de água, em função da
34 velocidade das obras, embora façam a previsão sempre olhando para o passado e alterando um
35 pouco as projeções, já que lá se consome muita água. Outro item a observar é o Grupo V –
36 Despesas Contratuais, em que há um acréscimo também de R\$333 mil. Esse item engloba a
37 questão dos reajustes dos contratos vigentes. No Informe Aeplan, que trata dessa revisão, está
38 mais detalhado, já que mostra as novas contratações que não haviam sido previstas na
39 proposta inicial. Há três ou quatro contratos firmados no primeiro semestre, que resultaram
40 nesse acréscimo de despesa. Os outros itens são movimentações menos significativas, e acha

12 Expediente

1 que não há necessidade de explicações pormenorizadas, exceto quanto ao chamado Grupo IX
2 – Despesas Custeadas com Receitas Próprias, cujo comportamento explicará a seguir. Na
3 coluna G, na proposta inicial, houve uma reserva de R\$489,473 mil, que é o item onde
4 deixam o saldo sem destinação específica, para eventuais necessidades durante o exercício.
5 No início do ano, havia uma reserva, e na Primeira Revisão, em função do aumento de receita
6 ocorrido naquele momento, essa reserva subiu para R\$631 mil. Mas não tinham ainda o
7 conhecimento do reajuste de salários. A reserva aumentou, em um primeiro momento, e
8 depois, nessa Segunda Revisão, ela quase zerou; a reserva agora soma R\$9 mil, porque grande
9 parte do recurso que estava aqui e mais parte do recurso da ampliação de receita foi para o
10 Grupo I – Pessoal. O balanço entre as Receitas e Despesas, nesse demonstrativo, que tem um
11 formato um pouco diferente do demonstrativo do restante do *Campus*, hoje em Limeira é de
12 aproximadamente R\$10 mil. Para eventuais movimentações na Despesa, buscam recursos
13 nesse saldo e passam para a rubrica que necessitar. Se, eventualmente, nos próximos meses
14 sobrar dinheiro em algum dos grupos, volta para a reserva, que vai aparecer no final do ano ou
15 início do ano que vem, quando do fechamento do Orçamento de Limeira. De todo modo,
16 nesse demonstrativo, a Receita iguala-se à Despesa, não há superávit ou déficit. Outra questão
17 que é importante salientar é um acompanhamento que consta da última folha da pauta, o
18 Quadro 6. Desde que se iniciou a construção do novo *Campus* de Limeira, em 2006, que vem
19 do Quadro 1 até o atual Quadro 6, relatam à COP, item por item, todos os investimentos
20 efetuados. Então, a Universidade recebeu, nesses anos, R\$50,200 milhões para Limeira.
21 Nesses quadros constam todos os processos, com todas as despesas atendidas à conta desses
22 recursos. A observação é que, nesse demonstrativo, consta às linhas F, Saldo em 30.06.2011,
23 que os recursos foram totalmente comprometidos, não há mais disponibilidade. Na Primeira
24 Revisão deste ano, havia um saldo de R\$221 mil, que não tinha alocação ainda. A Aeplan
25 recebeu essas solicitações que constam às linhas E – Despesas Autorizadas (2º trimestre de
26 2011). A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL pergunta se o custo com
27 Pessoal, com contratação de docentes, já que estavam previstas cerca de setenta contratações,
28 está dentro desses R\$50 milhões. O SENHOR PRESIDENTE diz que está. A Conselheira
29 SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL pergunta qual foi o percentual já investido. O
30 SENHOR PRESIDENTE diz que neste semestre houve uma série de contratações, que são as
31 últimas, do primeiro projeto para Limeira. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-
32 PIMENTEL questiona se irá completar aquelas 76 previstas. O senhor ANTONIO FÉLIX
33 DUARTE diz que, quando foi aprovado o projeto de Limeira, havia um demonstrativo da
34 Aeplan relativo à velocidade de contratações, ou seja, quantos dos setenta docentes previstos
35 seriam contratados ano a ano. Essas contratações estão ocorrendo da forma que o Conselho
36 aprovou naquela ocasião. Ou seja, não há antecipação de nenhuma contratação. O SENHOR
37 PRESIDENTE diz que não tinha como fugir, porque eram necessidades, à medida que as
38 disciplinas iam sendo oferecidas. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL
39 questiona se, tendo acabado o recurso, as contratações dos 76 docentes estão garantidas. O
40 SENHOR PRESIDENTE responde que sim, existe reserva. A Conselheira SHIRLEI MARIA

13 Expediente

1 RECCO-PIMENTEL questiona se há previsão de como o Orçamento de Limeira vai impactar
2 o Orçamento Geral. O SENHOR PRESIDENTE diz que vai impactar em R\$11 milhões, em
3 valores de hoje, que é muito menos do que o estimado quando aprovaram. Quando foi
4 aprovado, o funcionamento de Limeira representava 1% do Orçamento total da Unicamp; hoje
5 é dois terços disso, porque o Orçamento cresceu mais do que a despesa com Limeira. Mas não
6 estão esperando as coisas acontecerem; levaram para o governo do estado uma proposta
7 grande de investimentos e também de funcionamento. Encaminharam à Casa Civil e estão
8 aguardando resposta. Se os recursos vierem até o final do ano, continuam com os orçamentos
9 separados. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que os itens
10 Contratações e Pessoal estão incorporados ao Orçamento de Limeira, mas estão fazendo uma
11 revisão orçamentária que incorpora Pessoal também. Questiona se ao realizar a revisão o item
12 Pessoal sai ou fica duplicado. O SENHOR PRESIDENTE responde que não conta Limeira,
13 nem docente, trata-se de despesa corrente. Mesmo sendo na mesma folha, é absolutamente
14 separado, inclusive o auxílio-alimentação está separado, até 31.12.2011. O Conselheiro JOÃO
15 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA pergunta se na Revisão Orçamentária Geral não é
16 incorporado o auxílio-alimentação nem a folha. O SENHOR PRESIDENTE diz que não. Isso
17 está no item R\$7,582 milhões; é a folha de funcionários, professores e auxílio- alimentação. O
18 Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN pergunta se os R\$50 milhões foram totalmente
19 repassados. O SENHOR PRESIDENTE diz que foram. Isso está descrito às páginas de 17 a
20 22. No primeiro ano entraram R\$20 milhões, terminaram o ano com R\$10 milhões; no
21 segundo ano entraram R\$15 milhões, terminaram o ano com os R\$10 milhões do ano anterior
22 e mais R\$15 milhões, R\$25 milhões. Este ano praticamente não gastaram, consta do Quadro
23 2, que é o segundo ano. Estão descritas, ano a ano, todas as despesas pagas com os R\$50
24 milhões, mais os rendimentos. Ao somar tudo, observa-se que é mais que R\$50 milhões. O
25 Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN questiona se esse convênio é do Governo. O
26 SENHOR PRESIDENTE diz que é da Secretaria de Ensino Superior. É que nos anos de 2008
27 e 2009 o repasse foi feito através de convênio. Não foi simplesmente a transferência, foi feito
28 através da Secretaria de Ensino Superior, como havia sido combinado. A seguir, pergunta se
29 podem aprovar o parecer sem recomendações. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
30 MENDONÇA DE SOUZA sugere que seja recomendado no Parecer que a Administração
31 empreenda esforços para buscar novos recursos para funcionamento da FCA. Não havendo
32 mais observações, submete a matéria à apreciação, com a recomendação do conselheiro
33 representante dos servidores, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar,
34 eu, Cláudia Masliaev, redigi a presente Súmula que será submetida à apreciação dos Senhores
35 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 25
36 de agosto de 2011.

14
Expediente

1 **SÚMULA DA ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e
3 quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às catorze horas e trinta minutos,
4 reuniu-se na sala de reuniões do Conselho Universitário a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor PAULO EDUARDO MOREIRA
6 RODRIGUES DA SILVA com a presença dos seguintes membros: Claudio José Servato,
7 Daniel Pereira, Jacks Jorge Junior, Maria Silvia Viccari Gatti, Osvaldir Pereira Taranto e
8 Vivaldo Silveira Júnior. Esteve também presente à reunião, o senhor Antonio Félix Duarte,
9 Assessor da Aeplan – Assessoria de Economia e Planejamento. Justificaram ausência à
10 reunião os seguintes membros: professor Watson Loh, que está participando de reunião da
11 congregação do IQ; professora Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci, em reunião de congregação no
12 IEL, sendo que seu suplente, professor Fernando Sarti, encontra-se em Brasília, e o acadêmico
13 Joni de Almeida Amorim, em atividades PED. Havendo *quorum* o SENHOR PRESIDENTE dá
14 início à Nonagésima Sétima Sessão Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
15 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, informando que há duas
16 Súmulas que precisam ser apreciadas, a da Nonagésima Quinta e a da Nonagésima Sexta
17 reuniões. A Súmula da Nonagésima Quinta Sessão foi enviada eletronicamente aos membros
18 presentes naquela reunião, que não apontaram nenhuma incorreção, estando, portanto,
19 aprovada. A da Nonagésima Sexta será, da mesma maneira, enviada aos membros da sessão,
20 para eventuais apontamentos, sendo que não será apreciada hoje. Em seguida, diz que o
21 assunto da Ordem do Dia de hoje trata da Proposta de Distribuição Orçamentária 2012, com
22 Demonstrativo de Receita/Despesa, assunto constante do proc. nº 01-P-27568/11. Como de
23 praxe, solicita ao senhor Antonio Félix que faça as considerações sobre a informação Aeplan-
24 1307/11, que servirá de base para a emissão do parecer da COP, a ser analisado na reunião da
25 CAD, do próximo dia 06 de dezembro, e na do Consu no dia 20 do mesmo mês. O senhor
26 ANTONIO FÉLIX DUARTE falará um pouco, como sempre faz no início das reuniões, de
27 perspectivas de arrecadação que o Governo trabalhou para elaborar o projeto de lei que está
28 tramitando na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Alesp. Vem acompanhando
29 as emendas, mas, por enquanto, não há nenhuma que altere a previsão de receitas e despesas
30 da Universidade; não há novidades. Como todos sabem, o projeto de lei em tramitação na
31 Alesp, que orça a Receita fixa e a Despesa do Estado para o exercício de 2012, considerou
32 para elaboração da estimativa de arrecadação de ICMS os recolhimentos realizados até o mês
33 de junho e a previsão de recolhimentos até o final de 2011. A hipótese de inflação para o ano
34 é de 5% e a expectativa do crescimento do PIB paulista é de 4%. Com isso, os números
35 ficaram da seguinte maneira: a arrecadação de ICMS prevista para o Estado para o ano de
36 2012 é de R\$106,416 bilhões, a parte que compete ao Estado, e que corresponde a 75%, é de
37 R\$79,812 bilhões. Consta às páginas 15 o detalhamento dos cálculos do valor que será a base
38 de incidência da quota-parte das Universidades. A parcela da Arrecadação de ICMS do
39 Estado, menos R\$1,083 bilhão, que é o valor que eles irão transferir para os programas
40 habitacionais, resulta no valor líquido de R\$78,729 bilhões, que é a base de incidência do

15 Expediente

1 percentual destinado à Unicamp (2,1958%). Além disso, está previsto também no orçamento
2 de 2012 a manutenção do repasse referente a desoneração provocada pela Lei Kandir, que é
3 de R\$455,448 milhões e sobre o qual também incide a quota-parte da Unicamp. Falará sobre o
4 que está acontecendo com a arrecadação de ICMS em 2011. Quando foi elaborada a proposta
5 orçamentária, havia uma perspectiva de que a arrecadação seria de R\$71,430 bilhões, baseada
6 na expectativa de crescimento do PIB de 4,5% e de inflação também de 4,5%. Acontece que a
7 inflação vai ser um pouco maior que isso; o IGP deve fechar o ano em 5%, o IPC-Fipe
8 também próximo de 5%, mas o IPCA que é o índice oficial do Governo, pode fechar acima
9 disso; estão prevendo que fique entre 6% e 6,5%, que é o limite superior da meta fixada pelo
10 Governo. Porém, para o PIB já se fala em 3% neste ano, devido aos efeitos da crise nos
11 Estados Unidos e Europa, redução de atividade econômica na China e, principalmente, efeito
12 da queda de consumo interno. No começo do ano e nas revisões orçamentárias, já havia sido
13 alertado que algumas medidas que o Governo adotou no final do ano passado e início deste
14 ano, tinham como objetivo restringir a oferta de crédito e o consumo. O próprio Banco
15 Central reconheceu, há cerca de uma semana, que essas medidas já surtiram o efeito desejado
16 e está “afrouxando” as restrições ao crédito. Revogaram parte das medidas tomadas sobre o
17 crédito interno, crédito para veículos, porque estão entendendo que os objetivos traçados já
18 foram alcançados, tanto que o PIB voltou para próximo de 3,5% no ano. Pode ser que adiante,
19 com essa suspensão das medidas tomadas pelo Governo, as universidades tenham algum
20 ganho de receita, mas somente no ano que vem. A arrecadação de 2011, inicialmente, estava
21 prevista pela Secretaria da Fazenda em R\$71,430 bilhões, estimativa que ela não mudou
22 oficialmente até agora. Mas ao observar as estimativas, principalmente as dos últimos meses,
23 já dá para notar que este ano ela vai superar os R\$71,430 bilhões, devendo chegar próximo de
24 R\$73 bilhões. Então, talvez haja um ganho pontual de receita nos últimos meses do ano.
25 Saberão quando conhecerem a arrecadação de novembro e dezembro. Só tomam
26 conhecimento do valor da arrecadação de novembro no dia 20 de dezembro e a de dezembro
27 em 20 de janeiro. A Aeplan já está trabalhando com a expectativa do que poderá ser em
28 função dos números obtidos em outubro. A arrecadação de outubro, que estava estimada em
29 R\$6,241 bilhões, fechou em R\$6,233 bilhões. Se esse número se repetir por mais dois meses,
30 resultará em R\$72,6 bilhões, então entendem que irá chegar entre R\$72,500 e R\$73 bilhões,
31 número maior do que o que vinham trabalhando até agora, em função da necessidade de
32 manter certa cautela em relação às projeções de arrecadação, em um ano que ocorreram várias
33 alterações na política econômica tanto interna, quanto externa. A partir das análises
34 realizadas, não só sobre a arrecadação prevista para o ano que vem, mas também
35 considerando as medidas que estão sendo tomadas neste ano e que refletirão em 2012, a
36 Aeplan entende que é possível adotar os números do Governo para a proposta de distribuição
37 orçamentária de 2012. Algumas despesas que no ano passado tiveram uma correção, por
38 exemplo, de inflação mais perspectiva de PIB, neste ano está sendo proposto à COP
39 simplesmente uma correção pela inflação, acompanhando pelas revisões o que vai acontecer,
40 e então, se eventualmente a arrecadação se comportar de maneira mais positiva, poderão rever

16 Expediente

1 mais adiante. Neste primeiro momento, a proposta de distribuição orçamentária, é bastante
2 cautelosa em relação às correções de preços em alguns pontos. Às páginas 4 consta uma
3 novidade em relação ao que vinham fazendo na proposta orçamentária de anos anteriores. Na
4 Segunda Revisão Orçamentária 2011, a Aeplan alertou à COP e à CAD que a sistemática que
5 vinham utilizando para manter o novo *Campus* de Limeira, que era baseada em utilizar os
6 recursos de rendimento financeiro dos valores que o Estado repassou para investimento, não
7 se sustentaria a partir de 2012. Na última revisão apresentada já ficou bastante evidente que
8 não há mais recursos suficientes para manter a FCA. Nesta proposta orçamentária estão
9 incluindo as despesas de custeio e pessoal da FCA no Orçamento Geral da Universidade.
10 Eventualmente, o que pode acontecer depois que fecharem o ano, é que reste algum saldo de
11 receita financeira, mas acredita que será insignificante em relação ao valor das despesas
12 previstas para 2012 com a FCA, que somam R\$14,240 milhões. Se houver algum resíduo do
13 orçamento da FCA que até agora era separada, na primeira revisão irão adicionar na proposta
14 orçamentária do *Campus*. Ou seja, se sobrar saldo de receita, ele será somado às receitas de
15 2012. É algo que só saberão depois que fechar o ano, tendo conhecimento dos valores das
16 despesas e das receitas financeiras do exercício. As Receitas Próprias, constantes às páginas
17 15, Fonte 2, Recursos Próprios, no valor de R\$53,037 milhões foram estimadas pela
18 Secretaria da Fazenda, estando baseadas no realizado em 2011, até o momento de sua
19 elaboração. Se eventualmente houver algum ganho durante o exercício, como sempre fazem
20 nas revisões, irão demonstrando onde se localizam; os ganhos ou perdas. O somatório do
21 orçamento da Universidade, adicionando-se aí Recurso do Tesouro do Estado que é
22 R\$1.736.393.111,00 mais R\$53.037.670,00 de recursos próprios, resulta em
23 R\$1.789.430.781,00. Quanto às despesas, constam às folhas 18 - Pessoal, Grupo I, cujo
24 somatório é R\$1,461 bilhão. Nesse item há o lançamento do Programa de Auxílio-
25 Alimentação que foi bastante ampliado em relação à proposta orçamentária de 2011. Quando
26 a proposta foi aprovada no final do ano de 2010, o programa recebeu recursos da ordem de
27 R\$12,683 milhões. No meio do ano, por ocasião da data-base, a Reitoria renegociou o valor, o
28 qual foi ampliado para R\$23,296 milhões. O reflexo dessa negociação para 12 meses, em
29 2012, vai custar para a Universidade R\$31,984 milhões. Ele se ampliou atendendo todos os
30 servidores, sejam docentes ou funcionários técnico-administrativos. A despesa estimada com
31 Pessoal e Reflexos contém também todas as reservas em andamento na DGRH. Já estão
32 previstos os gastos adicionais para o exercício, se as reservas forem efetivadas durante o ano
33 de 2012. Consta também aí, e isso é uma coisa boa, a última parcela da dívida relativa ao
34 pagamento de sexta-parte dos servidores celetistas, isso quer dizer que a partir de 2013 a
35 Universidade fica livre de uma despesa de cerca de R\$4,680 milhões. O comprometimento de
36 gasto com pessoal em relação a Recursos do Tesouro do Estado é de 84,19%, na expectativa
37 inicial, lembrando que aí não consta nenhuma estimativa de reajuste salarial. As discussões
38 salariais serão em maio, quando irão verificar a arrecadação de ICMS e o valor de reserva de
39 contingência. No próximo item – Juros, Encargos e Amortização, encerra-se este ano, o
40 pagamento das amortizações pendentes; são duas parcelas residuais. A partir de 2013 não há

17 Expediente

1 mais nenhum financiamento para pagar. As sentenças judiciais estão todas detalhadas
2 individualmente no Quadro 5, às folhas 28. Os ofícios precatórios que deram entrada até o
3 mês de junho, devem ser pagos no próximo exercício. No próximo grupo, chamado Despesa
4 de Utilidade Pública, constam despesas com água e energia elétrica, e foram baseadas nos
5 gastos e nos reajustes concedidos neste ano que agora se refletem também nos 12 meses do
6 ano que vem. Na Segunda Revisão deste ano a despesa estava estimada em R\$33,937 milhões
7 e, para 2012, R\$35,743 milhões. Há um acréscimo de 5%, que é algo próximo da inflação, e
8 lhes parece um número bastante razoável. O item chamado Restaurantes e Transportes é o
9 grupo de despesas onde são alocados recursos para cobrir despesas com gêneros alimentícios
10 para os restaurantes, de todos os *Campi*. Os transportes correspondem aos contratos de
11 fretamento de ônibus. Eles constam a preços vigentes, mantendo-se a quantidade de linhas, e
12 considerando-se a quantidade de refeições estimadas para o próximo ano. No item chamado
13 Despesas Contratuais estão alocados os recursos para cobrir todos os contratos vigentes
14 atualmente, mantidas as quantidades atuais também. Em relação aos anos anteriores, o que
15 aumenta, às vezes, são, por exemplo, os contratos de limpeza, onde há expansão de áreas;
16 note-se que isso está ocorrendo em várias unidades onde há novas inaugurações ou expansões.
17 No próximo grupo – Programas de Apoio, o primeiro item é Manutenção de Infraestrutura, é
18 um daqueles itens em que apenas estão propondo a correção de valor pelo índice de inflação,
19 em relação a 2011. Esse grupo está recebendo R\$2,257 milhões, que é o item de despesa onde
20 a Prefeitura realiza as manutenções no *Campus*. Este item está recebendo somente a correção
21 inflacionária, em função das precauções necessárias em relação ao comportamento das
22 receitas do ano que vem. O Programa de Manutenção Predial que é um programa novo, foi
23 criado na Revisão de 2010, está recebendo o mesmo valor de 2011, porque o saldo existente
24 nesse programa, que está alocado nas unidades, é de R\$3,441 milhões. Para 2011 foram
25 aprovados R\$2 milhões, ou seja, estão quase em dezembro e não foram gastos nem os
26 recursos de 2011. Dessa forma, entendem que seria adequado nesse momento manter o valor
27 nominal. Se eventualmente o comportamento das receitas for favorável, esta proposta pode
28 ser revista. No item Assinatura de Periódicos estão mantendo a mesma quantidade de dólares
29 a uma taxa de R\$1,70, prevendo-se a aquisição das assinaturas, logo no início do ano. O
30 Faepex também recebeu somente a correção da inflação de 5% em relação a 2011. O próximo
31 grupo Programa de Qualificação Orçamentária, que é o programa onde a distribuição dos
32 recursos é baseada em indicadores físicos das unidades de ensino e pesquisa, está recebendo
33 um recurso que corresponde também a um acréscimo de 5% em relação a 2011. No programa
34 de Bolsas, onde há um detalhamento bastante extenso nos anexos a seguir, o valor proposto
35 corresponde a quantidade de bolsas aprovadas *versus* o valor vigente. Os próximos itens são
36 programas de menor proporção, onde estão mantidas as mesmas dimensões de 2011; há
37 poucos programas que tiveram alguma alteração, com exceção do AFPU, programa de
38 treinamento, que em função dos investimentos feitos já este ano, foi necessária uma
39 ampliação de R\$300 mil para R\$400 mil. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO
40 pergunta se o Programa de Qualificação Orçamentária - PQO é sempre rodado em função do

18
Expediente

1 Sipex. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE responde que o Sipex é uma das fontes. O
2 Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO questiona quando é que roda isso, por
3 unidade, para poder fazer a proposta. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que buscam
4 os indicadores em agosto. Se não obter todos os dados em agosto, a Aeplan não terá tempo
5 hábil para processar tudo (Sipex, teses, dissertações, qualificação do quadro docente, *papers*).
6 O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO diz que, a rigor, isso tudo estaria no
7 Sipex, pelo menos deveria estar. Seria interessante se estivesse tudo lá e ficaria mais fácil para
8 todos. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE informa que o próximo grupo, Manutenção das
9 Atividades Existentes, chamado Despesas de Custeio e Capital, refere-se aos recursos para
10 sobrevivência diária das unidades. Os R\$28,60 milhões propostos, corresponde ao valor
11 aprovado para este ano, acrescido da expectativa de 5% de inflação para o ano que vem. No
12 Grupo Projetos Especiais, o primeiro item, denominado Reserva de Contingência, cujo
13 montante é R\$33,817 milhões, é o valor que está sendo destinado prioritariamente para o
14 reajuste salarial que vai ser discutido no meio do ano ou, eventualmente, ajustes se a
15 arrecadação cair. Na hipótese de a arrecadação cair abaixo dos valores previstos, é necessário
16 realizar ajustes nas despesas, iniciando-se pela reserva de contingência. Ela em duas
17 finalidades: se a arrecadação crescer, os recursos são direcionados para cá. No sentido
18 inverso, se houver queda de arrecadação a reserva de contingência é o primeiro item a ser
19 reduzido. Quanto aprovaram o Orçamento de 2011, esse item estava com R\$44,538 milhões.
20 No ano passado foi possível sair com uma reserva um pouco melhor do que a de hoje. O
21 Conselheiro CLAUDIO JOSÉ SERVATO questiona se o auxílio-alimentação entra nesse
22 grupo. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que consta na nota: valores destinados a
23 ajustes orçamentários em função de arrecadação de ICMS e reajuste salarial. Auxílio-
24 alimentação está previsto no item Pessoal. O próximo item chamado Reserva Técnica, refere-
25 se ao valor destinado a cobrir os reajustes de preços que ocorrerão durante o ano. Como se
26 sabe, há reajuste de preços em contratos das unidades, em utilidade pública, e gêneros
27 alimentícios. Nestes casos é preciso suplementar a dotação inicial. Isso não onera o orçamento
28 das unidades. Quando há suplementação do orçamento da unidade em função de um contrato
29 que foi reajustado, o recurso sai desta reserva. Ela foi constituída baseando-se nos contratos
30 existentes, mais a previsão de reajuste de 5% para o ano que vem. Se o reajuste for maior,
31 significa que será preciso um pouco mais de recursos nesse item. Passa em seguida aos itens
32 principais, alguns já bastante conhecidos; destacando que novamente estão colocando
33 recursos para cinquenta contratações de docentes do nível MS-3.1; quarenta concursos ou
34 promoções por mérito para professor associado, nível MS-5.1; trinta para professor titular,
35 nível MS-6; e há também a contratação de um docente que é o último que foi solicitado para o
36 ProFIS, cujo início de atividades precisa ser em 2012. Para o Planes, que também tem um
37 valor significativo, decidiram manter o valor de 2011, R\$2,5 milhões. Logo em seguida há o
38 Programa de Valorização do Ensino de Graduação II. Na Segunda Revisão de 2010, institui-
39 se a Fase I deste programa, sendo alocados naquela ocasião R\$4 milhões; estão propondo
40 alocar agora na Fase II mais R\$2 milhões. Estes recursos são distribuídos para as unidades de

19 Expediente

1 ensino. Em seguida, vem um item denominado Melhoria da Acessibilidade de Prédios,
2 segunda fase. Essa é a história dos prédios denominados “Pinotinhos”, que este ano também
3 se alocou R\$7 milhões para melhoria da acessibilidade. Essa é a segunda etapa da quantidade
4 estimada de recursos para reforma de quarenta “Pinotinhos”. O próximo item é uma obra de
5 construção do Novo Auditório e Anexos, primeira Fase, cuja despesa é de R\$19,5 milhões.
6 Há também a construção do Ciclo Básico III, primeira fase, R\$7,5 milhões. Construção do
7 novo bloco de salas de aula para o Cotuca, cuja despesa, na primeira fase, é de R\$5 milhões.
8 Em seguida, há um pacote de despesas de várias unidades, que somam R\$18,466 milhões, que
9 se agregaram em um único item. O valor total do grupo chamado Projetos Especiais soma
10 R\$110,829 milhões. E por último, o Grupo de Despesas Custeadas com Receitas Próprias,
11 cujo montante está estimado em R\$6,599 milhões, referem-se aos recursos que durante o
12 exercício serão revertidos para as unidades. Depois que a Aeplan identificar o recolhimento
13 da receita, o valor é repassado para as unidades disponibilizando-se para execução. Trata-se
14 de uma receita gerada internamente, mas que volta para as unidades para apoiar a realização
15 de suas despesas. Por enquanto eram esses os esclarecimentos iniciais. O Conselheiro
16 DANIEL PEREIRA, antes de qualquer coisa, agradece ao senhor Antonio Félix, sempre
17 muito claro e objetivo nas suas apresentações. Acredita que não existe momento mais
18 importante na Universidade do que a definição do seu orçamento, pois é um momento em que
19 se definem as prioridades e os avanços. Está a quase nove anos, quase que continuamente no
20 Consu, e nunca esteve em uma reunião desta Comissão quando discutia a proposta a ser
21 apresentada à CAD; participou das discussões na CAD e no Consu, mas nunca na COP. De
22 certa forma está feliz por essa possibilidade, mas, ao mesmo tempo, com sentimento de
23 responsabilidade redobrada, porque, de fato, a proposta que provém da COP, em geral, é
24 pouco alterada nas instâncias seguintes, então a responsabilidade desta Comissão nessa
25 discussão é de extrema importância. Suas contribuições aqui estarão norteadas por
26 responsabilidade. Por conta de o orçamento nos últimos dez ou 12 anos não ter sido muito
27 folgado, a discussão sobre prioridades era reduzida. Em geral, a proposta elaborada pela
28 Aeplan com subsídios da Administração central, através da PRDU e do Gabinete, era seguida
29 quase na sua totalidade, ou seja, tinha pouco espaço para discutir novos investimentos ou
30 aplicações. Assim sendo, em geral a proposta que vinha da Aeplan e da Administração era
31 aprovada também. Acredita que isso se alterou um pouco, pelo menos no ano passado, porque
32 pôde se definir algumas coisas que há muito tempo não se fazia, como, por exemplo, o
33 Programa de Ampliação da Infraestrutura e Urbanização do *Campus*, onde foram
34 disponibilizados R\$22 milhões. Este ano gostaria de poder discutir um pouco sobre
35 prioridades, em termos de investimentos. E lembrando, naquele norte de responsabilidade de
36 sua participação, é sabido que tem um grande bloco associado a pessoal e um bem menor
37 associado a investimentos e manutenção das atividades; e não dá para ter grandes flutuações,
38 porque senão se impacta um ou outro; mas alguma flexibilidade em um lado ou no outro se
39 deve buscar. Sua fala, algumas críticas e talvez propostas alternativas venham um pouco nesse
40 sentido. Antes de entrar nas questões deste ano gostaria de obter informações com relação a

20 Expediente

1 dois itens sobre o orçamento de 2011: aqueles R\$22 milhões do Programa de Ampliação de
2 Infraestrutura e Urbanização, como é que eles foram gastos. Como o senhor Antonio Félix
3 disse que existe um pouco de reserva nas unidades em relação aos prédios, pode ser que
4 nessas rubricas nem tudo tenha sido gasto. Deseja informações também com relação aos R\$7
5 milhões de Acessibilidade, já que estavam previstos para serem reformulados vinte
6 “Pinotinhos”. E também teve um item aprovado na proposta orçamentária para 2011, que não
7 é muito significativa no impacto do orçamento, mas acha que para algumas unidades é muito
8 importante e não teve mais notícias, que seria o valor de R\$1,5 milhão para construção do
9 entreposto de resíduos. O SENHOR PRESIDENTE diz que nem tudo que está no Orçamento
10 de 2011 foi, necessariamente, executado, mas o recurso está reservado para tal. O maior
11 volume de recursos era para o programa de Infraestrutura; um está contratado e em execução,
12 que é a infraestrutura de todo o arruamento na área entre o Instituto de Computação e o
13 Museu. Lá serão construídas todas as ruas, uma grande avenida duplicada que passará pela
14 Feagri, a infraestrutura hidráulica, elétrica e calçadas; isso está contratado. Tinham reservado
15 R\$14 milhões e gastaram R\$11,500 milhões. É uma grande e famosa empreiteira do Rio de
16 Janeiro que está fazendo. Eles começaram pela infraestrutura na avenida do Posto, porque já
17 havia alguns prédios sem infraestrutura, os da FEM e da FEQ; o prazo para execução é de dez
18 meses. Os outros R\$5 milhões estimados, desses R\$22 milhões, são para a infraestrutura das
19 quadras na saída para o *Campus* da PUC; ali tem pouco arruamento, e não tem esgoto, água
20 ou iluminação. Essa licitação ainda não terminou. Isso não está detalhado aqui, mas pode,
21 depois, passar essa informação. Para adequação dos quarenta “Pinotinhos”, há cinco modelos,
22 porque às vezes o “Pinotinho” é só a metade dele, às vezes é mais de um e às vezes a
23 adequação exige um novo bloco que será acoplado, na maioria das vezes, na entrada, que
24 conterá elevador e sanitários. E, além disso, restarão algumas salas ali; isso está estimado em
25 R\$350 mil por “Pinotinho”. Na verdade, ainda não foi feito nenhum porque estão em vias de
26 contratação e nem elegeram quais os “Pinotinhos”. O entreposto de resíduos é um projeto ao
27 lado do posto que está sendo ocupado pelo grupo que agora chama-se Grupo de Gestão
28 Ambiental, que originalmente era o Grupo de Gestão de Resíduos Sólidos. O projeto está
29 pronto e o valor estimado é de R\$5,200 milhões, estando reservado R\$1,5 milhão. Não estão
30 reservando novos recursos neste orçamento porque aquilo ainda não foi contratado e a
31 orientação é para contratar só a primeira fase por R\$1,5 milhão. É um prédio relativamente
32 grande, com exigências não só sanitárias, mas de segurança, que vai ter além dos resíduos
33 habituais, resíduos mais perigosos. Esse recurso está reservado para isso. Servirá para um
34 depósito intermediário dos resíduos que todas as unidades geram. O Conselheiro DANIEL
35 PEREIRA diz que antes de fazer considerações com relação à Proposta para 2012, queria
36 confirmar duas premissas que considerou em sua análise: não estão previstos investimentos na
37 nova carreira docente - para os níveis MS-3.1, MS-5.1 e MS-6 -, e não estão previstos
38 recursos para avaliação dos servidores técnico-administrativos na proposta. O SENHOR
39 PRESIDENTE diz que estão previstos no grupo de Pessoal. O Conselheiro DANIEL
40 PEREIRA diz que não está discriminado. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que não

21 Expediente

1 é preciso, necessariamente, discriminar isso. Já é praxe no projetar da folha de pagamento
2 colocar despesas conhecidas. Como já existem essas estimativas, incluíram na folha de
3 pessoal a carreira docente e o gasto com avaliação de funcionários para o próximo ano. O
4 Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que não está explícito na proposta. O senhor ANTONIO
5 FÉLIX DUARTE diz que não está explícito, mas está na proposta. O Conselheiro DANIEL
6 PEREIRA pergunta por que não se explicita. O SENHOR PRESIDENTE diz que é
7 explicitado quando é feito nas revisões. Se na revisão não tinha sido feita a reserva para um
8 determinado assunto, como foi a nova carreira dos docentes, reservam imaginando que teriam
9 seis meses pelo menos, como estimaram que haveria um número de promoções, a partir do
10 mês de agosto. Isso não aconteceu. Então aqueles recursos automaticamente se transferem
11 para o próximo ano. Agora já sabem com mais detalhes que, provavelmente, terão,
12 aproximadamente, 690 professores que serão promovidos para os níveis MS-3.2, MS-5.2 ou
13 MS-5.3. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que não é sobre isso que está perguntando.
14 Está perguntando sobre a conversa que o professor Fernando teve com os diretores de
15 unidades, por duas vezes, para completar a nova carreira docente, aqueles valores associados
16 aos níveis MS-3.1, MS-5.1 e MS-6. O SENHOR PRESIDENTE diz que esses não estão. O
17 Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que essa é a sua premissa, esses não estão. O SENHOR
18 PRESIDENTE diz não estão por que não decidiram. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz
19 que podem decidir. O SENHOR PRESIDENTE diz não ser possível porque o Cruesp não
20 decidiu o que fazer. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que podem reservar recursos para
21 isso, se quiserem. O SENHOR PRESIDENTE diz que a carreira não está aprovada pelo
22 Cruesp. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR pergunta se isso poderia ser
23 encaixado na reserva de contingência. O SENHOR PRESIDENTE responde que sim. O
24 problema é que não fizeram a reserva porque a mudança dos salários dos níveis MS-3.1, MS-
25 5.1 e MS-6, não foram aprovadas. Ao longo desse tempo todo discutiram que poderiam fazer
26 e mostraram até que impacto teria, mas isso não prosperou por várias razões. O Conselheiro
27 DANIEL PEREIRA questiona como irão aplicar se o Cruesp aprovar e a despesa não estiver
28 prevista no orçamento. O SENHOR PRESIDENTE diz que aplicarão como sempre fizeram,
29 nas revisões e como farão com o reajuste salarial, porque a reserva de contingência existente,
30 com certeza, é insuficiente para o reajuste salarial de maio e como também estão fazendo para
31 eventual reajuste de auxílio-alimentação. O Conselheiro DANIEL PEREIRA pergunta se
32 existem investimentos previstos para a avaliação dos servidores. O SENHOR PRESIDENTE
33 responde que para a avaliação existem. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que no
34 orçamento o valor não está explicitado. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que para a
35 avaliação de 2011 o pagamento se inicia em 2012. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
36 pergunta sobre a avaliação de 2012. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que para a
37 avaliação de 2012, o pagamento se inicia em 2013, por isso não consta desta proposta
38 orçamentária. O SENHOR PRESIDENTE diz que em 2010, tinham feito uma reserva para
39 2011, mas que não aplicaram, já que a avaliação foi realizada no primeiro semestre de 2011.
40 O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que não está previsto quanto será usado nesse

22 Expediente

1 processo. O SENHOR PRESIDENTE informa que está previsto no Orçamento de 2011. Foi
2 feita a reserva e estimaram a folha em 2012, considerando que a avaliação dos servidores teria
3 a mesma despesa que teve no ano anterior. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que essas
4 eram suas premissas. Agora irá, de fato, fazer algumas considerações. Acha que tem uma
5 novidade nessa apresentação de proposta que é interessante, mas ela é novidade e por isso
6 merece ser considerada. No Grupo VIII – Projetos Especiais, pela primeira vez nos
7 orçamentos, desde 1999, aparecem valores de orçamento associados a reformas e
8 investimentos para as unidades. É o último ponto: a reforma do Ginásio, instalações didáticas
9 na FEM etc. Nunca tinham aparecido reformas e investimentos em unidades no orçamento e
10 agora apareceu. É uma novidade que acha saudável, ótima, na verdade, porque começa a
11 haver comprometimento orçamentário com essas questões. Normalmente, essas coisas eram
12 associadas a recursos extraorçamentários. Por outro lado, o incomoda não estar explicitado o
13 valor de uma por uma, porque isso está misturado com a construção de um conjunto de
14 laboratórios de apoio à pesquisa e pós-graduação. Uma solicitação é que se diga qual é o valor
15 para cada um desses itens, que somam R\$18,466 milhões. E isso o remete imediatamente a
16 uma consideração que queria trazer para a COP que é a inclusão, nesse mesmo grupo de
17 Projetos Especiais, desses investimentos associados à construção do Auditório, à construção
18 do Ciclo Básico III e dos Laboratórios de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação. Chamou-lhe a
19 atenção e, de certa forma, o incomoda porque o professor Fernando fez duas reuniões com os
20 diretores onde informou da decisão de fazer investimentos nessas obras e fez saber também
21 que algumas fontes de recursos seriam do Ministério de Ciência e Tecnologia, que estariam
22 sendo negociadas, e de convênio com o Banco do Brasil. Os colegas diretores que estão aqui
23 podem lhe corrigir, conversou com alguns da área de Exatas antes de vir para cá, e em
24 nenhuma dessas reuniões foi mencionado que haveria aporte de recursos orçamentários a
25 essas obras. Dentro dessa discussão de prioridades a novos investimentos, acha que é legítimo
26 fazer algum questionamento e, eventualmente, uma proposta divergente da encaminhada.
27 Considera que depois de tanto tempo sem discutirem prioridades este é um momento
28 importante para fazê-lo. Os investimentos pontuais, incluindo os recursos para a melhoria de
29 acessibilidade dos prédios nessa segunda fase, acha que não precisam ser contínuos; podem
30 fazer em um ano, no outro ano se interrompe e no seguinte se volta a fazer. Calculou o pacote
31 de investimentos que resultou em R\$34 milhões mais o valor dos Laboratórios de Apoio à
32 Pesquisa e Pós-Graduação, que não sabe o valor porque está no pacote de R\$18 milhões;
33 então é no mínimo, R\$34 milhões mais o valor desse prédio. É esse pacote de recursos que
34 queria discutir, do ponto de vista prioridades. Acha legítimo fazer essa discussão porque a
35 Administração traz sua visão de prioridades; acha que os diretores têm uma visão de execução
36 do seu orçamento, das suas unidades, das suas necessidades; servidores, outra visão; docentes,
37 outra visão. Para ele é fácil identificar prioridades outras para consumir todos esses recursos,
38 então votaria contra esses investimentos. Refletiu sobre questões que são importantes para as
39 necessidades do Instituto de Física; e refletiu também sobre como têm discutido essas
40 questões de orçamento, e tem algumas sugestões de alterações. O SENHOR PRESIDENTE

23 Expediente

1 pergunta se pode responder primeiro aos questionamentos para que o professor faça depois as
2 sugestões, porque senão, sem as respostas, não podem mudar a proposta. O Conselheiro
3 DANIEL PEREIRA concorda. O SENHOR PRESIDENTE primeiro diz que recurso
4 orçamentário é todo aquele que vem do Tesouro Estadual. O Banco do Brasil pagou um
5 montante ao Estado de São Paulo por continuar com a folha que era do banco Nossa Caixa, na
6 época do governador Serra ainda, que antes de sair do Governo negociou a prorrogação da
7 folha do Estado; ele estendeu o que tinha sido combinado até 2012 para 2014. Transferiu para
8 a Unicamp os encargos de fazer o processo de contratação do Banco do Brasil, mas o recurso
9 foi passado para o Governo do Estado, que era o agente negociador. Um ano depois de a
10 negociação ter sido feita e concordado com todas as exigências da Universidade, a Secretaria
11 de Fazenda transferiu para a Unicamp os recursos que tinham sido passados pelo Banco do
12 Brasil ao Estado de São Paulo; transferiram, naquela época, aproximadamente R\$13 milhões.
13 Na verdade esse recurso foi transferido em fevereiro de 2011; por esse atraso todo, em função
14 dos rendimentos financeiros, hoje ele representa R\$14 milhões. Quando discriminam no
15 Orçamento, e discutem ou apresentam para os colegiados, apresentam um investimento de
16 R\$200 milhões; e então dizem que de várias fontes tinha CTInfra, Finep, Governo Federal,
17 Governo Estadual extraorçamentário e Banco do Brasil que eram fontes importantes. Mas
18 existem outras. Existem recursos ainda não destinados, no orçamento de outros bancos. Até
19 do Banco Real que para a construção do Teatro destinaram R\$3 milhões obtidos através de
20 uma negociação para renovação da permanência da agência quatro anos atrás; e esse dinheiro
21 até hoje está aplicado em uma conta específica. Quando se referem ao Orçamento, querem
22 dizer dos 2,1958% da dotação orçamentária, porque esse recurso do Banco do Brasil que foi
23 transferido através da Secretaria da Fazenda, para poderem usar terão de solicitar crédito
24 suplementar para a Secretaria de Planejamento, como fizeram com o Programa de Expansão
25 da Graduação ou qualquer outro recurso, ou mesmo os recursos que vêm pelo aumento da
26 arrecadação do ICMS. E isso tem sido muito tranquilo, porque, nos últimos três anos, a
27 arrecadação foi maior que a prevista no orçamento aprovado na Assembleia e no Conselho
28 Universitário. Irão fazer com que através de crédito suplementar os recursos sejam inseridos
29 no orçamento para fazer a construção do novo centro de convenções. Só que para iniciarem a
30 licitação precisam da aprovação do Consu, para esse e para outros que estão aqui
31 relacionados. Agora tem aqui, por exemplo, uma dotação negociada, mas ainda não
32 empenhada, porque não tem o recurso, de um prédio solicitado pela diretoria da FEQ de
33 R\$2,5 milhões. Talvez possam detalhar as obras, que não detalharam porque tem 18 unidades
34 envolvidas, inclusive o IFGW. Pode relacionar alguns que se recorda aqui: a reforma do
35 Ginásio Multidisciplinar, o Prédio de Laboratórios, já que havia uma quantidade de
36 solicitações grande da Copei e também solicitações individuais. A demanda de docentes por
37 laboratórios é enorme. Havia R\$1,858 milhão destinado ao Ginásio - da licitação que está em
38 vias de conclusão -, a conclusão do Prédio III da Feagri, que é um valor pequeno, mas é
39 porque atrasou e teve várias revogações de licitação; tem a conclusão do laboratório de
40 graduação e salas de aula da FEA, R\$1,010 milhão; finalização do prédio da FEC, R\$1,842

24 Expediente

1 milhão; e R\$1,289 milhão da última suplementação feita para o recurso do prédio do IG. Nesse pacote não existe recurso extraorçamentário. Quando aprovam a suplementação de recursos, o processo vai para a Aeplan e quando já tem reserva no orçamento anterior é feito à conta da reserva, senão é feita uma previsão de despesa para o ano seguinte. Desses R\$18 milhões deve ter em torno de R\$9 milhões para os prédios do IG e para a relação que citou agora, R\$10,218 milhões. O Conselheiro DANIEL PEREIRA pergunta se é o valor para os laboratórios. O SENHOR PRESIDENTE responde que são aproximadamente R\$10 milhões, fora o Laboratório e pequenas despesas. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que somam R\$9 milhões, aproximadamente. O SENHOR PRESIDENTE diz que talvez próximo de R\$9 milhões para o conjunto de laboratórios. O outro é o de laboratório do básico, que estão chamando de Básico III. Para acessibilidade são R\$14 milhões reservados, com esses R\$7 milhões agora; blocos de salas de aula do Cotuca que estão negociando um projeto da Secretaria de Educação e que irão construir no próprio Cotuca, porque embora tenham destinado este ano, R\$2,5 milhões para reformas, adequações, reforço da infraestrutura e troca de telhado, é um prédio tombado que precisava de uma restauração que deve custar mais de R\$10 milhões; então estão copiando um projeto de escola da Secretaria de Educação, através do Fundo de Desenvolvimento da Educação, cujo projeto estimado deve custar mais de R\$5 milhões, mas estão reservando R\$5 milhões para executar durante o ano. Desistiram de transferir o Cotuca e seus dois mil adolescentes para um espaço que havia sido reservado ao lado da Faculdade de Engenharia Civil. Além dos prédios de laboratórios, já há um compromisso aqui. Terá de rever com cada uma das 18 unidades os repasses autorizados. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que quanto às unidades não tem nenhuma objeção, acha saudável que entrem no orçamento. Agora, aqueles recursos associados às unidades, muitos deles, são de propostas da Finep que a unidade encaminhou. Na verdade, o que quer dizer é que relativo a esses outros investimentos que estão chamando de novos, apesar dos esclarecimentos acerca do Banco do Brasil e ser orçamento etc., mesmo assim é um pacote de recursos que acredita ser em coisa nova. O SENHOR PRESIDENTE diz ser em coisa nova, proposta pela Administração. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que a grande questão que coloca é que existem necessidades concretas relativas à infraestrutura física de prédios de administração, de laboratórios e de ensino ainda existente nas unidades que seriam muito superiores a isso. Esse é o grande problema. O senhor Antonio Félix chamou a atenção para a questão de manutenção predial que tem R\$3 milhões que não foram usados; muito provavelmente é porque isso é tão pouco com relação às necessidades reais de certas questões de infraestrutura que não dá para usar. Se tivesse um aporte muito mais significativo para as unidades, do ponto de vista de manutenção predial, esses R\$34 milhões, mais os R\$9 milhões do laboratório de pesquisa, que dá R\$43 milhões, seria muito acima disso. O SENHOR PRESIDENTE diz que a razão da existência de saldo é porque a unidade não consegue utilizar, não é porque é pouco. Ela não tem conseguido usar porque tem procedimentos da contratação que são demorados. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz ser mais que isso. Tem certas necessidades de infraestrutura que custam, por exemplo, R\$2 milhões; se a

25 Expediente

1 unidade dispõe de R\$130 mil por ano, não vai usar, não tem jeito. Espera juntar mais,
2 qualquer coisa que seja. De fato, gostaria de questionar as prioridades associadas a esses R\$43
3 milhões. Sugere um investimento maior em manutenção dos prédios, de R\$2 milhões subir
4 para pelo menos R\$10 milhões. Há anos não se consegue alterar a parte do qualificado das
5 unidades, só tem o pequeno percentual de inflação. Acha que de R\$5,37 milhões deveriam
6 subir para R\$8 milhões. A reserva de contingência devia ser maior, de R\$38 milhões sugere
7 que ela fique, no mínimo, igual ao valor do ano passado. Não consegue entender como
8 diminuir isso fazendo investimentos novos; então voltaria para aquele valor original de R\$45
9 milhões, é a sua sugestão; seriam R\$11 milhões a mais. Para o Programa de Valorização do
10 Ensino de Graduação, no ano passado foram destinados R\$4 milhões e neste, R\$2 milhões; é
11 um programa muito importante porque todas as unidades o utilizam, não é uma ou outra, e é
12 uma fonte que não encontram disponibilidade em nenhuma outra agência. Sugere que esses
13 R\$2 milhões subam para R\$8 milhões, ou seja, R\$6 milhões a mais. Esse pacote de sugestões
14 associado a passar para a rubrica de manutenção predial, orçamento qualificado, reserva de
15 contingência e valorização do ensino de graduação daria R\$26 milhões que seriam subtraídos
16 dos R\$43 da proposta que veio da Administração. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
17 JÚNIOR solicita um esclarecimento, ainda nesse assunto. Voltando ao assunto Banco do
18 Brasil, foi colocado que, havendo a efetivação das construções seria solicitada uma quota
19 suplementar para o Estado. Matematicamente, no orçamento já está como saída e não está
20 como entrada. Essa é sua dúvida. O SENHOR PRESIDENTE responde que o orçamento é
21 uma dotação que o Estado disponibiliza para que a Universidade utilize. Se houver financeiro
22 para gastar gastam tudo. Se não tiver financeiro, vai sobrar dotação orçamentária. Se tiver
23 mais financeiro do que dotação é preciso solicitar crédito suplementar. O crédito que ele irá
24 disponibilizar não é em dinheiro. Por exemplo, essa receita que veio, veio o financeiro, a
25 Secretaria de Fazenda passou aproximadamente R\$13 milhões, e que foram aplicados. Não
26 solicitaram crédito suplementar para gastar esse recurso, usaram o orçamento que já havia e
27 os créditos suplementares das dotações adicionais obtidas do ICMS. Em algum momento
28 podem solicitar e explicar à Secretaria quais as razões por que a Universidade tem mais
29 recursos do que foi concedido de dotação. Eles concordam ou não, mas se eles não
30 concordarem, ficarão com o financeiro. Até para pagar pessoal é preciso dotação
31 orçamentária. São duas coisas que confundem: dotação orçamentária e recursos. Se o Estado
32 der crédito suplementar exatamente nos repasses que ele fez a mais, eles são iguais; se ele não
33 fizer ou se ele fizer um crédito suplementar e o recurso não entrar, o orçamento é maior do
34 que o financeiro; então é preciso segurar as despesas e fazer o contingenciamento. A entrada
35 daquilo consta na contabilidade, e está contabilizado que entraram R\$13 milhões. Não
36 contabilizaram como entrando no orçamento, porque não houve crédito suplementar para
37 aquele recurso. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR pergunta se não tem de bater,
38 empatar entrada e saída. A entrada foi na base do ICMS, as saídas estão sendo gastas como
39 discriminadas, efetivamente, uma previsão de entrada não vai bater. O SENHOR
40 PRESIDENTE responde que esse é o orçamento inicial. Nas revisões irão aumentar as

26 Expediente

1 despesas e as receitas também, é o que tem sido feito nos últimos anos. Quando aumenta
2 receita por entrada nova solicitam crédito suplementar. O senhor ANTONIO FÉLIX
3 DUARTE só para ilustrar o que o doutor Paulo está falando, diz que foi publicado ontem, no
4 Diário Oficial, um crédito suplementar para a Unicamp de R\$43 milhões. Isso aconteceu
5 porque a dotação inicial que o Estado tinha aprovado na lei em 2011, passou a ser deficitária
6 porque houve um ganho de arrecadação, ganho que aconteceu porque os recursos que eram
7 relativos a 2010 passaram para 2011, aquela diferença de dezembro. Trata-se de ajuste
8 contábil pois o financeiro já está aqui desde o começo do ano. Em relação ao Banco do Brasil
9 acontece a mesma coisa. No dia 23 de fevereiro receberam R\$13 milhões, e para poder
10 executar esses recursos que já se transformaram em R\$14 milhões, em algum momento que
11 for necessário, solicitarão o crédito suplementar. Não é possível solicitar o crédito antes do
12 momento de executar, porque se tivesse solicitado no início do ano, iriam ficar com crédito
13 orçamentário e o recurso financeiro, mas sem autorização para a execução da despesa. Agora
14 que está se decidindo que, eventualmente, se for aprovado vai se aplicar este recurso nessa
15 obra, é o momento de pedir o crédito. Tem de estar dentro do mesmo ano. Se pedir o crédito
16 do ano e não executar, o perdem também; o recurso financeiro não poderá ser utilizado.
17 Quando solicitarem o crédito irão indicar na revisão que receberam um crédito suplementar
18 relativo a tal assunto e isso se adiciona à receita. Essa proposta que está sendo apresentada
19 fecha exatamente com a lei que está na Assembleia, exatamente igual, e com ICMS. Durante
20 o ano, se receberem mais recursos orçamentários, solicitam crédito suplementar para zerar a
21 conta de novo, então vão zerando essa conta durante o exercício, de tal modo que, em
22 dezembro, o ideal é que fechasse empatado. Nunca fecha empatado, porque só irão saber
23 quanto foi a arrecadação de dezembro no ano seguinte, então sempre tem um desnível e estão
24 sempre ajustando as diferenças a favor da Universidade. O SENHOR PRESIDENTE diz que
25 se a dúvida é se vai fechar a dotação orçamentária e despesa exatamente igual, vai fechar,
26 porque farão uma revisão em abril. Criarão novas despesas esperando ter novas receitas e irão
27 solicitar mais crédito para poder gastar essas novas receitas até o final do ano. Pode sobrar
28 recurso orçamentário e existe recurso guardado e sem dotação porque não precisam empenhá-
29 lo, então aproveitam para fazer reserva. Haverá uma reunião da COP em fevereiro de
30 fechamento do orçamento, onde constará tudo que entrou de dinheiro e que foram autorizados
31 a gastar, por créditos suplementares ou por decisão da COP, da CAD e do Consu, nas duas
32 revisões e no fechamento. Não tem como fugir, está tudo documentado. Deve ter dinheiro
33 aqui em processo de anos anteriores, de alguma obra que não andou ou coisa que o valha. Isso
34 é financeiro, está lá empenhado para aquilo; para tirar de lá, é preciso levar ao Conselho
35 Universitário e aprovar a mudança da destinação, podendo-se contingenciar ou utilizar para
36 pagar pessoal. Fizeram isso em 2005. Tiraram reserva que tinham destinado para pessoal e em
37 processos, para poder fazer fundos para pagar folha de pagamento e décimo terceiro salário.
38 Acredita que quanto a isso não há dúvida e não sabe se o professor Daniel está colocando em
39 questão isso também, porque o que está aqui só será mudado pela revisão e só será gasto com
40 crédito orçamentário que a Secretaria de Planejamento disponibiliza. O que a COP faz? Emite

27 Expediente

1 um parecer sobre a informação que a Aeplan apresenta. O professor Daniel está fazendo outra
2 proposta e vai discordar da proposta da informação Aeplan, em determinados pontos. Irão
3 anotar na Ata da reunião que será encaminhada para a CAD. O Conselheiro VIVALDO
4 SILVEIRA JÚNIOR diz que sua dúvida era matemática. É que tem a saída e não tem a
5 transferência da existência da receita, então estão gastando mais do que entrou. O SENHOR
6 PRESIDENTE diz que não. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR a não ser que
7 faça a suplementação. O SENHOR PRESIDENTE diz que terão de solicitar crédito
8 suplementar. Quando a Secretaria envia os recursos, ela não manda com esse detalhamento
9 que é feito aqui; ela manda 2,1958%, pode ser mais ou menos do que a dotação que ela
10 disponibilizou. Se for menos, ela não quer saber se é preciso pagar pessoal, por exemplo; a
11 Universidade tem de encontrar uma solução. Se for mais, ela pergunta se irão precisar de
12 crédito suplementar, solicitam e a Secretaria publica o crédito suplementar, quanto a Unicamp
13 precisar, para gastar o dinheiro que veio anteriormente. Não se pode pedir um crédito
14 suplementar de uma receita que a Universidade não possui. A contabilidade de tudo que entra
15 e sai e o rendimento financeiro, é enviado *online* para o Governo do Estado. Lembra que
16 houve uma grande discussão aqui há um tempo, porque faziam isso mensalmente. O
17 Governador Serra sabia se havia na Universidade R\$50 milhões ou R\$100 milhões, e se a
18 USP tinha R\$1 bilhão, por exemplo, então era sempre esse o argumento dele: “Vocês têm em
19 caixa ‘tanto’”. Isso porque a receita nos momentos de arrecadação crescente era maior do que
20 a dotação orçamentária. Claro que não irão pedir um crédito suplementar, em 2013, de um
21 dinheiro que entrou em 2002, não faz sentido esse tipo de coisa. Este ano, quando veio o
22 financeiro, quando o decreto foi aprovado pelo Governador concedendo esse valor, já tinham
23 aprovado o orçamento aqui. Aprovaram o orçamento próximo ao dia 20 de dezembro de 2010
24 e esse decreto é de 29 de dezembro; e o crédito financeiro é de 12 de fevereiro de 2011, se não
25 for esse dia é próximo disso. Então isso vai bater, pois, mesmo que sobre dinheiro, a
26 Secretaria sabe que a Unicamp está com mais dinheiro do que ela aprovou de dotação.
27 Somente a Unicamp faz esse detalhamento dizendo em que irá gastar, a USP e a Unesp não
28 fazem. Isso é invenção do Conselho Universitário de 1995, na gestão do professor Martins.
29 Mesmo quem não entende bem a questão do orçamento é capaz de compreender. O professor
30 Daniel tem razão, nunca houve investimento como nesses três anos. A Administração
31 resolveu que ia acabar com os esqueletos das obras, então passou o recurso para as unidades,
32 porque elas conseguiram recursos como da Finep e de outras fontes, reserva técnica, quase
33 sempre insuficientes para concluir o que iniciaram. Agora, quanto ao detalhamento que não
34 foi feito na COP, possui todos os dados de quanto gastaram em investimento e quanto foi para
35 cada unidade. Na reunião de Fechamento Orçamentário em fevereiro irão demonstrar quanto
36 foi de recurso extraorçamentário para cada unidade. Em seguida, reafirma que está colhendo
37 as sugestões e depois irá elaborar o Parecer. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR
38 diz que também tem outra proposta, até no sentido de avaliar a questão das prioridades. O
39 SENHOR PRESIDENTE diz que irá submeter as sugestões para a CAD analisar, porque esse
40 é o resultado de uma análise técnica que a Aeplan faz consultando todas as unidades e órgãos.

28
Expediente

1 A Administração tomou essa iniciativa, pois tem duzentas solicitações de espaço em
2 laboratório, talvez não do IFGW, mas então o Instituto não pode, na sua manifestação, mudar
3 o que a Copei colheu ao longo de um ano de seu planejamento e avaliação institucional. O
4 Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que isso não é bem correto. O SENHOR PRESIDENTE
5 diz ao professor que já colheu suas sugestões. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que o
6 professor falou uma coisa incorreta. Essas duzentas solicitações surgiram depois de ter sido
7 informado que o prédio seria construído. O SENHOR PRESIDENTE pergunta qual é a
8 dificuldade de ter sido antes ou depois e se o professor acredita que não há demanda. O
9 Conselheiro DANIEL PEREIRA responde que faz parte discutir e priorizar. O SENHOR
10 PRESIDENTE diz que, entretanto, não pode ser tendencioso. O Conselheiro DANIEL
11 PEREIRA afirma não ser tendencioso. O SENHOR PRESIDENTE diz que irá colocar as
12 sugestões exatamente como propostas pelo professor. Diz ainda que a equipe da Aeplan
13 trabalha com isso diuturnamente. Consultou a Copei e as Pró-Reitorias de Graduação. Todos
14 tinham demandas de melhoria de graduação e pós-graduação. Agora, viram a proposta que o
15 Reitor fez e desejam propor uma alternativa a ela; irá colocar na pauta como uma proposta
16 alternativa; porém, não é possível aqui, em uma reunião que é de análise e de informação,
17 mudar os valores dessa maneira. Senão daqui a pouco terão de sentar com o Fórum das Seis
18 para discutir se vai haver auxílio-alimentação ou não. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
19 JÚNIOR diz que sua proposta vai nesse sentido, colocando alguns itens de prioridade e fazer
20 uma avaliação, inicialmente, para depois decidirem se é acatável. O SENHOR PRESIDENTE
21 diz que antes irá acabar de responder. Porque se for assim ele precisa voltar atrás em uma
22 série de iniciativas que, como gestor, tomou. Tem uma série de iniciativas e projetos que
23 encaminharam, reservas que fizeram; não é possível mudar tudo que apontam. Esse é um
24 planejamento global do Orçamento para 2012. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
25 JÚNIOR diz não estar indo para esse lado. Recorda que exatamente um ano atrás, quando já
26 estavam aprovando o orçamento deste ano no Consu, levantou uma situação. Foi a seguinte:
27 como foi coordenador da Capes por cerca de três anos, sabe que ela ofereceu a possibilidade
28 aos seus coordenadores de área para que pudessem solicitar qualquer quantidade de assinatura
29 de periódicos que achassem desejável; e por área. Em um dos itens da proposta, que é
30 assinatura de periódicos da BC, a Aeplan colocou um ajuste do que já foi colocado o ano
31 passado, portanto, não houve novamente uma consulta, se realmente existe a duplicidade de
32 assinaturas. Um ano atrás, o professor Fernando falou que estava confiando na BC e não tinha
33 como duvidar. E está colocando antecipadamente a mesma dúvida, porque separar cerca de
34 R\$13 milhões, onde aproximadamente US\$7,0 milhões são para assinatura de periódicos,
35 ainda duvida se há ou não duplicidade de assinaturas; até porque existe uma movimentação na
36 BC que já solicitou a todas as bibliotecas que levantassem as duplicidades de títulos. Isso é
37 real. A biblioteca da FEA já fez esse levantamento, mas outras bibliotecas não fizeram. Só
38 para ter uma ideia, na biblioteca da FEA, que não é uma das maiores, existe duplicidade de
39 130 mil. Então se nota que tem um erro de gasto, sendo que a duplicidade existe. E se não
40 aproveitarem um investimento que tem no portal da Capes, onde a Unicamp tem acesso livre,

29
Expediente

1 estão pagando dobrado para acessar a mesma coisa. A proposta não é em detrimento às
2 assinaturas. O SENHOR PRESIDENTE diz que entendeu. Acha até que vai além disso,
3 porque houve um entendimento com a Capes de que a Unicamp se livraria dessa despesa, não
4 só quanto à duplicidade. Na verdade não querem mudar uma questão que o sistema de
5 Bibliotecas solicitou. Sabem que existe duplicidade. Sabem que a unidade quer o periódico
6 em papel, o que às vezes é dispensável. E esse levantamento que está sendo realizado não
7 chegou à Aeplan até setembro, quando ela faz a análise. Ao concluírem o levantamento, a
8 qualquer momento, uma das revisões irá deslocar esse recurso. O Conselheiro VIVALDO
9 SILVEIRA JÚNIOR diz que essa é sua proposta, fazer um levantamento detalhado para ver se
10 efetivamente tem esse mau gasto, para que priorizem as necessidades das unidades. Se
11 identificarem que dos R\$13 milhões, R\$3 milhões realmente estão em duplicidade, devem
12 aproveitar o que o portal da Capes oferece. Mas não está pedindo para fazer isso agora. O
13 SENHOR PRESIDENTE diz que essa é uma excelente proposta. Não mudariam agora, mas
14 na revisão haveria informações mais detalhadas para fazê-lo. Aliás, todos esses anos têm
15 estimado um valor de periódicos maior do que gastam, porque pagam tudo antecipado no mês
16 de fevereiro, dependendo da conveniência do câmbio; e nesses anos todos pagaram valores
17 menores de dólar do que estimaram. Houve anos que sobraram 30% desse recurso e na
18 Primeira Revisão redimensionaram a despesa do ano todo. Não tem essa informação agora,
19 mas na Primeira Revisão terá, se a Capes vai ajudar no ressarcimento, no pagamento, no
20 repasse de algum recurso para periódico. Existe muita duplicidade em bibliotecas setoriais. A
21 dúvida é que é uma questão absolutamente técnica do sistema de bibliotecas que não alteraria
22 agora. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR diz que ele também não o faria. É que
23 está descontente, em função do ano passado, já que continuou o mesmo erro por falta de
24 busca de informações. A proposta é deixar para a revisão, caso aconteça, mas colocar a
25 necessidade de fazer essa avaliação, cobrar da BC para que cobre das outras unidades para
26 identificar isso, porque se tem orçamento de R\$13 milhões e tem duplicidade, irão arrumar,
27 com certeza, alguma outra coisa para gastar. Precisam verificar se as unidades não têm outra
28 prioridade. Então vai no contexto do professor Daniel, discutir prioridades. Se perguntassem
29 para ele sobre R\$3 milhões, diria que estão contratando cinquenta docentes por R\$3 milhões,
30 colocaria outros R\$3 milhões em mais cinquenta docentes, além dos que já estavam previstos,
31 porque isso é um gasto duplicado e podem colocar os recursos no lugar onde realmente existe
32 necessidade. O SENHOR PRESIDENTE diz estar correto. E acha que tem outro desperdício
33 de recursos nos periódicos, já que pagam valores muito mais elevados do que o preço de
34 origem. Discutiram isso com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que possam importar
35 sem nenhum ônus de impostos, de custos ou intermediação. Mas a própria lei não permite que
36 façam isso. Então compram de um representante, que compra do outro, que coloca quase o
37 dobro do valor. Agora, não dá para comparar os R\$3 milhões com pessoal, porque pessoal é
38 para cinquenta anos e os R\$3 milhões para periódicos são para um ano; se autorizar aqui cem
39 professores, sabe que não está gastando só os R\$6 milhões. O Conselheiro VIVALDO
40 SILVEIRA JÚNIOR diz que as assinaturas são anuais, então irão gastar todo ano a mesma

30
Expediente

1 coisa. O SENHOR PRESIDENTE diz que a qualquer momento podem suspender a
2 assinatura, pois não existe o contrato de cinquenta anos. Essa é a dificuldade. Fica parecendo
3 que não querem contratar mais pessoal, claro que querem, mas sempre fazendo a conta que a
4 cada contingente contratado eleva o comprometimento acima do possível e acima do que
5 gostariam. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR considerando que estão gastando,
6 todo ano, a mesma coisa em assinaturas, supostamente iriam continuar gastando; então é
7 como se fosse um gasto contínuo; poderia ser até por cinquenta anos, se fosse o caso. Agora, a
8 Capes não iria repor alguma coisa, a Universidade simplesmente deixaria de gastar, porque
9 ela compra e a Unicamp usa, então não teria nenhum retorno. O SENHOR PRESIDENTE diz
10 que a Capes faria a compra. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA JÚNIOR a Unicamp só
11 está usando porque o acesso é livre para todos. A Universidade economizaria desse gasto que
12 o federal gastaria. Gostaria de colocar essa proposta de reavaliar os periódicos para ver se
13 realmente sobraria para destinarem os recursos para contratar docentes. É lógico que o Consu
14 pode decidir por outras prioridades. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que quando
15 elaborou essa proposta de periódicos, esse assunto da viabilidade de eventuais reduções em
16 2012 já estava sendo tratado. A questão é que não se sabia bem qual era a dimensão da
17 redução. Como ação preventiva, adotou a mesma quantidade de dólares do ano passado. Se a
18 questão de redução não estivesse sendo tratada nem isso seria possível, porque há uma
19 inflação em dólar também em periódicos, além das flutuações em função da taxa de câmbio.
20 Manteve a mesma quantidade de dólares de 2011 exatamente porque já sabem que há grandes
21 possibilidades de haver a redução de gasto. A intenção é, na Primeira Revisão, se possível,
22 demonstrar o quanto puderam reduzir. As economias que o doutor Paulo mencionou, são em
23 função de taxa de câmbio. Isso sim tem sido feito e nas revisões são demonstradas essas
24 economias que então são revertidas para outros grupos. O Conselheiro VIVALDO SILVEIRA
25 JÚNIOR diz que outro movimento que a BC está fazendo é para suprimir os impressos. Além
26 dos impressos, que é questionável se são necessários ou não, há duplicidade do *online*. Então
27 tem duas questões a serem avaliadas. O SENHOR PRESIDENTE diz que isso foi feito
28 durante o ano; não sabe se foi feito tudo o que precisava ser feito, mas existe essa
29 preocupação. O Conselheiro CLAUDIO JOSÉ SERVATO diz que irá falar sobre vários
30 assuntos, talvez misture um pouco e pede desculpas de antemão. Primeiro agradece, porque
31 no começo do ano, trouxe algumas demandas, que ao longo desse período foram atendidas.
32 As diárias referentes a viagens foram reajustadas na primeira reunião de fevereiro; há um mês
33 ou dois o auxílio-creche e o auxílio-educação especial tem sido muito importantes para a
34 Universidade. A seguir, diz que há um restaurante para ser inaugurado próximo à Faculdade
35 de Engenharia Civil, e pergunta quando isso vai ocorrer. Estavam previstas contratações de
36 funcionários para a FCA, e quer saber se todas foram feitas e se no ano que vem vai continuar
37 havendo esse tipo de contratações. Lembra que em uma das reuniões do Consu, há
38 aproximadamente dois anos, o doutor Paulo falou que o quadro de servidores técnico-
39 administrativos foi renovado em quase 40%, deseja saber como está esse quadro hoje; quanto
40 foi renovado e se no ano que vem haverá mais contratações; às folhas 20 só consta reserva

31 Expediente

1 para contratação de docentes. Em seguida, parabeniza a Administração porque está para
2 inaugurar o Centro de Vivência, próximo ao Cemeq, solicitação antiga dos funcionários dessa
3 quadra para os alunos. Deseja saber a partir de quando os funcionários poderão optar por qual
4 banco preferem receber seus salários. Outro comentário é que tem em mãos o parecer PG
5 referente ao repasse do aumento para as gratificações incorporadas, negando essa demanda.
6 Pergunta se há condições de na revisão orçamentária ser repassado o valor para os
7 funcionários com GRIs. Os funcionários o têm procurado para dizer que é de direito. Em
8 seguida, diz que existem os pisos salariais da Unicamp, da USP e da Unesp. Queria que a
9 Unicamp atentasse para a questão de que seu piso superior é menor que o da Unesp; os outros
10 dois, médio e fundamental são iguais; reforçando, o piso salarial da Unesp e da Unicamp são
11 praticamente iguais, menos o do segmento superior. Solicita que se faça um trabalho a longo
12 prazo para tentar igualar os dois, que acredita ser a primeira meta, e então, posteriormente,
13 que se equipare ao da USP. Quanto ao auxílio-alimentação, mais uma vez solicita que haja
14 isonomia com a USP. Já houve vários avanços, começaram com várias faixas e hoje existem
15 apenas três. Existe a possibilidade de diminuir o número de faixas para o ano que vem;
16 solicita que se estude e que conste sua sugestão no Parecer da COP. Deseja esclarecimentos
17 sobre o *Note Bem*. Pelo que entendeu, houve 2.408 funcionários contemplados com
18 referências no processo avaliatório passado; neste haverá 3.200 contemplados; foram 43,2%
19 no processo passado, neste, 60% serão contemplados com uma referência. Gostaria de saber o
20 percentual que vai para cada unidade. Para completar, o professor Daniel comentou no
21 começo da reunião sobre a questão de constar recursos anualmente para este processo.
22 Acredita que ele tenha querido dizer que deveria constar no orçamento anual, no mínimo, 2%
23 de recursos para avaliação de desempenho. Hoje dependem das revisões trimestrais para
24 analisar os números do ano seguinte para colocar o percentual de 2%. Já é uma demanda dos
25 funcionários que isso seja um recurso fixo. Se foi isso que o professor Daniel quis dizer, tem
26 seu total apoio. O SENHOR PRESIDENTE diz que a partir deste ano a FCA e todas as outras
27 unidades terão o mesmo critério de reposição de funcionários e docentes. Faltam seis
28 funcionários para completar o quadro definido, e que está previsto neste orçamento. O que
29 estava previsto no orçamento da FCA, como bolsa, utilidade pública etc., foi absorvido no
30 Orçamento Geral deste ano - R\$14 milhões. Se não consta reposição de funcionários nesta
31 lista é porque os funcionários são substituídos automaticamente quando a aposentadoria é de
32 celetista, o que não acontece com os docentes. Para os docentes é preciso fazer uma dotação
33 nova, porque quando se aposentam, continuam na folha. Para funcionários, não. Para o
34 estoque de servidores estatutários, que é cada vez menor, fizeram uma reposição em dois
35 momentos: na primeira que foram 40% do estoque e com arredondamento houve uma
36 reposição de praticamente metade do que existia dessas vagas de estatutários; e em um
37 segundo momento, com trinta que se transformou em quarenta. Fizeram a segunda porque o
38 número de aposentados estatutários nesse período foi grande. Os estatutários contratados no
39 início da Universidade estão se aposentando agora e viverão isso por alguns anos apenas,
40 porque os contratados após 1984, que já estão com 27 anos de casa, são celetistas, então estão

32 Expediente

1 aposentando muito mais celetistas do que estatutários. Em relação ao aumento das GRIs, não
2 haverá; o próprio parecer da PG diz que não é possível e não podem criar despesas com
3 reajustes naquelas gratificações incorporadas. Em relação aos pisos salariais, a Unesp, em
4 particular, não tinha uma carreira, ela a criou este ano; e intencionalmente colocou o início do
5 nível superior com valor de 5% a mais do que o da Unicamp, talvez para diferenciar um
6 pouco e para atender parte da expectativa de seus funcionários, que viram que a USP reviu
7 muito para cima os seus pisos; quer dizer, coisa impossível de atender na Unesp e na
8 Unicamp. Na USP o piso do segmento superior subiu de R\$3,600 mil para R\$5,600 mil. O
9 senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE complementa explicando que um dos agravantes dessa
10 história da isonomia é a composição do quadro de servidores. A Unicamp tem 40% dos seus
11 funcionários no nível superior, enquanto a USP tem 22%; o impacto da remodelação para a
12 USP é muito menor do que seria para a Unicamp. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
13 pergunta se a estrutura da carreira das três universidades é similar. O SENHOR
14 PRESIDENTE responde que sempre foi mais ou menos similar. O inicial do segmento médio
15 da Unicamp, que era a referência 12 e significava um valor que era o mesmo da USP; o inicial
16 do superior que era 25, cujo valor hoje é aproximadamente R\$3,600 mil, era igual ao da USP,
17 talvez diferisse em centavos. A USP fez uma revisão da carreira, não somente para a
18 estrutura, era para ver como os seus funcionários poderiam subir, já que lá não havia
19 progressão, não tinha sistema de avaliação. O Conselheiro DANIEL PEREIRA questiona se
20 não havia condições do servidor progredir 5% nos vários segmentos. O SENHOR
21 PRESIDENTE responde que não, cada nível subia 5%, mas só que não por avaliação de
22 desempenho; progredia por algum critério que, de vez em quando, era revisado, mas eles não
23 faziam um certo contingente subir por mérito, não havia isso. Em algum momento de sua
24 história a USP teve processo avaliatório, mas ele foi sendo modificado e chegou a uma altura
25 em que ele foi extinto; e muitas pessoas estavam concentradas nos níveis iniciais de cada
26 carreira. A Unicamp parou de admitir servidores no segmento fundamental, mas a USP e a
27 Unesp ainda admitem. A USP em dado momento começou a admitir no segmento
28 fundamental na referência 4 e, para isso, teve de elevar todos os servidores para aquela
29 referência, o que a Unicamp também fez dois anos atrás; mas aqui não havia praticamente
30 mais ninguém abaixo da referência 4, porque há muito tempo não contratavam no
31 fundamental. A estrutura é basicamente assim, com a ressalva de que agora quando a USP fez
32 essa alteração ela só mudou o piso, então o piso do nível superior, hoje, é de R\$5,600 mil,
33 praticamente 11 referências acima do piso anterior. O Conselheiro DANIEL PEREIRA
34 pergunta se ela migrou as referências para baixo. O SENHOR PRESIDENTE diz que
35 comprimiu. Elevou o piso, mas quem estava da referência 12 acima, ficou na 12. E para esses
36 que elevaram o valor da referência 25 para a 36, não mudaram a referência, que continua 25,
37 mas o rendimento é R\$5,600 mil. Então, todo reajuste por progressão na carreira que eles
38 tiverem ao longo de dez ou 15 anos não será aplicado, porque eles continuam em uma
39 referência abaixo do que é o piso que eles já recebem. Isso desencadeou um movimento
40 enorme na USP. Se exercitassem isso na folha da Unicamp, a despesa seria mais que o dobro

33 Expediente

1 do que para fazer o piso. Imaginem que haja 20 ou 30% das pessoas abaixo daquele nível que
2 é o novo piso, e cerca de 70 ou 80% acima que terão de ser contemplados com algumas
3 referências, seria um problema. O Conselheiro CLAUDIO JOSÉ SERVATO diz que, como
4 representante de categoria sua função é pedir revisão do piso salarial e auxílio-alimentação
5 igual ao da USP, mas queria propor com calma, para o ano que vem, que pelo menos fosse
6 ponderada a questão de equiparação do piso do segmento superior com a Unesp. O SENHOR
7 PRESIDENTE diz que têm um compromisso, e não irão discutir isso agora. Irão discutir após
8 a data-base, porque então saberão qual foi o reajuste, quanto é o comprometimento; e
9 discutirão isso como pauta específica, tanto o auxílio-alimentação, quanto revisão de piso.
10 Acreditam que isso compromete a estrutura da carreira, mas irão discutir. E a discussão vai
11 acontecer no momento certo porque se neste momento começarem a dar reajustes nesse tipo
12 de coisa que compromete o percentual com folha de pagamento, chegam na data-base e não
13 tem margem para dar o reajuste que é justo para todos. Em relação ao *Note Bem* é o seguinte,
14 primeiro que não tem mais a questão de 2%. O professor Daniel perguntou se estão
15 reservando recursos para avaliação de desempenho para o ano que vem. No ano passado
16 reservaram para este ano e ainda havia o estoque porque não conseguiram fazer avaliação no
17 ano anterior e passaram para o primeiro semestre deste ano. Mas era uma quantidade de
18 recursos. Este ano pegaram esse mesmo valor e aplicaram 8,4%, que foi índice de reajuste do
19 salário, porque senão não conseguiriam aplicar uma referência. O número de pessoas
20 promovidas depende do salário delas. Ao promover uma pessoa que está na referência 45
21 daria para promover três na referência 25, porque do 44 para o 45 é três vezes o valor. Já saiu
22 a nota da avaliação e agora vai sair a classificação. Estão analisando o seguinte: a intersecção
23 dos que foram promovidos no ano passado e os que serão este ano é pequena, acredita que
24 10% dos funcionários. E, naturalmente, o fenômeno que deve ter acontecido é que os
25 promovidos no ano passado tinham salários mais altos do que os que foram promovidos neste
26 ano; este ano foi possível promover mais funcionários. Se somarem os dois o número é maior
27 do que o universo que foi avaliado este ano. Estavam em condições de serem avaliados este
28 ano 5.330 servidores. Dois mil servidores restantes não foram avaliados este ano porque
29 existem 1.200 funcionários no período de estágio probatório, que não estão aptos a serem
30 promovidos, e existe mais um tanto de servidores que estão afastados, ou por alguma razão
31 não participa do processo avaliatório. Mas se somarem os do ano passado e mais os deste ano,
32 haverá mais de 5.300 servidores promovidos nos dois anos. Isso quer dizer que excluindo os
33 que estão no probatório, e os que estão afastados etc., só tem 28 funcionários que não foram
34 promovidos, por alguma razão. E para o próximo processo avaliatório, farão com que parte
35 dessas pessoas que terminarem o probatório possa ter uma referência. Muitas delas estão
36 sendo contempladas já nesse processo, porque terminaram o probatório entre o ano passado e
37 este ano. Então, tem intersecção, mas o valor é o valor igual ao corrigido. Mas não são 2%.
38 Em relação ao auxílio-alimentação, cansaram de falar que não irão discutir agora. Este ano, o
39 senhor Antonio Félix acabou de explicar, o auxílio alimentação foi reajustado em 150%. A
40 dotação inicial do ano passado era R\$12,600 milhões, se ampliou, em junho, com mais R\$23

34 Expediente

1 milhões, atingindo R\$31,984 milhões. Esse aumento foi tão expressivo porque foram
2 incluídos todos os que não recebiam, elevou-se o valor do menor e juntou-se grupos. E
3 assumiram, desde 2005, que iriam buscar isonomia com a USP. Entretanto, buscar isonomia
4 quer dizer o seguinte: se a USP dobrar o valor este ano, somente buscarão daqui trinta anos,
5 porque não podem gastar o mesmo volume de recursos. Para fazer hoje a isonomia, fizeram a
6 conta e custaria R\$60 milhões. A Unicamp tem dez mil pessoas na ativa, entre funcionários e
7 docentes, se pagassem R\$510 para cada um seria R\$61,144 milhões. Não irão gastar isso. E
8 outra, há o compromisso de agilizar isso mais rápido do que fazem com o reajuste salarial, até
9 porque é uma despesa sem encargos para a Universidade e que também não incorpora; então
10 tem vantagens e desvantagens. O Conselheiro CLAUDIO JOSÉ SERVATO diz que como
11 deixou para falar sobre o piso salarial por último, acabou esquecendo de falar uma coisa.
12 Queria agradecer, porque no começo do ano solicitou aqui que fosse repassado o auxílio a
13 todos os funcionários, isso ocorreu e foi um avanço. E além de tudo foi para os docentes
14 também, o que foi mais um avanço. Só gostaria que, no próximo ano, durante as negociações,
15 se eliminasse faixas e chegasse mais próximo possível dos R\$510. O SENHOR
16 PRESIDENTE diz que a ideia é fazer isso, por um compromisso assumido, não por que seja
17 muito justo, porque quem ganha menos deveria ter um auxílio-alimentação maior. Quanto à
18 questão da folha de pagamento como opção do correntista nos bancos, ela vale para o serviço
19 público até o final de 2012, só que quando o Governador Serra negociou com o Banco do
20 Brasil, ele prorrogou por dois anos. Mas já hoje é completamente possível fazer isso, se passa
21 o número da conta corrente e o sistema da DGRH deposita em qual banco for. O Conselheiro
22 CLAUDIO JOSÉ SERVATO pergunta se seria possível fazer isso hoje mesmo. O SENHOR
23 PRESIDENTE diz que não, pelo ponto de vista operacional. A partir do momento que não for
24 mais a opção da Instituição, mas sim do indivíduo, acredita que o Banco do Brasil vai sair do
25 páreo. Na época entendiam que não dava para negociar além de 2012, mas foi negociação do
26 Estado. Até o final de 2012 é a proposta inicial, porque quando foi feita a negociação da folha
27 com a privatização dos bancos, foi de final de 2007 até final de 2012. O Governo, com a
28 venda do banco Nossa Caixa, cobrou mais um tanto do Banco do Brasil, assumindo o
29 compromisso que continuaria pagando até 2014 por aquele banco. Mas está dizendo, e é sua
30 opinião, que acredita que se não mudar a regra, o servidor vai poder optar pelo seu banco de
31 preferência a partir de janeiro de 2013. Em seguida, sugere que acolham a Informação da
32 Aeplan, com as ressalvas sugeridas pelos professores Daniel e Vivaldo e pelo senhor Claudio
33 Servato. Não havendo outras observações, submete à votação a proposta de distribuição
34 orçamentária de 2012, da maneira como acabou de sugerir, sendo aprovada por unanimidade.
35 Nada mais havendo a tratar, eu, Cláudia Masliaev, redigi a presente Súmula que será
36 submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
37 Conselho Universitário. Campinas, 24 de novembro de 2011.

PROC. Nº 18-P-29355/11

INTERESSADO : SÁVIO SOUZA VENÂNCIO VIANNA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: SÁVIO SOUZA VENÂNCIO VIANNA

PROC.Nº : 18.P.29355/2011 – 1.1

UNIDADE: Faculdade de Engenharia Química

Departamento de Engenharia de Sistemas Químicos

Área de Otimização de Processos

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 83

Proc. N.º 18.P.29355/2011 1.1.

Rub. Christiane

PARECER-Nº 062/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso do Sr. **SÁVIO SOUZA VENÂNCIO VIANNA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 21-P-28955/11

INTERESSADO : PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADO: PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA

PROC. Nº : 21.P.28955/2011 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Estudos da Linguagem

Departamento de Linguística Aplicada

Área de Língua Materna

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 59

Proc. N.º 21.P.28955/2011 1.1

Rub. Guilherme

PARECER-Nº 061/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso do Sr. **PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

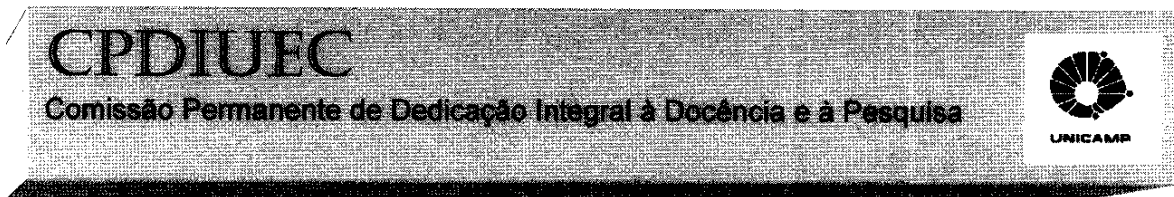
Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. N° 09-P-2549/12

INTERESSADO : OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



INTERESSADO: OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL

PROC.N° : 09.P.02549/2012 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Área de Estado, Processos Políticos e Organização de Interesses

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 49

Proc. N.º 09.P.02549/2012 1.1.

Rub. Cristiane

PARECER-N° 060/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso do Sr. **OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM e da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TRÉVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 09-P-2450/12

INTERESSADO : JOSIANNE FRÂNCA CERASOLI

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



INTERESSADA: JOSIANNE FRANCIA GERASOLI

PROC. Nº : 09.P.02450/2012 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

Área de História do Brasil

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 69

Proc. N.º 09.P.02450/2012 1.1

Rub. Cristiane

PARECER-Nº 059/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso da Sra. **JOSIANNE FRANCIA GERASOLI**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que a interessada desvincule-se da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

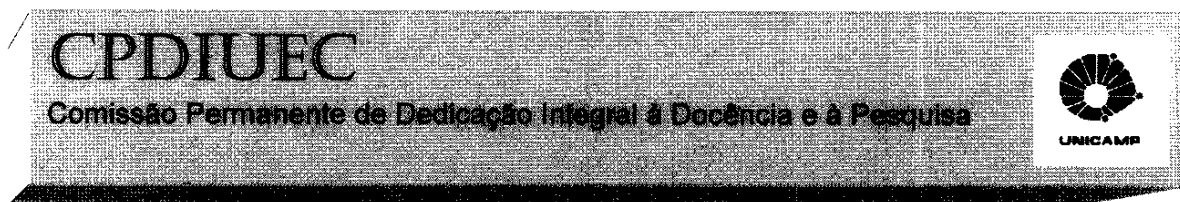
Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 04-P-27712/04

INTERESSADO : FLÁVIO LUÍS SCHMIDT

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



INTERESSADO: FLÁVIO LUÍS SCHMIDT

PROC. Nº : 04.P.27712/2004 – 2.1

UNIDADE: Faculdade de Engenharia de Alimentos

Departamento de Tecnologia de Alimentos

Área de Tecnologia de Frutas, Hortaliças, Leguminosas, Bebidas, Açúcar e Produtos Açucarados

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 88

Proc. N.º 04.P.27712/2004 2.1

Rub. Gustiane

PARECER-Nº 057/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **20.03.2012**, aprovou o ingresso do Sr. **FLÁVIO LUÍS SCHMIDT**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 06-P-16087/05

INTERESSADO : FÁBIO LUIZ MIALHE

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

**INTERESSADO: FÁBIO LUIZ MIALHE****PROC. Nº : 06.P.16087/2005 – 1.1**

UNIDADE: Faculdade de Odontologia de Piracicaba
 Departamento de Odontologia Social
 Área de Educação para Saúde

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UECFls. N.º 203Proc. N.º 06.P.16087/2005 1.1.Rub. Guilherme**PARECER-Nº 056/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso do Sr. **FÁBIO LUIZ MIALHE**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovado em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
 Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

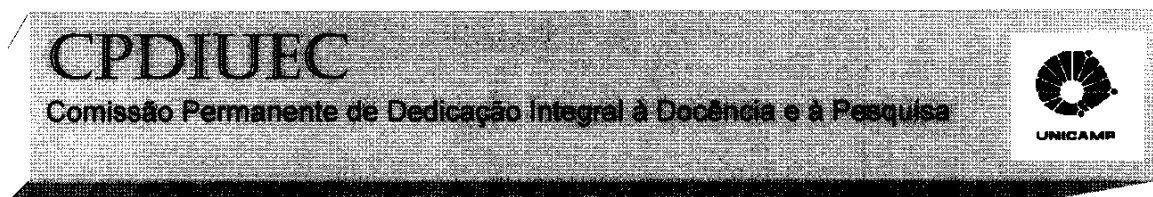
Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 34-P-4546/12

INTERESSADO : JULIANA FREITAG BORIN

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



INTERESSADA: JULIANA FREITAG BORIN

PROC. Nº : 34.P.04546/2012 – 1.1

UNIDADE: Instituto de Computação

Departamento de Sistemas de Computação

Área de Fundamentos de Computação

ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC

Fls. N.º 51

Proc. N.º 34.P.04546/2012.1.1.

Rub. Crustiane

PARECER-Nº 058/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso da Sra. **JULIANA FREITAG BORIN**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, aprovada em concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor, em RTP, mediante Portaria do Magnífico Reitor, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que a interessada desvincule-se da bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 36-P-28344/11

INTERESSADO : PAULO HAYASHI JÚNIOR

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



Fls. N.º

Proc. N.º36.P.28344/2011 – 1.1

Rub. _____

Processo: 36.P.28344/2011 – 1.1

Aprovo ad referendum da CPDIUEC, à solicitação da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp de ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) do Sr. **PAULO HAYASHI JUNIOR**, no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC. O assunto será apreciado na reunião CPDIUEC de 10.04.2012.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 21 de março de 2012.

Prof. Dr. Luis Guillermo Bahamondes

Presidente da CPDIUEC

PROC. Nº 36-P-19709/09

INTERESSADO : MÁRCIO MARCELO BELLI

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Ingresso no RDIDP



Fls. Nº 189
 Proc. 36-P-19709/09
 Rub. 10

Faculdade de Ciências Aplicadas
 Cidade Universitária de Limeira
 Telefones: (019) 3701-6650 e 3701-6658

PARECER CIRCUNSTANCIADO SOBRE A ADMISSÃO DO CANDIDATO MÁRCIO MARCELO BELLI COMO PROFESSOR DOUTOR – MS-3, JUNTO À PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

O candidato Marcio Marcelo Belli foi aprovado em concurso para preenchimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3, em RTP, junto à Parte Permanente do Quadro Docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Implantada conforme deliberação CONSU-33/2008, a Faculdade iniciou suas atividades em 2009, contando atualmente com cerca de 1440 alunos matriculados nos seus oito cursos de graduação, dentre eles quatro cursos de Gestão, em cujo núcleo comum de Economia e Gestão se insere o presente Processo Seletivo.

O concurso na Área de Economia e Gestão foi concluído no dia 08 de dezembro de 2011 nas dependências da Faculdade de Ciências Aplicadas, tendo o candidato Marcio Belli sido classificado em primeiro lugar, mediante realização de provas específica, de títulos, didática e de arguição.

O candidato Marcio Belli atuará em atividades de ensino, pesquisa e extensão e deverá lecionar as disciplinas de graduação de Contabilidade I e II, Análise de Custos, e Controladoria, além de outras disciplinas relacionadas à área.

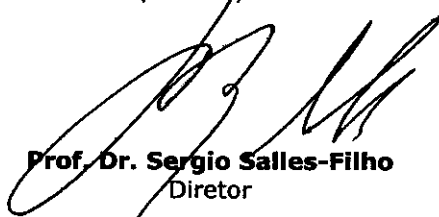
O candidato possui duas graduações: em Administração de Empresas (1989) e em Ciências Contábeis (1995), ambas pela FEA/USP. Tem mestrado e doutorado em Ciências Contábeis pela mesma Escola.

Marcio Belli foi professor de Contabilidade e Finanças em instituições de ensino superior, dentre elas a FACAMP, no período de 2007 a 2009. Tem também experiência de mercado, tendo atuado nesta mesma área em organizações como Bradesco e em empresas de auditoria. É atualmente professor MS3 da FCA/Unicamp da Parte Especial onde ministra disciplinas de contabilidade para os cursos de gestão e análise de custos para Engenharias. Com este concurso o candidato passa ao quadro permanente da FCA/Unicamp.

Apresentou projeto de pesquisa sobre a "Relação entre o fator tecnológico e o valor das empresas", linha na qual já vinha trabalhando em seus dois anos como professor da FCA. O projeto tem como objetivo comparar o valor de mercado das empresas de tecnologia brasileiras que possuem capital aberto na bolsa de valores brasileira com o valor de mercado das empresas consideradas tradicionais também listadas em bolsa. Tanto o projeto como o perfil do candidato são adequados para compor o quadro docente permanente da FCA.

Considerando os resultados obtidos no concurso, a experiência didática e seu projeto de pesquisa, manifesto-me favoravelmente à sua admissão na PP do QD/UEC da FCA como Professor Doutor, nível MS-3, em RDIDP.

Faculdade de Ciências Aplicadas, 11 de dezembro de 2011


 Prof. Dr. Sergio Salles-Filho
 Diretor



Proc. 36-P-19709/2009

DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 172/2011

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2011, em sua 17a. Reunião Ordinária, realizada em 19/12/2011, aprovou o projeto de pesquisa e a nomeação de Márcio Marcelo Belli, em RDIDP, em função de sua aprovação em concurso público para provimento de um cargo de Prof. Doutor MS-3, junto à Parte Permanente do QD/UEC na Área de Economia e Gestão, disciplinas Contabilidade I, Contabilidade II, Análise de Custos e Controladoria realizado em 07 e 08/12/11.

Encaminhe-se à CPDI, para providências.

Cidade Universitária de Limeira

19 de dezembro de 2011



Prof. Dr. MARCELO KNOBEL

Presidente do GT-FCA



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira



Parecer sobre projeto de pesquisa apresentado pelo candidato Marcio Marcelo Belli

Título: Relação entre o fator tecnológico e o valor das empresas: um estudo sobre o valor de mercado das empresas de tecnologia no Brasil


O projeto apresenta como objetivo desenvolver e aplicar metodologia para medir e comparar valor de mercado de empresas de tecnologia nacionais com empresas tradicionais também nacionais. Como objetivos específicos encontram-se o desenvolvimento de conceitos e métodos de quantificar valor de empresas, bem como o desenvolvimento de indicadores e métodos. Propõe a criação e aplicação de indicadores e métricas de mensuração em empresas listadas e analisar os resultados com base nas experiências internacionais.

A metodologia empregada utilizará busca e análise de dados primários e secundários e estará organizada em três etapas: revisão bibliográfica; definição da amostra, coleta de dados secundários, e organização do banco de dados; busca de dados primários, análise dos dados, estudo comparativo. Os dados serão analisados por meio de análise de correspondência das bases primárias e secundárias para os dois grupos de empresas.

Esta pesquisa dá seguimento ao trabalho que o prof. Marcio já vinha desenvolvendo na FCA desde seu vínculo inicial em processo seletivo. Há aderência do objeto às temáticas de pesquisa e ensino da FCA.

O projeto está previsto para três anos e apresenta-se bem estruturado e não se nota nenhum fator maior de risco de viabilidade.

O desenvolvimento da pesquisa exigirá dedicação integral do candidato tendo-se em conta o escopo e as demais atribuições que o prof. terá na FCA. Dado o exposto, recomendo a aprovação do projeto de pesquisa do candidato.



PROF. DR. SÉRGIO SALLES FILHO
Diretor
Faculdade de Ciências Aplicadas de Unicamp - Limeira
Matrícula: 118371

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

Fls. N.º 201Proc. N.º 36.P. 19709/2009 1.1.Rub. Cristiane**INTERESSADO: MÁRCIO MARCELO BELLI****PROC.Nº : 36.P.19709/2009 – 1.1****UNIDADE:** Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
Área de Economia e Gestão**ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC****PARECER-Nº 052/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de **14.02.2012**, analisou a proposta de ingresso do Sr. **MÁRCIO MARCELO BELLI**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no Cargo de Professor Doutor, nível MS-3, na PP do QD/UEC, e faz as seguintes considerações:

1. O professor pertence ao quadro docente da Unicamp, na parte Especial, desde 11/02/2010. Na época de seu ingresso a CPDI emitiu Parecer-Nº 180/2009, às fls. 119, onde aprovou o ingresso no RDIDP, mas considerou, após análise do Curriculum Vitae, que o docente apresentava atividades de pesquisa aquém do esperado para um professor em RDIDP e solicitou o envio de relatório de atividades em 01.01.2011, para decidir sua manutenção no regime. Porém o pedido não foi atendido, não tendo sido apresentada nenhuma justificativa.
2. Para a nova proposta de ingresso no RDIDP, agora na parte permanente, foi analisado o Curriculum Vitae atualizado do Docente, às fls. 194 a 199, e nota-se que o último artigo completo publicado em periódicos foi no ano de 2005, indicando que desde sua entrada como docente na Unicamp houve apenas resumos publicados no Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp.

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



Fls. N.º 202
 Proc. N.º 36.P. 19709/2009 1.1.
 Rub. Civiltiane

Diante dos fatos relatados, a CPDIUEC reitera o que consta no seu Parecer-N-180/2009, que considera o docente aquém do esperado para um professor em RDIDP e decide pela **não aprovação** do ingresso do docente no regime de RDIDP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 14 de fevereiro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Andréa Trevas Maciel Guerra".

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA
 Presidenta Substituta

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nancy Lopes Garcia".

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Anete Pereira de Souza".

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Artur Zaghini Francesconi".

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI



Deliberação CONSU-A-002/2001, de 27/03/2001

Reitor: Hermano Tavares
Secretária Geral: Paulo Sollero

Dispõe sobre o Regulamento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa do pessoal docente da Universidade Estadual de Campinas.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, tendo em vista o decidido pelo Conselho na sua 71ª Sessão Ordinária, realizada em 27-3-2001, baixa a seguinte deliberação:

CAPÍTULO I

Da Finalidade do Regime

Artigo 1º - O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), regime preferencial do corpo docente da Unicamp, tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e da difusão de idéias e conhecimento para a comunidade.

Parágrafo único - O docente em RDIDP poderá dar pareceres científicos para órgãos de fomento, realizar conferências, palestras, seminários ou atividades artísticas destinados à difusão de idéias e conhecimentos, em Unidades ou Órgãos, internos ou externos à Unicamp. As atividades previstas neste artigo possibilitam ao docente a percepção de pró-labore.

CAPÍTULO II

Normas de Funcionamento

Artigo 2º - O docente sujeito ao RDIDP está obrigado a dedicar-se plena e exclusivamente aos trabalhos de seu cargo ou função, especificamente no que diz respeito à pesquisa, vedado o exercício de outra atividade pública ou particular, salvo as exceções legais.

Parágrafo único - O Chefe do Departamento deverá ser informado da localização do docente na eventualidade de que a natureza do trabalho exija seu deslocamento ou permanência fora da Unidade.

Artigo 3º - Compete à CPDIUEC zelar pela observância rigorosa das obrigações próprias do RDIDP nos termos dos artigos 189 e 190 do Regimento Geral.

Artigo 4º - O Relatório de Atividades de Docentes em RDIDP, previsto na Deliberação CONSU A-28/1993, considerado insuficiente pela CADI será encaminhado à CPDIUEC, para manifestar-se sobre a permanência do docente no regime RDIDP, com fundamento nos artigos 189 e 190 do Regimento Geral da Unicamp.

§ 1º - o docente será ouvido em audiência pela CPDIUEC e, separadamente, sua Unidade.

§ 2º - após audiência de que trata o parágrafo anterior, havendo manifestação por maioria simples dos membros da CPDIUEC, pela manutenção do docente em RDIDP, um parecer deverá ser elaborado para submissão à CAD.

§ 3º - caso contrário, o docente será informado e terá o prazo de 10 dias para interposição de pedido de reconsideração à CPDIUEC. O mesmo prazo será concedido para manifestação da Unidade.

§ 4º - O julgamento do pedido de reconsideração será apreciado em caráter definitivo e ensejará:

- a) se aprovado, por maioria simples dos membros da Comissão, elaboração de parecer a ser submetido à CAD;
- b) caso contrário, encaminhamento à Unidade para, no prazo de 30 dias, propor à CAD o novo regime de trabalho do docente.

§ 5º - Em todos os casos em que a Câmara de Administração - CAD deliberar pela exclusão do docente do regime, a Unidade terá 30 dias para proposta do novo regime de trabalho, caso ainda não o tenha feito.

§ 6º - Decorridos os prazos indicados nos parágrafos anteriores, não havendo manifestação da Unidade, aplicar-se-á ao docente o Regime de Turno Parcial - RTP. (Alterado os artigos 4º, 6º e 20 pela Deliberação CONSU-A-013/2007)

Artigo 5º - A CPDIUEC poderá, sempre que julgar necessário, inteirar-se das atividades que venham sendo desenvolvidas pelo docente em RDIDP, mediante entrevista, visita ou solicitação de relatórios especiais.

CAPÍTULO III

Ingresso no RDIDP

SEÇÃO I

Ingresso no Regime

Artigo 6º - O ingresso no RDIDP deverá originar-se de proposta da Unidade Universitária.

§ 1º - O Diretor da Unidade enviará à CPDIUEC proposta que deverá conter os seguintes elementos de análise:

1. "curriculum vitae", atualizado;
2. plano de pesquisa;
3. informação sobre as atividades didáticas e de extensão, se for o caso, a serem desenvolvidas;
4. declaração do interessado de que, enquanto em RDIDP, não exercerá outro cargo, função ou atividade, mesmo que não remunerada, de caráter público ou particular, a não ser nos casos expressamente autorizados;
5. manifestação, com base em parecer circunstanciado sobre o plano de pesquisa, aprovada pelo Conselho de Departamento e pela Congregação;

§ 2º - É permitida a modificação ou mesmo substituição do plano de pesquisa previamente apresentado, devendo o candidato, na oportunidade, justificar e submeter essa ocorrência à CPDIUEC, após aprovação do Conselho de Departamento e da Congregação da Unidade. (Alterado os artigos 4º, 6º e 20 pela Deliberação CONSU-A-013/2007)

Artigo 7º - O ingresso no RDIDP dar-se-á mediante Portaria do Reitor, após manifestação favorável da CPDIUEC.

§ 1º - A Portaria prevista neste artigo mencionará o número do Parecer da CPDIUEC.

§ 2º - Publicada a Portaria, o docente deverá entrar em exercício no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, a critério do Diretor da Unidade Universitária.

CAPÍTULO IV

Exercício Simultâneo de Atividades

Artigo 8º - Será permitido ao docente em RDIDP o exercício simultâneo de atividades, remuneradas ou não, decorrentes do seu cargo ou função que, nos termos da legislação vigente, não constituam acumulação e que tenham como objetivo transferir conhecimentos para a sociedade, atendidas as seguintes condições:

1. não haver prejuízo ao desempenho regular do seu cargo ou função na Unicamp;
2. havendo remuneração, incidirão alíquotas de ressarcimento institucional destinadas à Unidade e à Universidade, cujos critérios serão objeto de regulamentação própria.

Parágrafo Único - Os recursos para remuneração não poderão ser orçamentários da Unicamp.

Artigo 9º - O exercício simultâneo de atividades terá início após aprovação pelo Conselho de Departamento e pela Congregação da Unidade.

SEÇÃO I

Difusão de Idéias e Conhecimentos

Artigo 10 - Será permitido ao docente em RDIDP, colaborar em cursos de extensão universitária, ministrados ou não pela sua Unidade, podendo perceber remuneração por essa atividade.

§ 1º - Para participar nos cursos referidos no caput, o docente terá que obter aprovação prévia, nos termos do disposto nos artigos 8º e 9º.

§ 2º - O limite máximo de participação remunerada dos docentes nas atividades de que trata o caput é de 60 horas semestrais.

Artigo 11 - É garantida ao docente em RDIDP a percepção de ganhos, decorrentes de titularidade de direitos autorais, inclusive os relativos a programas de computador, e, de rendimentos oriundos de licenciamento de patentes, nos termos da legislação que rege a matéria e das regras vigentes na Universidade.

SEÇÃO II

Regência Concomitante de Funções Docentes

Artigo 12 - Será permitido ao docente em RDIDP, portador do título de doutor, exercer, temporariamente, funções docentes em matéria afim no Magistério Superior, em escolas ou instituições públicas, que ministrem ensino gratuito, em circunstâncias consideradas especiais, a critério da Unidade mediante aprovação da CPDIUEC.

§ 1º - O exercício dessas funções será limitado ao prazo de 2 anos prorrogáveis por mais 2 anos em todo período que se der a permanência do docente nesse regime. A carga horária semanal desta função não poderá exceder 12 horas semanais.

§ 2º - O pedido de autorização para o exercício concomitante de funções docentes deverá ser encaminhado em tempo hábil, antes do seu início, para análise da CPDIUEC e conterá o seguintes elementos:

1. aprovação pelo Conselho de Departamento e autorização da Congregação da Unidade, com a indicação de que não haverá prejuízo para as atividades regulares do interessado;
2. indicação da matéria, disciplina ou curso a ministrar, acompanhada do convite da instituição solicitante;

3. distribuição dos horários semanais de trabalho do docente na Unidade a que pertença e na instituição solicitante, atestado pelas autoridades competentes.

§ 3º - A solicitação de novo prazo deverá observar as mesmas exigências estabelecidas na autorização inicial, com a inclusão de justificativa circunstanciada, para exame da CPDIUEC.

SEÇÃO III

Atividades de Assessoria e Atividades Decorrentes de Convênios

Artigo 13 - Será permitido ao docente em RDIDP, portador do título de doutor, elaborar pareceres científicos e responder a consultas sobre assuntos especializados, realizar ensaios ou análises, bem como prestar serviços e atividades de assessoria, consultoria, perícia, assistência e orientação profissional, visando à aplicação e difusão dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos, que se caracterizem pela sua relevância para a sociedade ou para a Universidade, mediante aprovação nos termos dispostos nos artigos 8º e 9º.

Parágrafo único - O total de horas autorizadas para realizar as atividades descritas neste artigo não poderá exceder a 20% da carga horária mínima do regime RDIDP, contabilizado anualmente.

Artigo 14 - O docente em RDIDP poderá ainda executar serviços especiais de caráter cultural, científico e tecnológico, vinculados a empreendimentos decorrentes de convênios firmados pela Unicamp, mediante aprovação nos termos dispostos nos artigos 8º e 9º.

Artigo 15 - O docente em RDIDP que desempenhar as atividades relacionadas nos artigos 10, 12, 13 e 14 deverá mencioná-las no seu relatório trienal de atividades.

CAPÍTULO V

Alteração Temporária e Mudança de Regime a Pedido

Artigo 16 - Poderá ser concedida alteração temporária do regime RDIDP mediante aprovação da Câmara de Administração, nos termos do artigo 83, inciso I, a, do Regimento Geral, mediante manifestação prévia da CPDIUEC.

§ 1º - O docente deverá aguardar em exercício a aprovação final do seu pedido mediante despacho do Reitor, publicado no D.O.

§ 2º - O prazo máximo para a alteração temporária, durante toda a permanência do docente no regime do RDIDP, é de 4 anos.

§ 3º - O docente somente poderá solicitar alteração temporária do regime RDIDP após 4 anos de permanência no mesmo.

§ 4º - Ao término da alteração temporária o docente deverá apresentar à CPDIUEC declaração de que não exerce nenhuma atividade vedada por esta deliberação.

§ 5º - Os recursos liberados pela alteração temporária estarão disponíveis para a Unidade por um período igual ao tempo da alteração do regime, nunca ultrapassando 4 anos.

§ 6º - Para fins de incorporação da remuneração peculiar ao RDIDP será obedecido o artigo 1º da Deliberação CONSU-A-005/1997.

Artigo 17 - Será permitida a mudança do RDIDP para outro Regime de trabalho mediante solicitação do docente e aprovação das instâncias competentes.

Parágrafo único - O reingresso no RDIDP far-se-á de acordo com o disposto no Capítulo III, Seção I, desta deliberação.

CAPÍTULO VI**Observância dos Preceitos do RDIDP**

Artigo 18 - No âmbito das Unidades, compete, precipuamente, ao Chefe de Departamento a responsabilidade de zelar, com a colaboração do respectivo Conselho de Departamento, pelo fiel cumprimento dos preceitos do RDIDP.

§ 1º - A designação de Chefe de Departamento será precedida obrigatoriamente da assinatura de termo de ciência formal das responsabilidades decorrentes da presente Deliberação.

§ 2º - Todo Departamento deverá manter processo próprio a respeito de "exercício simultâneo de atividades no RDIDP", incumbindo ao Chefe do Departamento o registro de todas as ocorrências decorrentes do previsto no Capítulo IV desta deliberação.

Artigo 19 - O docente em RDIDP que solicitar o exercício das atividades simultâneas ou alteração temporária deste Regime, previstos nos Capítulos IV e V deste regulamento, deverá apresentar à CPDIUEC declaração de que tem ciência do disposto nesta deliberação.

Artigo 20 - O docente que infringir qualquer das disposições que regulamentam o RDIDP poderá ser excluído desse Regime mediante sindicância instaurada por solicitação da CPDIUEC.

§ 1º - O interessado deverá tomar ciência por escrito do Relatório Final da Comissão de Sindicância.

§ 2º - O interessado terá prazo de 10 (dez) dias após a sua ciência para apresentação de sua defesa escrita à CPDIUEC.

§ 3º - Após análise da defesa escrita do interessado, se for o caso, a CPDIUEC se manifestará pelo acolhimento ou não do Relatório Final da Comissão de Sindicância.

§ 4º - Se o Relatório Final da Comissão de Sindicância indicar a permanência do docente no regime RDIDP e este for acolhido, por maioria simples dos membros da CPDIUEC, o interessado permanecerá em RDIDP. Caso o Relatório Final não seja acolhido, a CPDIUEC instaurará o processo de análise de permanência do docente em RDIDP, ouvindo o docente em audiência e, separadamente, a Unidade.

§ 5º - Após a audiência prevista no parágrafo anterior, havendo manifestação, por maioria simples dos membros da Comissão, pela manutenção do docente em RDIDP, este permanecerá no regime. Sendo a manifestação pela exclusão do RDIDP deve-se proceder conforme os parágrafos 8º e seguintes.

§ 6º - Se o Relatório Final da Comissão de Sindicância indicar a exclusão do docente do regime RDIDP e este não for acolhido por maioria simples dos membros da CPDIUEC, um parecer deverá ser elaborado para submissão à CAD. Caso a decisão da CAD seja contrária ao parecer da CPDIUEC, o Relatório Final retornará à CPDIUEC para apreciação nos termos dos parágrafos 7º e seguintes.

§ 7º - Havendo o acolhimento do Relatório Final que indica a exclusão do Interessado do regime, a CPDIUEC deverá ouvir o docente em audiência e, separadamente sua Unidade.

§ 8º - Após a audiência de que trata o parágrafo anterior, havendo manifestação, por maioria simples dos membros da Comissão, pela manutenção do docente em RDIDP, um parecer deve ser elaborado para submissão à CAD.

§ 9º - Caso a manifestação seja pela exclusão do regime, o docente será informado e terá o prazo de 10 dias para interposição de pedido de reconsideração à CPDIUEC, contados do recebimento do parecer da CPDIUEC pelo próprio interessado e pela Unidade de Ensino e Pesquisa, o que ocorrer por último. Neste caso a CPDIUEC apreciará a solicitação em caráter definitivo, sem necessidade de nova audiência com o docente ou Unidade, podendo vir a manifestar-se conforme estipulado no § 8º ou contrariamente.

§ 10º - Em todos os casos que a Câmara de Administração - CAD deliberar pela exclusão do docente do RDIDP, a Unidade do interessado terá um prazo máximo de 30 dias, para sugestão à CAD do novo regime de trabalho.

§ 11º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior e não havendo manifestação da Unidade, aplicar-se-á ao docente o Regime de Turno Parcial - RTP.

§ 12º - O pedido de reingresso do docente excluído do Regime, nos termos do caput, deverá observar o interstício mínimo de 90 dias contados da data do início do exercício no novo regime, obedecendo ao disposto no Capítulo III desta deliberação. (Alterado os artigos 4º, 6º e 20 pela Deliberação CONSU-A-013/2007)

CAPÍTULO VII

Disposições Especiais

Artigo 21 - O Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Chefe de Gabinete e Chefe de Gabinete Adjunto, Diretores e Diretores Associados de Unidade poderão exercer a função em RDIDP, enquanto perdurarem os respectivos mandatos. Nesses casos, o ingresso será imediato e independente das disposições do Capítulo III.

Parágrafo único - O Regime de trabalho a que se refere o caput deve ser entendido como modalidade especial do RDIDP, em que encargos reguladores de docência, pesquisa ou extensão podem ser substituídos pelo exercício prioritário de administração e de direção universitária.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

Artigo 22 - A Reitoria baixará normas complementares de caráter meramente processual para o fiel cumprimento do disposto na presente deliberação.

Artigo 23 - Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Deliberação CONSU-A-025/1993.

Publicada no DOE em 11/07/2001

Histórico de Revisões

- Alterado os artigos 4º, 6º e 20 pela Deliberação CONSU-A-013/2007.

PROC. Nº 01-P-3819/85

INTERESSADO : RICARDO MACHADO LEITE DE BARROS

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Aplicação do RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: RICARDO MACHADO LEITE DE BARROS****PROC.Nº: 01.P.03819/1985- 2.1****UNIDADE:** Faculdade de Educação Física

Departamento de Ciências do Esporte

Área de Biodinâmica do Movimento

ASSUNTO: Aplicação do RDIDP ao cargo de Professor TitularFls. N.º 231Proc. N.º 01.P.03819/1985 2.1Rub. Cristiane**PARECER-Nº 055/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou a aplicação do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), ao cargo de Professor Titular do Sr. **RICARDO MACHADO LEITE DE BARROS**, aprovado em concurso público para provimento de cargo, em RTP, nível MS-6, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**, mediante Portaria do Magnífico Reitor.

A CPDI solicita que o interessado encaminhe projeto de pesquisa nos moldes tradicionais para que seja analisado por esta Comissão, até 29.05.2012, com parecer circunstanciado da Unidade.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 19-P-18918/95

INTERESSADO : EVELY BORUCHOVITCH

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Aplicação do RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADA: EVELY BORUCHOVITCH****PROC.Nº: 19.P.18918/1995- 2.1****UNIDADE:** Faculdade de Educação

Departamento de Psicologia Educacional

Área de Psicologia Educacional

ASSUNTO: Aplicação do RDIDP ao cargo de Professor TitularFls. N.º 188Proc. N.º 19.P.18918/1995 2.1.Rub. Gustiane**PARECER-Nº 053/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou a aplicação do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), ao cargo de Professor Titular da Sra. **EVELY BORUCHOVITCH**, aprovada em concurso público para provimento de cargo, em RTP, nível MS-6, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**, mediante Portaria do Magnífico Reitor.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

Presidente

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. N° 01-P-4765/86

INTERESSADO : JAIME PORTUGHEIS

ASSUNTO : Nomeação na Parte Permanente do QD, mediante aprovação em Concurso Público – Aplicação do RDIDP

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: JAIME PORTUGHEIS****PROC.N°: 01.P.04765/1986 – 2.1****UNIDADE:** Faculdade de Tecnologia

Área de Tecnologia para a Informação, Comunicação e Instrumentação

ASSUNTO: Aplicação do RDIDP ao cargo de Professor TitularFls. N.º 122Proc. N.º 01.P.04765/1986 2.1.Rub. Ordinane**PARECER-N° 054/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou a aplicação do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), ao cargo de Professor Titular do Sr. **JAIME PORTUGHEIS**, aprovado em concurso público para provimento de cargo, em RTP, nível MS-6, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**, mediante Portaria do Magnífico Reitor.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof.ª Dr.ª NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof.ª Dr.ª ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 36-P-19573/11

INTERESSADO: JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES

ASSUNTO : Admissão na Parte Especial, conforme Deliberações Consu-A-02/01,
04/03 e 11/03Fis. Nº 147Proc. Nº 360-11Rub. 8**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**
Cidade Universitária de Limeira**DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 77/2011**

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2010, em sua 13a. Reunião Ordinária, realizada em 17/08/2011, tomou ciência do Parecer da Diretoria da Faculdade de Ciências Aplicadas e aprovou a admissão de José Luiz Pereira Brites como Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, junto à Parte Especial do Quadro Docente, na área de Engenharia – Projeto, pelo período improrrogável de 2 anos, considerando sua classificação como 2o. colocado em Processo Seletivo Público realizado em 29/05 e 01/06/2011 e a desistência do candidato aprovado em 1o. Lugar.

Cidade Universitária de Limeira

17 de agosto de 2011

Prof. Dr. MARCELO KNOBEL**Presidente do GT-FCA**



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
Cidade Universitária de Limeira

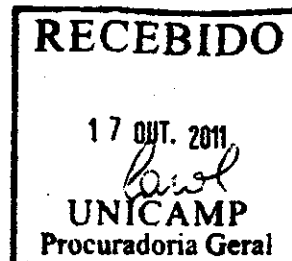
DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 112/2011

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2011, em sua 15a. Reunião Ordinária, realizada em 11/10/2011, ao tomar ciência do Parecer PG-2995/2011, deliberou por reiterar a aprovação da admissão do Dr. José Luiz Pereira Brittes como Professor Doutor, nível MS-3, em RDIDP, por dois anos improrrogáveis, conforme Deliberação GT-FCA-77/2011, de 17/08/2011.

Na oportunidade, o GT-FCA deliberou ainda pelo envio do presente processo à Procuradoria Geral para reanálise, solicitando seu encaminhamento posterior à CADI para as providências cabíveis quanto à tramitação da admissão do interessado.

À Procuradoria Geral.

Cidade Universitária de Limeira
11 de outubro de 2011



Marcelo K Nobel
Prof. Dr. MARCELO KNOBEL
Presidente do GT-FCA



PROCURADORIA GERAL - UNICAMP
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Distrito de Barão Geraldo
 CEP 13083-874 – Campinas – S.P.
 Fone: (19) 3521-4771 / 4772 / Fax: (19) 3289-4245

Fls. n.º 152
 P/E n.º 36 P. 19573/2011
 Rub. P 111

Parecer n.º 3706/2011
Processo n.º 36 P-19573-2011
Interessado: Jose Luiz Pereira Brittes
Assunto: Processo Seletivo. Parte Especial. Prazo de admissão.
 Análise jurídica.

Senhor Procurador de Universidade Chefe

Retornam os autos instruídos com a Deliberação GT FCA nº 112/2011 (fl. 151), por meio da qual o Grupo de Trabalho da Faculdade de Ciências Aplicadas decidiu reiterar a aprovação da admissão do interessado pelo período improrrogável de 2 (dois) anos, solicitando reanálise por parte desta Procuradoria do entendimento constante do Parecer PG nº 2995/2011 (fls. 148/149).

Conforme apontado no referido Parecer, o prazo máximo de admissão do aprovado no processo seletivo para ingresso na Parte Especial do Quadro Docente é de até 6 (seis) anos, podendo a unidade fazer a admissão pelo tempo que julgar conveniente, dentro desse prazo.

O entendimento cuja alteração se solicita é da possibilidade de se contratar por dois anos improrrogáveis.

De fato, a matéria comporta divergência.

Consta do edital que a admissão se fará "pelo prazo de até 06 (seis) anos". Assim, embora o edital preveja um prazo máximo de contratação, 'in abstrato', no momento da admissão efetiva, a Administração avalia o tempo e



PROCURADORIA GERAL - UNICAMP
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Distrito de Barão Geraldo
 CEP 13083-874 – Campinas – S.P.
 Fone: (19) 3521-4771 / 4772 / Fax: (19) 3289-4245

Fls. n.º 153
 P/E n.º 36P 19573 10011
 Rub. 111

forma da mesma, visando atender o interesse público. A admissão por prazo inferior ao máximo permitido, vedando a prorrogação, não fere qualquer direito do candidato, uma vez que o edital não definiu o tempo certo da admissão, mas apenas o seu prazo máximo, isto é 6 anos.

Se os aprovados em concurso público não têm direito líquido e certo sequer de ser contratados, tampouco têm assegurado o tempo da admissão temporária, a qual deve atender o interesse público. Desta forma, a despeito da previsão editalícia quanto ao prazo máximo de admissão, entendo que a Administração pode efetuar a admissão pelo prazo que desejar, compreendido naquele prazo máximo, sem possibilidade de prorrogação até o seu limite. O limite previsto veda admissão além dos 6 anos, mas não aquém.

Sendo assim, revejo meu entendimento constante do Parecer PG nº 2995/2011 (fls. 148/149), quanto à possibilidade de que a admissão na PE se dê pelo prazo de dois anos improrrogáveis.

É o parecer, que submeto à apreciação desta d. Chefia, sugerindo sejam os autos submetidos à d. CADI, para.

Procuradoria Geral, 05 de dezembro de 2011.

Angela de Noronha Bignami
Ângela de Noronha Bignami
 Procuradora de Universidade Assistente

C

CADI	FOLHAS Nº	161
	PROCESSO Nº	36P-19573/11
	RUBRICA	
	DATA	

INTERESSADO

José Luiz Pereira Brittes

PROCESSO Nº	UNIDADE	DEPARTAMENTO	DATA DE RETORNO	DATA DA REUNIÃO
36P-19573/2011	FCA		07/02/2012	15/02/2012
ASSUNTO	NÍVEL	REGIME	PQ	PERÍODO
Admissão na PE	MS-3	RTP com extensão para RDIDP	PE	02 anos

COM DESTAQUE () SEM DESTAQUE (X) anexar fls.

PARECER DO RELATOR

Trata-se do processo de admissão do Dr. José Luiz Pereira Brittes na Parte Especial do quadro docente, nível MS-3 em RTP com extensão para RDIDP, na Área de Engenharia - Projeto da Faculdade de Ciências Aplicadas - Limeira. O Dr. Brittes foi aprovado em segundo lugar no processo seletivo no. 36P - 14268/2010 realizado nos dias 31/05 e 01/06/2011 para o preenchimento dessa função na PE (Fls. 07 a 10). Em função da desistência do candidato classificado em 1º. Lugar (Fl. 03) nesse processo seletivo, o Dr. Brittes foi convocado a assumir a vaga disponibilizada. O processo de abertura para ingresso na vida funcional está instruído com os seguintes documentos: (1) providência de reserva de recursos para atender a admissão do professor no nível e regime solicitados (Fl. 06); (2) documentação pessoal para admissão, incluindo *Curriculum Vitae* atualizado (Fls. 11 a 94); (3) Plano de trabalho com proposta de inserção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na FCA (Fls. 102 a 137). O parecer circunstanciado do Diretor da FCA é favorável ao seu ingresso na PE, dando ênfase a sua inserção na graduação por meio das disciplinas relativas ao processo seletivo (Introdução aos Métodos Numéricos Aplicados à Engenharia, Elementos de Máquinas, Desenho Técnico Assistido por Computador e Resistência dos Materiais), assim como em futuras disciplinas de pós-graduação (Fls. 145 - 146). Além disso, ratifica a adequação do projeto de pesquisa do Dr. Brittes ("GSAPIENS - Gestão SMART aplicada à produção industrial energeticamente sustentável") em atividades de pesquisa e extensão na FCA. O Grupo de Trabalho da FCA também emite aprovação quanto a sua admissão no QD (Fl. 147).

Considerando a condução adequada do processo recomendo a aprovação pela CADI da admissão do Dr. José Luiz Pereira Brittes nas condições originalmente solicitadas pela FCA.

Professora Relator: Roberto Perez Xavier - Instituto de Geociências

Assinatura e Carimbo:

Data: 07/02/2012

Prof. Dr. Roberto Perez Xavier
DGRN/IG/Instituto de Geociências
Matr. 116360

DEVOLVIDO A CADI

EM 08, 02, 12



PARECER CADI - Nº 070 /2012

PROC. Nº 36P- 19573-2011

INTERESSADO: JOSE LUIZ PEREIRA BRITTES

ASSUNTO : Admissão na PE do QD-UNICAMP, conforme Deliberação
Lj/rs CONSU-A-4/2003 - FCA

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, em sessão realizada a 15.02.2012, acolheu, por unanimidade, o parecer do relator, favorável à Admissão na PE do QD-UNICAMP, por 02 anos – improrrogáveis, de JOSE LUIZ PEREIRA BRITTES, para exercer funções no nível MS-3.1, em RTP com extensão para RDIDP, junto a Faculdade de Ciências Aplicadas.

Quanto à extensão de regime de trabalho para RDIDP, à CPDIUEC para manifestação.

Encaminhe-se para providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
15 de Fevereiro de 2012.

Prof. Dr. **RONALDO ALOISE PILLI**
Presidente da CADI

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES****PROC. Nº : 36.P.19573/2011 – 1.1****UNIDADE:** Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp
Área de Engenharia - Projeto**ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PE do QD/UEC**Fls. N.º 172Proc. N.º 36.P.19573/2011 1.1.Rub. Roberto**PARECER-Nº 063/2012**

A COMISSÃO, em Sessão de 20.03.2012, aprovou o ingresso do Sr. **JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), na Função de Professor Doutor, nível MS-3, na PE do QD/UEC, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, antes de iniciar suas funções como docente em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 20 de março de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luis Guillermo Bahamondes".

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nancy Lopes Garcia".

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Marcos Travassos Romano".

Prof. Dr. JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fernando Antonio Santos Coelho".

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Andréa Trevas Maciel Guerra".

Prof.ª. Dr.ª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

PROC. Nº 36-P-5786/12

INTERESSADO: HERTA AVALOS VIEGAS

ASSUNTO : Admissão na Parte Especial, conforme Deliberações Consu-A-02/01, 04/03 e 11/03



Faculdade de Ciências Aplicadas
Cidade Universitária de Limeira
 Telefones: (019) 3701-6650 e 3701-6658

PARECER CIRCUNSTANCIADO SOBRE A ADMISSÃO DA CANDIDATA HERTA AVALOS VIEGAS COMO PROFESSORA DOUTORA - MS-3, JUNTO À PARTE ESPECIAL DO QUADRO DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

A candidata Herta Avalos Viegas foi aprovada em sexto lugar em processo seletivo para preenchimento de 01 função de Professor Doutor, nível MS-3, em RTP, junto à Parte Especial do Quadro Docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Implantada conforme deliberação CONSU-33/2008, a Faculdade iniciou suas atividades em 2009, contando atualmente com cerca de 1900 alunos matriculados nos seus oito cursos de graduação, dentre eles quatro cursos de Gestão, em cuja área insere-se o presente Processo Seletivo.

O processo seletivo foi concluído em 18 de novembro de 2009 nas dependências da Faculdade de Ciências Aplicadas, tendo a candidata Herta Viegas sido classificada em sexto lugar, mediante realização de provas específica, de títulos e de arguição.

A candidata deverá lecionar em disciplinas de graduação tais como: Mercado Financeiro e de Capitais; Gestão Financeira; Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento; Gestão de Sistemas de Produção e de Custos; e Estudos de Marketing e Mercado, conforme explicitado no Edital do referido processo seletivo, além de outras disciplinas relacionadas à área, particularmente aquelas constantes dos processos seletivos referentes aos Editais 03/2010 (Contabilidade I, Contabilidade II, Matemática Financeira, Controladoria e Finanças Corporativas, Comércio e Finanças Internacionais, Análise de Custos), 04/2010 (Marcas e Técnicas de Marketing, Estratégia e Planejamento, Estratégia e Competitividade Internacional, Empresas e Políticas Governamentais) e 06/2010 (Gestão de Sistemas de Logística, Sistemas Integrados de Produção e Distribuição Internacional), em coerência com recurso interposto pela candidata junto à Unicamp (processo 01-P-24919/2010).

A candidata é graduada em Engenharia Agrícola pela UNICAMP, tendo concluído seu curso em 1990. Realizou seu mestrado em Engenharia Mecânica na mesma Universidade, no ano de 1996. O curso de doutorado foi integralmente realizado na Universidade de Hohenheim, Alemanha, entre 2000 e 2004.

Atualmente leciona como professora em tempo integral na Universidade Nacional de Timor-Lorosa'e, UNTL, Timor. É professora afastada da Universidade São Francisco e do Centro Universitário Santana.

Seu currículo apresenta extensa e diversificada atividade docente, tendo ministrado disciplinas tais como Gestão de Materiais; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ecossistemas Naturais e Urbanos; Gestão da Qualidade; Gestão de Processos; Gestão do Agronegócio; Gestão de Custos; Gestão Estratégica; Gestão dos Recursos Materiais e Patrimoniais; Gestão da Produção; Planejamento Urbano e Ambiental; Gestão Empreendedora do Ecnegócio e do Agronegócio; Produção Agropecuária Integrada; Informática Básica; Projeto de Elementos de Máquinas; Resistência dos Materiais; Isostática; Mecânica; e Processamento de Dados.

Como atividade de pesquisa, o currículo da candidata apresenta um projeto em andamento no tema de gestão e recursos hídricos. Sua produção acadêmica inclui um livro publicado em 2004 e 4 trabalhos e 3 resumos em anais de congressos.

Em 2009, por ocasião de sua inscrição no referido processo seletivo, apresentou Plano de Trabalho contendo duas partes: uma sugestão de tema de pesquisa e uma proposta de projeto de pesquisa. A sugestão é apresentada na forma de ementa e, portanto, não conta com informação suficiente para ser aqui avaliada. A proposta de projeto de pesquisa intitula-se "Desenvolvimento de sistema de produção sustentável e modelagem de oleaginosas em rotação com cana-de-açúcar crua, destinadas à produção de biodiesel na Região Centro-Sul" e estaria sob coordenação de pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, Dr. Fábio César Silva. Na proposta a candidata Herta Viegas aparece como pesquisadora/consultora do projeto.

Trata-se de proposta submetida para a alguma fonte de financiamento (não há informação sobre qual é a fonte). O objetivo envolve o estudo do uso de oleaginosas em rotação com cana-de-açúcar visando à produção de biodiesel. Como objetivos específicos a proposta de projeto apresenta: diagnosticar a viabilidade do uso de girassol como rotação; desenvolver tecnologias e recomendações de técnicas agrônômicas para sistemas de rotação de cana com soja e girassol; ajustar o modelo para reforma de canavial; avaliar balanço de nutrientes para os sistemas de rotação; quantificar balanço energético do



sistema cana - oleaginosas; adaptar, validar e transferir tecnologia. Para tanto a proposta estaria dividida em 4 etapas (embora apareçam listadas 5 etapas). As etapas não estão descritas em seus conteúdos.

Considerando o currículo da candidata, bem como a proposta de pesquisa apresentada e levando em conta a decisão judicial constante do processo 01-P-24919/2010 acima referido, que determina a contratação da candidata, proponho sua admissão na PE do QD/UEC da FCA como Professor Doutor, nível MS, em Regime de Tempo Parcial - RTP. Proponho ainda que a candidata, dado o currículo vitae analisado (currículo Lattes atualizado pela própria interessada em janeiro de 2012), submeta relatório de atividades à Unicamp dois anos após seu ingresso como docente na Unicamp.

Faculdade de Ciências Aplicadas, 08 de março de 2012.



Prof. Dr. Sergio Salles-Filho
Diretor



FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
 Cidade Universitária de Limeira

DELIBERAÇÃO GT-FCA Nº 05/2012

Fis. nº	55
Processo nº	
36PC5786-12	
Rubr.	

O Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-044/2011, em sua 19a. Reunião Ordinária, realizada em 13/03/2012, ao analisar a proposta de admissão de Herta Avalos Viegas, aprovada em 6o. lugar em processo seletivo realizado em 17 e 18/11/2009 junto à área de Economia e Gestão, nas disciplinas Mercado Financeiro e de Capitais; Gestão Financeira; Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento; Gestão de Sistemas de Produção e de Custos; e Estudos de Marketing e Mercado, deliberou, por unanimidade, contrariamente à admissão da interessada. Entretanto, para fins de cumprimento de decisão judicial, o GT deliberou também que tal admissão deverá se dar pelo período de 2 anos, em RTP.

Encaminhe-se à CADI, para prosseguimento.

Cidade Universitária de Limeira

13 de março de 2012

Prof. Dr. MARCELO KNOBEL

Presidente do GT-FCA



Secretaria Geral
Universidade Estadual de Campinas

PROC. Nº 36-P-22088/09

INTERESSADO: FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

ASSUNTO : Processo Seletivo conforme o disposto nas Deliberações CONSU-A-04,
A-11 e A-17/03

Fls. nº 105
Proc. nº 36P22088/09
Rubrica

dss

DELIBERAÇÃO CAD-Nº 03/2010

A CAD em sua 242ª Sessão, realizada em 02.02.2010, tomou ciência do Parecer exarado pela CADI-708/09, bem como homologou por unanimidade o Processo Seletivo para admissão de 03 docentes na Parte Especial do QD, nível MS-3, em RTP, pelo prazo de até 06 anos, junto à área de Economia e Gestão, Disciplinas: Mercado Financeiro e de Capitais; Gestão Financeira; Sistema de Informação e Gestão do Conhecimento; Gestão de Sistemas de Produção e de Custos; e Estudos de Mercado e de Marketing, tendo sido habilitadas as candidatas: 1º) Débora Luz de Mello, 2º) Maria Ester Soares Dal Poz, 3º) Solange Maria Corder, 4º) Ieda Kanashiro Makiya, 5º) Muriel de Oliveira Gavira e 6º) Herta Avalos Viegas.

À DGRH para as providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",

03 de fevereiro de 2010

FERNANDO FERREIRA COSTA
Reitor

LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES
Secretária Geral

PROC. Nº 03-P-23145/02

INTERESSADO : ROSANGELA BARROS ZANONI LOPES MORENO

ASSUNTO : Prorrogação do Prazo de Admissão na Parte Especial, conforme Deliberação
CONSU-A-02/01 e 04/03

FOLHAS Nº	124
PROCESSO Nº	03p. 02
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>
DATA	/ / 20

INTERESSADO

ROSANGELA BARROS ZANONI LOPES MORENO

PROCESSO Nº	2.1	UNIDADE	FEM	DEPARTAMENTO	Engenharia de Petróleo	DATA DE RETORNO	/ / 20	DATA DA REUNIÃO	/ / 20
ASSUNTO	Prorrogação na PE e RA			NÍVEL	MS-3.1	REGIME	RDIDP	PQ	PE
								PERÍODO	05 / 2009 a 09 / 2011

COM DESTAQUE SEM DESTAQUE

anexar fls. 118; 120; 121

Pareceres			Produção Intelectual	
Anterior CADI: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Observações: █	Aprovado com restrições <input type="checkbox"/>	Reprovado <input type="checkbox"/>	Artigos Periódicos Internacionais Indexados: Publicados: 01 Aceitos:	
CEG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Total de turmas: █ Observações: █	Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Total de alunos: █ Carga horária semanal: █	Reprovado <input type="checkbox"/>	Artigos Periódicos Nacionais Indexados: Publicados: 00 Aceitos:	
CPG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Total de disciplinas: █ Observações: █	Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Total de alunos: █ Carga horária total: █	Reprovado <input type="checkbox"/>	Artigos Congressos Internacionais: Publicados: 05 Aceitos: 04	
COREME: Aprovado <input type="checkbox"/> Carga horária semanal: █ Observações: █	Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/>	Reprovado <input type="checkbox"/>	Artigos Congressos Nacionais: Publicados: 05 Aceitos: 03	
CD: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Observações: █	Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/>	Reprovado <input type="checkbox"/>	Livros publicados: Capítulos livros: Publicados: Aceitos:	
Congregação: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Observações: █	Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/>	Reprovado <input type="checkbox"/>	Produção artística: Outros:	
Orientação/Supervisão: Pós-Doutorado: Doutorado: Concluídos: 00 Em andamento: 01 Mestrado: Concluídos: 00 Em andamento: 10 IC (lano): Concluídas: 04 Em andamento: 03 PED, PAD, outros: Concluídos: 02 Em andamento: 02			Projetos com financiamento: Concluídos: Em andamento:	
Atividade administração: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Chefias: Representações: 01			Projetos sem financiamento: Concluídos: 02 Em andamento: 03	
			Bancas: █ Agência de fomento: 03 Revistas: 06 Sociedades: Outros:	
			Atividade extensão: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações: Cursos extensão: 01 Carga horária total: █	

PARECER DO RELATOR

Trata-se o presente parecer da Prorrogação na PE do QD-UNICAMP e Relatório de Atividades da Profa acima mencionada. Ambos os casos foram aprovados em todas as instâncias da UNIDADE.

Quanto ao item Prorrogação, a professora apresenta Plano de trabalho e pesquisa o qual foi aprovado pelo relator do departamento, aprovando, por conta disso, a renovação do contrato da professora, e cujo parecer se encontra à página 118 do referido processo e o qual peço para ser anexado para circunstanciar este parecer. A prorrogação da admissão da professora é a partir de 08/05/2012, por mais 03 anos, na parte especial do QD, na função de professor doutor MS3-1, em RDIDP. O plano de pesquisa contempla atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

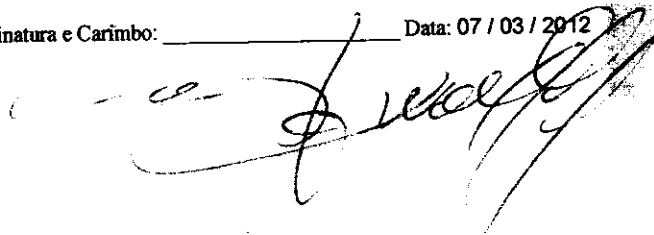
Quanto ao Relatório de atividades no período, o mesmo também foi aprovado. Sugiro anexar páginas 120 e 121 do processo.

Sendo assim, opino favoravelmente à aprovação da prorrogação e do RA da professora.

Professor Relator: Maria R. Wolf Maciel

Assinatura e Carimbo: _____

Data: 07 / 03 / 2012




PROF. DRª MARIA ROSA WOLF MACIEL
Professor Titular MS-6
Matrícula 233480
DOPPECAUNICAMP

DEVOLVIDO A CADI

EM: 07/03/12



Fls. 126
 PROC. Nº 03P-23145-2002
 Rubrica 

PARECER CADI - Nº 123/2012

PROC. Nº 03P-23145-2002

INTERESSADA: ROSANGELA BARROS ZANONI LOPES MORENO

ASSUNTO : Prorrogação de Contrato na Categoria PE - FEM

ljfa

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, em sessão realizada a 14.03.2012, acolheu por unanimidade o parecer da relatora favorável à Prorrogação de Contrato na Categoria PE do QD-UNICAMP, por 03 anos a partir de 08.05.2012, às funções exercidas por ROSANGELA BARROS ZANONI LOPES MORENO, Professora Doutora, nível MS-3.1 em RDIDP, junto ao Departamento de Engenharia do Petróleo, da Faculdade de Engenharia Mecânica.

Na oportunidade, considerou-se satisfatório o Relatório de Atividades referente ao período de 05.2009 a 09.2011 – fls. 03/19 – 2º vol.

À SECRETARIA GERAL, para providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
 14 de Março de 2012.

Prof. Dr. RONALDO ALOISE PILLI
 Presidente da CADI

PROC. Nº 10-P-29129/08

INTERESSADO : OLIVÂINE SANTANA DE QUEIROZ

ASSUNTO : Prorrogação do Prazo de Admissão na Parte Especial, conforme Deliberação
CONSU-A-02/01 e 04/03

FOLHAS Nº	124
PROCESSO Nº	10p.29129/08
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>
DATA	/ / 20

INTERESSADO

OLIVAINÉ SANTANA DE QUEIROZ

PROCESSO Nº	UNIDADE	DEPARTAMENTO	DATA DE RETORNO	DATA DA REUNIÃO
10P-29129/2008	IMECC	Matemática	/ / 20	/ / 20
ASSUNTO	NÍVEL	REGIME	PQ	PERÍODO
REL. ATIVIDADES + PROR. PE	MS-3.1	RDIDP	PE	07 / 2009 a 11 / 2011

COM DESTAQUE SEM DESTAQUE

anexar fls.

Pareceres	Produção Intelectual
Anterior CADI: Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado com restrições <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Artigos Periódicos Internacionais Indexados: Publicados: 03 Aceitos:
CEG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Total de turmas: 09 Total de alunos: 453 Carga horária semanal: 9,0 Observações:	Artigos Periódicos Nacionais Indexados: Publicados: Aceitos:
CPG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Total de disciplinas: 04 Total de alunos: 37 Carga horária total: 210 Observações:	Artigos Congressos Internacionais: Publicados: Aceitos:
COREME: Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Carga horária semanal: Observações:	Artigos Congressos Nacionais: Publicados: Aceitos:
CD: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Livros publicados: Capítulos livros: Publicados: Aceitos:
Congregação: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Produção artística: Outros: 02
Orientação/Supervisão: Pós-Doutorado: Doutorado: Concluídos: Em andamento: Mestrado: Concluídos: 00 Em andamento: 01 IC (1ano): Concluídas: 01 Em andamento: PED, PAD, outros: Concluídos: 10 Em andamento:	Projetos com financiamento: Concluídos: 01 Em andamento: 01 Projetos sem financiamento: Concluídos: Em andamento:
Atividade administração: Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Chefias: Representações: 01	Bancas: 02 Agência de fomento: Revistas: 01 Sociedades: Outros:
Atividade extensão: Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Observações: Cursos extensão: 0 Carga horária total:	

PARECER DO RELATOR

Trata-se do relatório de atividades e pedido de prorrogação na PE do Prof. Queiroz. O Prof. Queiroz tem publicações em revistas internacionais. Participou em eventos internacionais com apresentação de trabalhos. Ministrou aulas na graduação e pós-graduação. Orientou alunos de IC e está orientando um mestrado. Tem projetos financiados e participou de atividades administrativas. Recomendo a aprovação do relatório e o pedido de prorrogação.


Professor Relator: Douglas S. Galvão (IFGW) Assinatura e Carimbo: *[assinatura]* Data: 05 / 03 / 2012

Prof. Dr. Douglas Soares Galvão
Unicamp – IFGW/DFA-GSONM

DEVOLVIDO A CADI

EM: 09,03,12



Fis. 125
 PROC. Nº 10P-29129-2008
 Rubrica 

PARECER CADI -Nº 124/2012

PROC. Nº 10P-29129-2008

INTERESSADO: OLIVAINÉ SANTANA DE QUEIROZ

ASSUNTO : Prorrogação de Contrato na Categoria PE - IMECC

ljfa

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, em sessão realizada a 14.03.2012, acolheu por unanimidade o parecer do relator favorável à Prorrogação de Contrato na Categoria PE do QD-UNICAMP, por 03 anos a partir de 06.07.2012, às funções exercidas por OLIVAINÉ SANTANA DE QUEIROZ, Professor Doutor, nível MS-3.1 em RDIDP, junto ao Departamento de Matemática, do Instituto de Matemática Estatística e Computação Científica.

Na oportunidade, considerou-se satisfatório o Relatório de Atividades referente ao período de 07.2009 a 11.2011 – fls.82/93.

À SECRETARIA GERAL, para providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",

14 de Março de 2012.

Prof. Dr. RONALDO ALOISE PILLI

Presidente da CADI

PROC. Nº 10-P-16540/07

INTERESSADO : RAFAEL DE FREITAS LEÃO

ASSUNTO : Prorrogação do Prazo de Admissão na Parte Especial, conforme Deliberação
CONSU-A-02/01 e 04/03

FOLHAS Nº	148
PROCESSO Nº	10P-16540/07
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>
DATA	/ / 20

INTERESSADO

RAFAEL DE FREITAS LEAO

PROCESSO Nº	UNIDADE	DEPARTAMENTO	DATA DE RETORNO	DATA DA REUNIÃO
10P-16540/2007	IMECC	Matemática	/ / 20	/ / 20
ASSUNTO	NÍVEL	REGIME	PQ	PERÍODO
REL. ATIVIDADES + PROR. PE	MS-3.1	RDIDP	PE	05 / 2009 a 11 / 2011

COM DESTAQUE SEM DESTAQUE

anexar fls.

Pareceres	Produção Intelectual
Anterior CADI: Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado com restrições <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Artigos Periódicos Internacionais Indexados: Publicados: 02 Aceitos:
CEG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Total de turmas: 11 Total de alunos: 573 Carga horária semanal: 9,2 Observações:	Artigos Periódicos Nacionais Indexados: Publicados: Aceitos: Artigos Congressos Internacionais: Publicados: Aceitos:
CPG: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Total de disciplinas: 02 Total de alunos: 26 Carga horária total: 120 Observações:	Artigos Congressos Nacionais: Publicados: Aceitos: Livros publicados:
COREME: Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Carga horária semanal: Observações:	Capítulos livros: Publicados: Aceitos: Produção artística: Outros:
CD: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Projetos com financiamento: Concluídos: Em andamento:
Congregação: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com recomendações <input type="checkbox"/> Reprovado <input type="checkbox"/> Observações:	Projetos sem financiamento: Concluídos: Em andamento:
Orientação/Supervisão: Pós-Doutorado: <u>Doutorado:</u> Concluídos: Em andamento: <u>Mestrado:</u> Concluídos: 00 Em andamento: 01 <u>IC (1ano):</u> Concluídas: 01 Em andamento: <u>PED, PAD, outros:</u> Concluídos: Em andamento:	Bancas: 03 Agência de fomento: Revistas: Sociedades: Outros:
Atividade administração: Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Chefias: Representações:	Atividade extensão: Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Observações: Cursos extensão: 0 Carga horária total:

PARECER DO RELATOR

Trata-se do relatório de atividades e pedido de prorrogação na PE do Prof. Leão. O Prof. Leão publicações em revistas internacionais. Participou em eventos internacionais com apresentação de trabalhos. Ministrou aulas na graduação e pós-graduação. Orientou alunos de IC e está orientando um mestrado. Recomendo a aprovação do relatório e o pedido de prorrogação, mas gostaria de sugerir ao Prof. Leão uma maior participação institucional e obtenção de projetos financiados.

Professor Relator: Douglas S. Galvão (IFGW) Assinatura e Carimbo: *[assinatura]* Data: 05 / 03 / 2012

Prof. Dr. Douglas Soares Galvão
Unicamp – IFGW/DFA-GSONM



Fls. _____
 PROC. Nº 10P-16540-2007
 Rubrica _____

PARECER CADI -Nº 125/2012

PROC. Nº 10P-16540-2007

INTERESSADO: RAFAEL DE FREITAS LEAO

ASSUNTO : Prorrogação de Contrato na Categoria PE - IMECC

ljfa

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, em sessão realizada a 14.03.2012, analisou o presente processo, o parecer do relator e após discussão em plenário considerou favorável à Prorrogação de Contrato na Categoria PE do QD-UNICAMP, por 03 anos a partir de 25.05.2012, às funções exercidas por RAFAEL DE FREITAS LEAO, Professor Doutor, nível MS-3.1 em RDIDP, junto ao Departamento de Matemática, do Instituto de Matemática Estatística e Computação Científica.

Na oportunidade, considerou-se satisfatório o Relatório de Atividades referente ao período de 05.2009 a 11.2011 – fls.107/117.

À SECRETARIA GERAL, para providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",

14 de Março de 2012.

Prof. Dr. **RONALDO ALOISE PILLI**

Presidente da CADI

PROC. Nº 01-P-1946/83
INTERESSADO : AMNÉRIS ANGELA MARONI
ASSUNTO : Reingresso no RDIDP

Folha: 146
Processo: 01-P-1946/83
Rubrica: [assinatura]

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas/SP- CEP.: 13083-896
TEL (0 XX 19) 3521-1572



DELIBERAÇÃO DA nº 006/11

O Departamento de Antropologia em sua reunião, realizada em 15.06.2011, aprovou a alteração do Regime de Trabalho da Profa. Dra. Amnérís Angela Maroni, a mesma passará do Regime de Turno Completo (RTC) para o Regime de Dedicção Integral à Docência (RDIDP)

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

15 de junho de 2011

Prof. Dr. JOHN MANUEL MONTEIRO
Chefe do Departamento de Antropologia
IFCH/UNICAMP
Matrícula: 252557



Campinas, 03 de agosto de 2011

PROCESSO: 01P-1946/83
INTERESSADO: AMNERIS ANGELA MARONI
ASSUNTO: Extensão de Regime de Trabalho de RTC para RDIDP

PARECER DA CONGREGAÇÃO Nº 128/2011Folha: 147
Processo: 01-P-1946/83
Rubrica: [assinatura]

A CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, em sua 177ª Sessão Ordinária, realizada aos 03 de agosto de 2011, aprovou a alteração do regime de trabalho de RTC para RDIDP, da Profa. Dra. AMNERIS ANGELA MARONI, docente do Departamento de Antropologia.

SIDNEY CHALHOU
Diretor Associado do IFCH/Unicamp
Matrícula: 11602-5

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADA: AMNÉRIS ANGELA MARONI****PROC. Nº: 01.P.01946/1983 – 2.1****UNIDADE:** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia**ASSUNTO: Reingresso no RDIDP, na PS do QD/UEC**

Fls. N.º	150
Proc. N.º	01.P. 1946/83
Rub.	Roberto 21

PARECER-Nº 097/2011

A COMISSÃO, em Sessão de 23.08.2011, analisou o reingresso da Sra. **AMNÉRIS ANGELA MARONI**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), na Função de Professor Doutor, nível MS-3, na PS do QD/UEC, e decidiu retirar de pauta e devolver o processo à Unidade para que se esclareçam tais pontos:

1. O Curriculum Lattes da docente não contém as atualizações das atividades que a docente desenvolve fora da Universidade enquanto RTC.
2. As publicações científicas da docente estão aquém e não refletem o esperado para um docente da UNICAMP, mesmo em RTC.

Encaminhe-se ao IFCH para providências cabíveis, após retorne à CPDI para a análise do reingresso no RDIDP.

C.P.D.I.U.E.C., em 23 de agosto de 2011.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
Presidente

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO

Prof. Dr. MARIA JOSÉ RODRIGUES FARIA CORACINI

Prof. Dr. REGINALDO PALAZZO JÚNIOR

Prof. Dr. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Folha: 151
Processo: 01.P.1946-83
Rubrica: *[assinatura]* 2.1

À Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa
Universidade Estadual de Campinas

Proc. Nº 01.P.01946/1983 – 2.1

Unidade: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Departamento de
Antropologia.

Assunto: Reingresso no RDIDP

Campinas, 05 de outubro de 2011

Em resposta ao parecer Nº 097/2011 exarado por essa Comissão no dia 23/08/2011, esclareço que nas últimas décadas venho trabalhando nas fronteiras de duas disciplinas das Ciências Sociais – em particular a Antropologia – e a Psicanálise. Todas as minhas publicações refletem esse diálogo, difícil diálogo, interdisciplinar. Desde que assumi tempo parcial/RTC, em 2002, publiquei 2 livros; um de meus livros publicados antes dessa data teve em 2005 uma segunda edição. Em 2010 publiquei 5 capítulos de livros, 5 artigos em revistas e jornais especializados nacionais e internacionais. Um desses artigos foi reeditado em publicação que atingiu a expressiva tiragem de 300.000 exemplares. Até 2010, publiquei 4 prefácios de livros.

Todas as Conferências, Simpósios, Congressos, Entrevistas, Encontros de que participei nos últimos anos também testemunham esse diálogo interdisciplinar. Sete alunos defenderam mestrado/doutorado sob minha orientação – de novo, ênfase a qualidade interdisciplinar da orientação –, e dois deles tiveram seus trabalhos – de mestrado e de doutorado – publicados com o selo da FAPESP. Atualmente tenho seis doutorandos – três deles já se qualificaram, e dois estão com suas defesas marcadas até o fim deste ano e começo do ano que vem. Tenho quatro mestrandos – um deles já se qualificou, e os demais deverão fazê-lo nos primeiros meses de 2012. Um aluno da graduação concluiu, nesse período, a iniciação científica, com bolsa do PIBIC. Neste momento estou orientando outros dois alunos da graduação, também com bolsa de iniciação científica, e dois deles já têm artigos publicados. Tenho atualmente 12 alunos na graduação e na pós-graduação sob minha orientação, orientação que – de novo ênfase – é interdisciplinar.



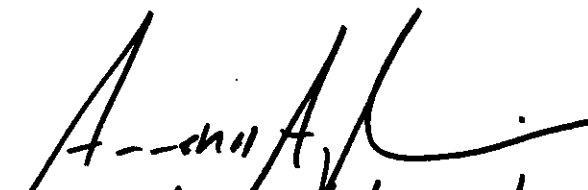
Nesses anos em que assumi RTC nunca deixei de oferecer cursos na graduação e na pós-graduação, no diurno e no noturno. Aliás, no segundo semestre de 2010 ofereci dois cursos: um na graduação e um na pós-graduação. Pelo número de alunos que oriento – e pelo número de alunos que se inscrevem nos meus cursos – posso garantir que sou uma professora-pesquisadora muito valorizada pelos alunos, que não cessam de me convocar para novas orientações.

Solicito da Comissão meu reingresso no RDIDP por vários motivos e, por agora, destaco dois deles:

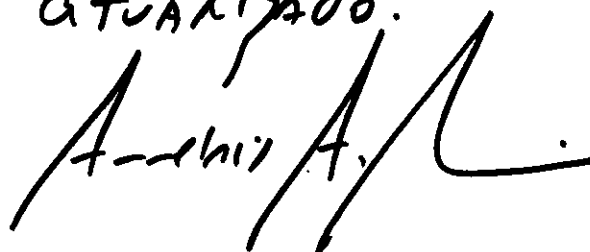
- 1) excesso de trabalho – tenho um número de orientandos na graduação e na pós-graduação absolutamente incompatível com o tempo parcial; e
- 2) finalmente, tenho um plano de trabalho – incluído na minha documentação –, que abrange um diálogo renovado entre Antropologia e Psicanálise.

Sem mais,

Atenciosamente.


 DP/IFCH/Unicamp.

* Obs: Em anexo, encaminho o currículo
lattes atualizado.





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
 DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
 Campinas/SP- CEP.: 13083-896
 TEL (0 XX 19) 3521-1572

Campinas, 06 de outubro de 2011.

OF.DA/IFCH.Nº 034/11

Folha: 174
 Processo: OLP.1946/83
 Rubrica: [assinatura] 2.1

Ilma. Sra.
 Profa. Dra. Nádia Farage
 DD. Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/Unicamp
UNICAMP

Senhora Diretora,

Conforme solicitação da Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, CPDIEC, vimos encaminhar os esclarecimentos fornecidos pela professora Dra. Amneris Angela Maroni.

Nesta oportunidade, observamos que o Plano de Trabalho da professora incide na interface entre Antropologia e Psicanálise, propondo, por um lado, uma leitura antropológica da “área psi”, para usar as suas palavras, e, por outro, colocar sob crítica a construção da própria narrativa etnográfica, tudo isso a partir de seus “cadernos de campo”, da revisita a clássicos da antropologia e do diálogo com uma produção antropológica recente.

Retomamos aqui os propósitos do Plano de Trabalho apresentado pela professora para dizer que são poucos os pesquisadores no Brasil a trabalhar na interface entre estes dois campos de conhecimento, a saber, a antropologia e a psicanálise, e para observar que a professora tem em andamento sob a sua orientação 4 dissertações de mestrado, 5 teses de doutorado e 3 iniciações científicas, conforme pode ser verificado no seu Curriculum Lattes, expressando a demanda existente pela área de atuação da professora nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação que o Departamento de Antropologia oferece.

Sem mais para o momento,
 Atenciosamente,

Profa. Dra. Emilia Prétrafesa Godoi
 Chefe do Departamento de Antropologia
 IFCH/UNICAMP
 Matr. 25253-1

*Subscrito, integralmente,
 a manifestação da Sra.
 chefe da Antropologia.*

*Encaminhe-se à CPDIEC, para análise,
 tendo em vista os esclarecimentos feitos.
 IFCH, 06.10.11*

Nádia Farage

Profª. Drª. Nádia Farage
 Diretora
 IFCH - Unicamp
 Matr. 11889-3

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADA: AMNÉRIS ANGELA MARONI****PROC.Nº : 01.P.01946/1983 – 2.1****UNIDADE:** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia**ASSUNTO: Reingresso no RDIDP, na PP do QD/UEC**

Fls. N.º	175
Proc. N.º	01.P. 1946/83
Rub.	Roberto 2.1

PARECER-Nº 048/2012

A COMISSÃO, em Sessão de 14.02.2012, analisou a documentação solicitada em seu Parecer-Nº 097/2011, às fls. 15, para o reingresso da Sra. **AMNÉRIS ANGELA MARONI**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), na Função de Professor Doutor, nível MS-3, na PS do QD/UEC, e faz o seguinte destaque:

1. Na versão atualizada do Curriculum Lattes da docente, às fls. 153 a 173, não há informações adicionais com relação ao Curriculum Lattes encaminhado anteriormente, confirmando que nos últimos 5 anos não houve publicação de nenhum artigo científico ou livro. Portanto, sua produção está aquém do esperado para um docente da UNICAMP, mesmo em RTC.
2. A Docente vem envidando esforços no sentido de aumentar a sua participação no Departamento e incrementar sua produção científica através da orientação de alunos. Após 2007 a docente apresenta defesa de duas teses de DR (2009 e 2011). Além disso, relata orientar no momento 2 alunos de IC, 4 MS e 5 DR. Entretanto, no período considerado após 2007, nenhuma produção científica foi gerada dessas orientações concluídas e em andamento.

Parecer CPDI nº 048/2012 - Página 1/2

AMM Several handwritten signatures in black ink are present at the bottom right of the page, including one that appears to be 'AMM' and others that are more stylized and illegible.

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



Fls. N.º	176
Proc. N.º	01.P.1946/83
Rub.	Roberto 2.1

Diante do exposto, a CPDIUEC considera que a docente não possui o perfil esperado para um docente em RDIDP e não aprova o reingresso da docente no RDIDP. Considerando os esforços da docente, recomenda-se que uma nova solicitação seja efetuada após haver incremento na sua produção científica.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 14 de fevereiro de 2012.

Profª. Drª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA
Presidenta Substituta

Profª. Drª. NANCY LOPES GARCIA

Profª. Drª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 28-P-27760/09
 INTERESSADO : MARCO TÚLIO OSPINA PATINO
 ASSUNTO : Relatório de Atividades



INTERESSADO: MARCO TÚLIO OSPINA PATINO
PROC.Nº : 28.P.27760/2009 – 1.1
UNIDADE: Faculdade de Engenharia Agrícola
ASSUNTO: Ingresso no RDIDP, na PE do QD/UEC

Fls. N.º 048
 Proc. N.º 28.P.27760/09
 Rub. Ribeiro

PARECER-Nº 181/2009

A COMISSÃO, em Sessão de **22.12.2009**, aprovou o ingresso do Sr. **MARCO TULIO OSPINA PATINO**, no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), na Função de Professor Doutor, nível MS-3, na PE do QD/UEC, nos termos da **Deliberação-CONSU-A-02/01 (D.O.E. de 11.07.2001)**, mediante Portaria do Magnífico Reitor.

A CPDI, após análise do Curriculum Vitae do interessado, considerou o mesmo aquém do esperado para um professor em RDIDP e assim solicita que seja entregue relatório de atividades a esta Comissão em 01.01.2011, para decidir sua manutenção no RDIDP.

A CPDI solicita que o interessado desvincule-se da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP antes de iniciar suas funções em RDIDP na UNICAMP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.

C.P.D.I.U.E.C., em 22 de dezembro de 2009.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES
 Presidente

Prof. Dr. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA

Prof. Dr. PAULO FERREIRA DE ARAÚJO

Prof. Dr. SÉRGIO ROBLES REIS DE QUEIROZ

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO CAMPOS GOMIDE



PROC. Nº 28-P-27760/09

INTERESSADO: MARCO TULIO OSPINA PATINO

ASSUNTO : Admissão na Parte Especial, conforme o disposto nas Deliberações
 CONSU-A-04/03 e 11/03 - FEAGRI

Fls. nº 49
 Proc. nº 28-P-27760/09
 Rubrica

dss

DELIBERAÇÃO CAD-Nº 46/2010

A CAD em sua 242ª Sessão, realizada em 02.02.2010, tomou ciência dos Pareceres exarados pela CADI-737/09 e CPDI-181/09, bem como aprovou por unanimidade a admissão de MARCO TULIO OSPINA PATINO na Parte Especial do QD, para exercer as funções de Professor Doutor, nível MS-3, por 03 anos, em RDIDP, junto à área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural da Faculdade de Engenharia Agrícola.

À DGRH para providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
 03 de fevereiro de 2010


FERNANDO FERREIRA COSTA
 Reitor


LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES
 Secretária Geral

DOCUMENTOS REFERENTES AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO: MARÇO/10 A OUTUBRO/10



Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Engenharia Agrícola
Conselho Integrado de Planejamento e Gestão



Campinas, 01 de dezembro de 2010.

PARECER

Relatório de Atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, referente ao período de março a outubro de 2010.

A Universidade Estadual de Campinas publicou edital para preenchimento de Função de Professor Doutor MS-3, em RTP, na Parte Especial do Quadro Docente da Unicamp, pelo período de três anos, na Área de Administração e Desenvolvimento e Sustentabilidade Rural em 31 de julho de 2009.

A Comissão Julgadora instituída para seleção pública das provas e títulos para preenchimento da referida função, declarou o Prof. Dr. Marco Túlio como o primeiro colocado, em 04 de novembro de 2009.

O Conselho Integrado de Planejamento e Gestão da Faculdade de Engenharia Agrícola avaliou e aprovou o projeto de pesquisa e plano de atividades propostas pelo Prof. Dr. Marco Túlio como compatível para atuar por três anos em RDIDP, em 11 de novembro de 2009.

A Congregação da Feagri aprovou o parecer circunstanciado do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão sobre a proposta de trabalho do Prof. Dr. Marco Túlio, indicando o regime de tempo integral por três anos, em 18 de novembro de 2009.

A CADI avaliou o processo do Prof. Marco Túlio e manifestou-se favorável à admissão do docente na PE do QD-Unicamp por três anos, em 16 de dezembro de 2009 (Parecer CADI 737/2009)

A CPDIUEC aprovou o ingresso do Prof. Dr. Marco Túlio no RDIDP, nível MS-3 na PE do QD-Unicamp, em 22 de dezembro de 2009 (Parecer CPDIUEC 181/2009), com a seguinte ressalva:

"A CPDI, após análise do curriculum vitae do interessado, considerou o mesmo aquém do esperado para um professor RDIDP e assim solicita que seja entregue um relatório de atividades a esta comissão em 01.01.2011, para decidir sua manutenção no RDIDP."

A CAD aprovou por unanimidade e sem ressalvas a admissão do Prof. Dr. Marco Túlio no PE do QD-Unicamp em RDIDP por três anos, em 03 de fevereiro de 2010 (Parecer CAD 46/2010).

O referido docente iniciou efetivamente suas atividades na Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp em 01 de março de 2010. Não tem economizado esforços para se integrar e colaborar com a Faculdade.

Devido a sua data de ingresso, a atuação na pós-graduação da Feagri teve início somente em agosto de 2010. O docente foi responsável pela disciplina AP520 (Economia Agroalimentar), no segundo semestre de 2010, com 100% da carga didática. Abriu três vagas no processo seletivo de mestrado, que está em curso. Desta forma, ainda não possui orientados nos programas de pós-graduação da Feagri, decorrência dos prazos institucionais e não de sua própria vontade.

No ensino de graduação, foi responsável por duas turmas de FA775 (Economia e Administração Rural), no primeiro semestre de 2010, com 100% da carga didática em ambas. Também foi responsável ou colaborador em sete turmas de FA978 (Projeto Integrado I), durante o segundo semestre de 2010. Possui um estudante orientado em iniciação científica com bolsa PIBIC, a partir de setembro último passado. Já propôs e viu aprovada a criação de uma disciplina eletiva, FA082 (Estratégia e Gestão de Empresas Agropecuárias), que será oferecida a partir do próximo ano. As disciplinas FA720 (Fundamentos de Economia) e FA721 (Engenharia Econômica), de responsabilidade integral do Prof. Dr. Marco Túlio, deverão ser oferecidas a partir de 2011, por força de catálogo. O docente ainda

Fls. Nº. 95
P/E nº 282 3760/09
Rub. 1-1

pretende submeter a criação de mais duas disciplinas eletivas na área de administração e economia rural, antigas demandas de nosso curso de graduação.

Quanto à pesquisa, o docente conta com um projeto aprovado pelo FAEPEX, um projeto submetido ao CNPq e outro a Fapesp. Um quarto projeto foi submetido à Companhia Nacional de Abastecimento após a entrega deste relatório. É colaborador na área de análise econômico-financeira em dois projetos junto à CPFL. Possui seis artigos submetidos a periódicos que ainda não foram avaliados, dois internacionais e quatro nacionais.

O Prof. Dr. Marco Túlio é colaborador em um curso de extensão da Feagri que se encontra em andamento. Colaborou intensamente nas atividades desenvolvidas pela Faculdade na UNICAMP de Portas Abertas no corrente ano. Apesar de não constar de seu relatório, destaco a participação do docente no recente processo de atualização das linhas de pesquisa da Faculdade, mais especificamente nas alterações realizadas na Área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural.

Considero que o trabalho do docente no decorrer destes poucos meses foi intenso e produtivo, o que justifica plenamente a manutenção do RDIDP.

Humildemente, gostaria de expressar uma pequena reflexão com o objetivo de colaborar para futuras avaliações da CPDIUEC. Chamou-me a atenção neste caso em particular — e com muita estranheza — a utilização do curriculum vitae do candidato como argumento para acompanhar suas atividades. A afirmação de que a vida pregressa de um docente, expressa em seu curriculum vitae, está *“aquém do esperado para um professor RDIDP”* só faz sentido para as situações em que o docente já desenvolvia trabalho em regime integral e com dedicação exclusiva. Acredito que não seja este o caso. Assim, considero que a proposta de trabalho encaminhada pelo docente e avaliada positivamente por diversas instâncias na Faculdade de Engenharia Agrícola seria, por si, suficiente na avaliação do RDIDP indicado para sua realização.

Infelizmente não foi possível comparar adequadamente o plano de trabalho proposto pelo Prof. Dr. Marco Túlio, elaborado para TRÊS ANOS, com as atividades desenvolvidas nos somente SETE MESES efetivos contidos neste relatório. Chego mesmo a questionar a eficácia da solicitação de um relatório de acompanhamento com um prazo tão reduzido. De certo, ao cabo dos primeiros três anos de atividade, o futuro relatório do docente permitirá esta comparação de modo mais efetivo.



Prof. Dr. Mauro José Andrade Tereso



Fis. Nº. 93
 P/E nº 28-P 27/10/09
 Rub. 1.1

PARECER FEAGRI CG 194/2010

Assunto: Relatório de Atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino - período de **03/2010 a 10/2010**.

Referência: MEMO.FEAGRI.SAM.Nº110/2010

A Comissão de Ensino de Graduação, reunida em 10 de novembro de 2010, analisou as atividades desenvolvidas pelo docente no período de **03/2010 a 10/2010** tendo constatado que ele ministrou **02** disciplinas distintas, de um total de **09** oferecimentos, perfazendo uma carga didática de **6,8** horas semanais, conforme detalhamos no quadro abaixo.

SIGLA / Turma	NOME DA DISCIPLINA	Carga horária da disciplina	Período	% Parâ.	Horas Semanais	Avaliação Disciplina	
FA775/A	Economia e Administração Rural	60	1S/2010	100	60	R	(+)(.)
FA775/B	Economia e Administração Rural	60	1S/2010	100	60	R	(+)(.)
FA978/S	Projeto Integrado I	30	1S/2010	80	24	C	(.)(*)
FA978/A	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R	(.)(*)
FA978/D	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R	(.)(*)
FA978/J	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R	(.)(*)
FA978/L	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R	(.)(*)
FA978/2	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R	(.)(*)
FA978/6	Projeto Integrado I	30	2S/2010	73	21	C	(.)(*)

(*) Docente não avaliado por não atingir carga superior a 20%
 (+) Único docente
 (.) Disciplina ministrada pela primeira vez
 (*) Disciplina não avaliada

(R) Responsável pela disciplina
 (C) Colaborador na disciplina
 (T) Docente não avaliado
 (a) Avaliação em tramitação

Dentro da relação de contribuições sugeridas pela Comissão de Graduação, foram constatadas as seguintes atividades:

- **Orientação/Treinamento:** orienta 01 discente nas atividades relacionadas ao Programa de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.
- **Eventos do Ensino de Graduação:** colaborou nas atividades da UNICAMP de Portas Abertas – UPA - 2010.



Fls. Nº. 98

P/E nº 28-P-27260/09

Rub. 09 L=1

- **Contribuição ao Ensino de Graduação:** criou 01 disciplina eletiva, a saber:

SIGLA / Turma	NOME DA DISCIPLINA	Carga horária da disciplina	% Partic.	Horas Semanais	Tipo de Participação	
FA082	Estratégia e Gestão de Empresas Agropecuária	30	100	30	R	(.)

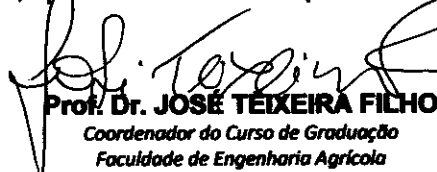
Enfatizamos que o docente assumiu integralmente a responsabilidade pelo oferecimento de 03 disciplinas obrigatórias, a saber:

SIGLA / Turma	NOME DA DISCIPLINA	Carga horária da disciplina	% Partic.	Horas Semanais	Previsão de Participação	
FA775	Economia e Administração Rural	60	100	60	R	(+)
FA720	Fundamentos de Economia	30	100	30	R	(+)
FA721	Engenharia Econômica	30	100	30	R	(+)

Após análise detalhada do relatório do Prof. Dr. Marco Túlio a Comissão de Graduação manifesta-se contrária ao parecer nº 181/2009 no qual solicita a entrega do relatório anual do professor. A CG entende que o Prof. Dr. Marco Túlio foi submetido à avaliação de uma Banca Examinadora tendo sido aprovado em todas as instâncias desta unidade de ensino, bem como da Universidade. Esta banca teve autonomia para decidir dentre os candidatos qual deles apresentava melhores condições para assumir o cargo de Professor Doutor, no nível MS-3. A decisão do parecer número 181/2009 coloca em dúvida a decisão da comissão designada para o concurso. O Professor Marco Túlio tem atendido todas as expectativas da unidade e o prazo reduzido do relatório de um ano não é adequado para avaliação das atividades acadêmicas, pois a atividade na universidade demanda tempo superior a um ano para sua efetiva conclusão.

Assim a CG reafirma as conclusões da banca examinadora, quanto aos méritos da indicação de contratação do professor considerando que neste pequeno prazo do relatório ele demonstrou a excelência de suas atribuições didáticas.

Face ao exposto, aprovamos o relatório apresentado pelo docente.


Prof. Dr. JOSÉ TEIXEIRA FILHO
 Coordenador do Curso de Graduação
 Faculdade de Engenharia Agrícola
 FEAGRI/UNICAMP
 Matrícula 117251

**Parecer - CPG - 00196/2010**

A Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola, reunida em 17 de novembro de 2010, analisou a documentação referente ao relatório de atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, correspondente ao período de março a outubro de 2010.

No período de abrangência do relatório, o docente submeteu 06 artigos para publicação (02 - Internacional e 04 - Nacional) e está aguardando resposta sobre o aceite para publicação.

Foi responsável pela disciplina AP520- A - Economia Agroalimentar no 2º Semestre de 2010.

O docente abriu 03 vagas no Processo Seletivo de Mestrado 2011 e teve 02 candidatos inscritos que estão na fase final do Processo.

Considerando que o Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino iniciou suas atividades na Pós-Graduação em 08/2010, a comissão de Pós-Graduação da FEAGRI considera que seu desempenho está compatível com as expectativas do programa de Pós-Graduação. E desta forma a comissão manifesta-se favorável a aprovação do relatório.

CPG/FEAGRI/UNICAMP, 17 de novembro de 2010

Prof. Dr. ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA
Coordenador de Pós-Graduação
FEAGRI/UNICAMP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
SEÇÃO ADMINISTRATIVA- SAD

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS -CE

Membros:

PROF. DR. ANTONIO LUDOVICO BERALDO
PROF. DR. EDSON EIJI MATSURA
PROF. DR. INÁCIO MARIA DAL FABBRO
PROF. DR. JOÃO DOMINGOS BIAGI
PROF. DR. JOSE EUCLIDES PATTERNIANI
PROF. DR. JOSE TADEU JORGE
PROF. DR. KIL JIN PARK
PROF. DR. LUIZ AUGUSTO BARBOSA CORTEZ
PROFA. DRA. MARLENE RITA DE QUEIROZ
PROF. DR. PAULO SERGIO G. MAGALHÃES
PROF. DR. PAULO MARTINS LEAL
PROF. DR. ROBERTO TESTEZLAF
PROFA. DRA. SONIA M. P. P. BERGAMASCO

PARECER FEAGRI COM. ESPECIALISTAS Nº 206/2010 - SAD

Assunto: Relatório de Atividades (Período de 03/2010 a 10/2010)
Interessado: Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino

A Comissão de Especialistas, ao analisar o Relatório de Atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, MS-3, ressalta as seguintes considerações sobre as atividades desenvolvidas pelo docente:

- Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino ingressou e iniciou suas atividades na Faculdade de Engenharia Agrícola em 01 de março de 2010;
- O relatório de atividades foi aprovado pelo Conselho Integrado de Planejamento e Gestão (CIPG) e pelas Comissões de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola;
- Nos pareceres das Comissões de ensino de Graduação e Pós-Graduação e do relator do CIPG estão informados os indicadores de desempenho do professor;
- Na graduação iniciou no oferecimento de disciplinas obrigatórias do Curso de Engenharia Agrícola no primeiro semestre de 2010. Criou 3 disciplinas eletivas que serão ministradas a partir do primeiro semestre de 2011. Orienta 1 aluno de iniciação científica;
- Na Pós-Graduação iniciou as atividades no segundo semestre de 2010 através do oferecimento de 1 disciplina e solicitou a abertura de 3 vagas no Processo Seletivo de Mestrado 2011 que esta em fase de conclusão;

FEAGRI
27/00/104
11

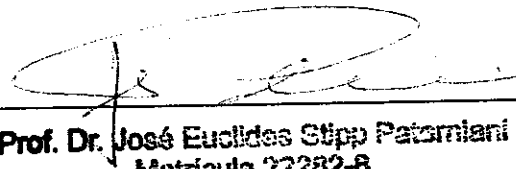
- Nas atividades de pesquisa teve 1 projeto aprovado pelo FAEPEX e encaminhou 3 projetos a agências financiadoras. Submeteu dois artigos a revistas internacionais e quatro á revistas nacionais;
- As atividades de extensão foram como professor colaborador em um curso de extensão;
- Participou de atividades administrativas no âmbito da unidade como membro do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão;
- A Comissão de Especialistas da FEAGRI tomou ciência das observações constantes no Parecer do Professor relator do CIPG com relação à necessidade da apresentação do presente relatório de atividades;

A Comissão após análise das atividades desenvolvidas pelo Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, manifesta-se favorável à aprovação do relatório.

Campinas, 09 de dezembro de 2010.

Comissão de Especialistas da FEAGRI


Prof. Dr. João Domingos Biagi
Matrícula 05312-1
FEAGRI/UNICAMP


Prof. Dr. José Euclides Stipp Patamiani
Matrícula 22282-8
FEAGRI/UNICAMP


Prof. Dr. Edson Eiji Matsura
Matrícula 07033-7
FEAGRI/UNICAMP



61

FL. Nº 102
P. 22362/09
11



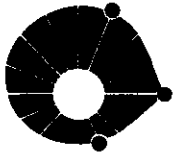
DELIBERAÇÃO CONGREGAÇÃO/FEAGRI - 230/2010

A Congregação da Faculdade de Engenharia Agrícola, em sua 205ª Sessão Ordinária, realizada em 15/12/2010, aprovou o Relatório de Atividades Anual do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, referente ao período de 03/2010 a 10/2010.

FEAGRI , 15/12/2010.



Prof. Dr. DENIS MIGUEL ROSTON
Diretor
Faculdade de Engenharia Agrícola



62

Fl. N° 103
217-3360/04
Rony

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 20 de dezembro de 2010.

Of. nº 1098/2010 – FEAGRI

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Luis Guillermo Bahamondes
Presidente da CPDI

Prezado Senhor,

O Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino foi contratado para desenvolver atividades docentes junto a esta Faculdade em 01/03/2010, sendo que:

- A Comissão Julgadora do processo seletivo para preenchimento da função de professor doutor, realizado em novembro de 2009, indicou como primeiro colocado o Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, considerando ser este o candidato com o perfil adequado;
- A Congregação da FEAGRI aprovou o plano de atividades proposto pelo referido professor, indicando o regime de dedicação integral por três anos;
- A CADI analisou o processo de admissão do referido professor e manifestou-se favorável à admissão do docente na PE do QD-Unicamp, por três anos;
- A CPDIUEC analisou o processo de admissão do referido professor, aprovando o regime de dedicação integral (RDIDP); todavia, baseado em seu currículo e não em seu plano de trabalho, condicionou sua manutenção no RDIDP à análise de relatório de atividades do docente a ser entregue em 01.01.2011, o qual, dado o tempo de trâmite em todas as instâncias da FEAGRI até a CPDIUEC, abrangeria um período de apenas oito meses, ou seja, de 01 de março a 31 de outubro;



- A CAD analisou e aprovou por unanimidade e sem ressalvas a admissão em regime RDIDP por três anos;

Diante do exposto, a Congregação desta Faculdade, em sua 205ª Sessão Ordinária, realizada em 15/12/2010, faz algumas considerações em relação ao processo de ingresso e a avaliação das atividades do docente:

- O uso do currículo do professor para avaliar a pertinência de seu regime de dedicação causou estranheza, pois: (a) deve ser o plano de trabalho, e não o currículo, que indica se há correlação entre o regime de dedicação e a proposta de atividades a ser desenvolvida; (b) julgou, com base na vida profissional progressiva, que o candidato não teria capacidade para atender as exigências do RDIDP, desconsiderando que ele não teve as mesmas condições de trabalho disponibilizadas para um docente da Unicamp, e; (c) conseqüentemente, questionou a competência da Comissão Julgadora, instituída pelo CONSU, para julgar a capacidade do candidato selecionado em atender o perfil do processo seletivo;
- A solicitação de relatório de atividades em período tão exíguo (8 meses) para um docente recém ingresso na Unicamp contribuiu em nada para o bom desempenho da unidade, e nem da universidade, pois: (a) desconsiderou o tempo mínimo necessário para que um docente pudesse apresentar resultados consistentes às suas novas responsabilidades; (b) pressionou demasiadamente o docente recém ingresso, promovendo enormes esforços que poderiam ter sido melhor utilizados; e (c) desconsiderou seu plano inicial de trabalho, particularmente elaborado para um horizonte de 3 anos.

Apesar de considerar desnecessária e improdutiva a solicitação de relatório de atividades em tão curto período, a Congregação desta Faculdade, se alinha ao parecer emitido pelo Conselho, do qual o docente faz parte. Julgou que seu trabalho foi intenso e produtivo no período e considerou-o satisfatório. Além disso, recomenda fortemente à CPDI que solicite novo relatório somente ao final de três anos.



64

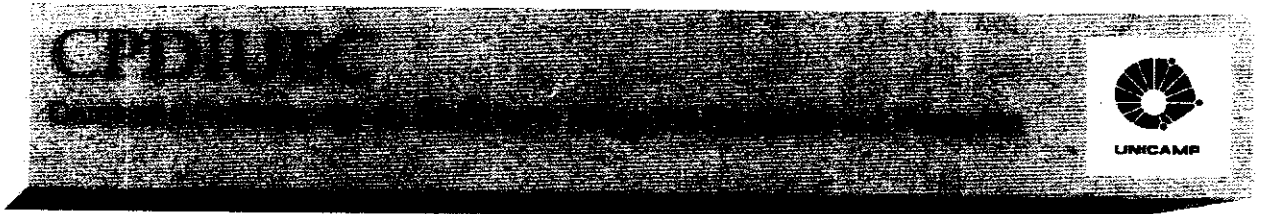
FL. Nº.

105
P 27760/09
1-1



Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Atenciosamente,

Prof. Dr. DENIS MIGUEL ROSTON
Diretor
Faculdade de Engenharia Agrícola
UNICAMP



INTERESSADO: MARCO TÚLIO OSPINA PATINO

PROC.Nº: 28.P.27760/2009 - 1.1

UNIDADE: Faculdade de Engenharia Agrícola

ASSUNTO: Relatório de Atividades

Fls. N.º 106
 Proc. N.º 28.P.27760/09
 Rub. Roberto

PARECER-Nº 015/2011

A COMISSÃO, em Sessão de 18.01.2011, analisou e aprovou o Relatório de Atividades do Sr. MARCO TÚLIO OSPINA PATINO (Professor Doutor, nível MS-3, RDIDP na PE do QD/UEC) no período de março de 2010 a outubro de 2010 e esclarece:

Essas informações constam do Site da Secretaria geral – CPDI.

Conforme Deliberação CONSU A-02/2001, baixada em 27.03.2001, pelo Reitor na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, diz o seguinte:

Artigo 5º :

“A CPDIUEC poderá, sempre que julgar necessário, inteirar-se das atividades que venham sido desenvolvidas pelo docente em RDIDP, mediante entrevista, visita ou solicitação de relatórios especiais”

Artigo 6º -

§ 1º - O Diretor da Unidade enviará a CPDIUEC proposta que deverá conter os seguintes elementos de análise:

1. *“curriculum vitae” atualizado;*
2. *plano de pesquisa;*
3. *informações sobre as atividades didáticas e de extensão, se for o caso, a serem desenvolvidas;*
4. *declaração do interessado de que, enquanto RDIDP, não exercerá outro cargo, função ou atividade, mesmo que não remunerada, de caráter público ou particular, a não ser nos casos expressamente autorizados;*
5. *manifestação, com base em parecer circunstanciado sobre o plano de pesquisa, aprovada pelo Conselho de Departamento e pela Congregação”*

Na portaria GR129/79 baixa o Regulamento Interno da Comissão de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas.

Artigo 3º - Compete a CPDIUEC:

- I. *fiscalizar o cumprimento das obrigações próprias do regime;*
- II. *julgar as propostas de aplicação do regime;*
- III. *apurar, antes do término do estágio de experimentação, a conveniência ou não da manutenção no regime, em cada caso;*
- IV.
- V.
- VI.
- VII. *dirigir-se diretamente a qualquer autoridade ou servidor a fim de obter informações e elementos de que necessite;*
- VIII. ..
- IX. *praticar outros atos necessários ao cabal desempenho de suas atribuições.*

A CAD baseada nos Pareceres exarados pela CADI 737/09 (aprova para exercer as funções em nível MS-3 em RTP) e CPDI 181/09 (aprovou o ingresso em RDIDP, mas solicitou relatório de atividades a ser apresentado em 01.01.2011), aprovou o ingresso por 03 anos.

Esclarecendo a reflexão sugerida às folhas 95 – último parágrafo - exarado pelo Professor Mauro Jose Andrade Tereso:

Deliberação CONSU A-02/2001

Artigo 5º:- “A CPDIUEC poderá, sempre que julgar necessário, inteirar-se das atividades que venham sido desenvolvidas pelo docente em RDIDP, mediante entrevista, visita ou solicitação de relatórios especiais”

Artigo 6º -

§ 1º - O Diretor da Unidade enviará a CPDIUEC proposta que deverá conter os seguintes elementos de análise:

- I. “curriculum vitae” atualizado;

Portaria GR-129/79

Artigo 3º Compete a CPDIUEC

- I. ...
- II.
- III. “apurar, antes do término do estágio de experimentação, a conveniência ou não da manutenção no regime, em cada caso:”

Esclarecendo o item 4º do Of. 1098/2010 – FEAGRI (Fls. 103.)

Não é de competência da CPDI analisar o processo de admissão do Professor.

A CPDI “Comissão de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas” que é um órgão da Reitoria, é a Comissão que tem como competência analisar e fiscalizar a extensão do regime de trabalho para o RDIDP. Para tanto a CPDI, conforme já descrito no início deste Parecer utiliza os documentos exigidos na Deliberação CONSU-A-02/2001 em seu Artigo 6º.

Entendemos que o tempo é exíguo para apresentar relatório. Ele apresenta 6 artigos e 3 projetos submetidos, sendo assim solicita-se a apresentação de um Relatório de Atividades em 01.12.2011, onde apresente progresso das atividades iniciadas.

Como o intuito da CPDI não é julgar e sim orientar, na ocasião da análise achou por bem solicitar o Relatório de Atividades para acompanhar as atividades já iniciadas pelo professor.

Encaminhe-se a Faculdade de Engenharia Agrícola para ciência.
C.P.D.I.U.E.C., em 18 de janeiro de 2011.

Prof. Dr. LUIS GUILLERMO BAHAMONDES

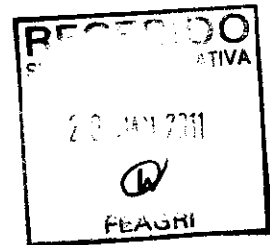
Presidente

Prof.ª. Dr.ª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

Prof. Dr. REGINALDO PALAZZO JÚNIOR

Prof.ª. Dr.ª. NANCY LOPES GARCIA

Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO



DOCUMENTOS REFERENTES AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO: NOVEMBRO/10 A OUTUBRO/11



Fis. nº 125
P/E nº 823-9-27766-09
Rub. 8 1.1

PARECER FEAGRI CG 109/2011

Assunto: Relatório Anual de Atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino - período de 11/2010 a 10/2011.

Referência: MEMO.FEAGRISAM.Nº 063/2011

A Comissão de Graduação, reunida em 21 de setembro de 2011, analisou as atividades ligadas ao ensino de graduação, desenvolvidas pelo docente no período de 11/2010 a 10/2011 tendo constatado que ele ministrou **05** disciplinas distintas, de um total de **22 ofercimentos**, perfazendo uma carga didática de **16,9** horas semanais, conforme detalhamos no quadro abaixo:

COD. DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	Carga Horária	Período	% Avaliada	Horas Semanais	Observações
FA978/A	Projeto Integrado I	30	2S/2010	80	24	R (♦)
FA978/D	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R (♦)
FA978/J	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R (♦)
FA978/L	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R (♦)
FA978/2	Projeto Integrado I	30	2S/2010	27	8	R (♦)
FA978/6	Projeto Integrado I	30	2S/2010	24	7	C (♦)
FA072/3	Projeto Integrado II	30	1S/2011	20	6	R (♦) (-)
FA072/7	Projeto Integrado II	30	1S/2011	75	23	R (♦) (-)
FA072/9	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/I	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/J	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/M	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/N	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/O	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/V	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA072/Y	Projeto Integrado II	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA002/A	Engenharia de Irrigação	30	1S/2011	25	8	C (*) (+)
FA775/A	Economia e Administração Rural	60	1S/2011	100	60	R B (+)
FA720/A	Fundamentos de Economia	30	1S/2011	100	30	R B (+) (-)
FA721/A	Engenharia Econômica	30	1S/2011	100	30	R (♦) (+) (-)
FA978/2	Projeto Integrado I	30	1S/2011	80	24	C (♦)
FA978/7	Projeto Integrado I	30	1S/2011	80	24	C (♦)

(*) Docente não avaliado por não atingir carga superior a 20%
(+) Único docente
(-) Disciplina ministrada pela primeira vez
(♦) Disciplina não avaliada

(R) Responsável pela disciplina
(C) Colaborador na disciplina
(T) Docente não avaliado
(*) Avaliação em tramitação

Fls. n.º 126
P/E n.º 2b - P-2776h - 09
Rub. 6 1-1

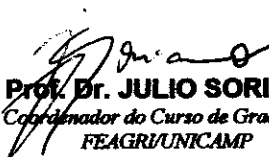
Dentro da relação de contribuições sugeridas pela Comissão de Graduação, foram constatadas as seguintes atividades:

- **Orientação/Treinamento:** realizou 01 orientação de discentes de graduação junto ao Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Atualmente orienta 03 discentes deste curso junto ao Programa de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.
- **Desenvolvimento de Material Didático:** criou a disciplina eletiva FA082 – Estratégicas e Gestão de Empresas Agropecuária.
- **Eventos do Ensino de Graduação:** colaborou nas atividades da UNICAMP de Portas Abertas – UPA/2011.
- **Coordenação de Outras Atividades de Ensino:** supervisionou, em 23 de agosto de 2011, a aplicação de case da empresa Souza Cruz, aos alunos deste curso de graduação.

A Comissão de Graduação, destaca que o docente ministrou integralmente 02 novas disciplinas obrigatórias, do curso a saber: - FA720 -Fundamentos de Economia e FA721 - Engenharia Econômica, ambas no 1º semestre de 2011. Estas disciplinas foram oferecidas pela primeira vez nesta unidade de ensino, conforme sugestão do Catálogo dos Cursos de Graduação da UNICAMP/2008. Colaborou no oferecimento da disciplina eletiva FA002 – Engenharia de Irrigação. Criou 01 disciplina eletiva, FA082 – Estratégicas e Gestão de Empresas Agropecuária a qual foi incorporada ao Catálogo dos Cursos de Graduação de 2011. Atuou intensamente no oferecimento das disciplinas obrigatórias FA978 – Projeto Integrado I e FA072- Projeto Integrado II e também, nas atividades de orientações a iniciação científica à discentes do curso de graduação.

Face ao exposto acima, esta Comissão aprovou o relatório apresentado pelo Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, referente ao período de 11/2010 a 10/2011.

21 de setembro de 2011



Prof. Dr. JULIO SORIANO
Coordenador do Curso de Graduação
FEAGRI/UNICAMP
Matricula 292158

**Parecer - CPG – 00111/2011**

A Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola, reunida em 21 de setembro de 2011, analisou a documentação referente ao relatório de atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, correspondente ao período de novembro de 2010 a outubro de 2011.

No período de abrangência do relatório, o docente publicou 05 artigos completos em Anais de Congresso Nacional. Tem 04 artigos prontos para serem submetidos para publicação em periódicos classificados como A1 e B2 no Qualis. Destacando que o esforço do docente no envio de artigos para publicação em periódicos bem classificados pela CAPES dentro da grande área de Ciências Agrárias I vai contribuir, no futuro, para o índice de publicação do Programa.

Foi responsável pelas disciplinas AP500 – Financiamento do Setor Rural no 1º. Semestre de 2011, AP184 - Estudo Dirigido em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável e AP520- A – Economia Agroalimentar no 2º. Semestre de 2011, totalizando 4,5 de carga didática no período; estando acima da média dos docentes da Unidade (2,0).

O docente iniciou orientação de 02 alunos de Mestrado a partir de março de 2011 e passou a orientar mais uma aluna, a partir de setembro/2011, que trocou de orientador.

Considerando que o Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino iniciou suas atividades na Pós-Graduação em 08/2010, a Comissão de Pós-Graduação da FEAGRI considera que seu desempenho está compatível com as expectativas do Programa de Pós-Graduação e manifesta-se favorável a aprovação do relatório.

CPG/FEAGRI/UNICAMP, 21 de setembro de 2011

Prof. Dr. ZIGOMAR MENEZES DE SOUZA
Coordenador de Pós-Graduação
FEAGRI/UNICAMP



Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Engenharia Agrícola
Seção de Atendimento Multiusuários
6011 - CEP 13.083-875, Campinas, SP
Home Page: www.agr.unicamp.br - Fax: 55-19-3521-1005
Fones: 55-19-3521-2901 / 3521-2904 / 3521-1172



Informação - SAM – 1123/2011

Assunto: Relatório de Atividades – Prof. Marco Túlio.

O Conselho Integrado de Planejamento e Gestão, reunido em 05/10/2011, analisou e aprovou com base no parecer emitido pelo Prof. Jansle Vieira Rocha, o Relatório de Atividades do Prof. Marco Túlio Ospina Patino, referente ao período de Novembro de 2010 a Outubro de 2011.

CIPG/FEAGRI/UNICAMP, 06 de outubro de 2011.

A handwritten signature in black ink, reading "Luiz Henrique A. Rodrigues".

Prof. Dr. Luiz Henrique A. Rodrigues

Vice-Presidente do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão



Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Engenharia Agrícola
Seção de Atendimento Multiusuários
6011 - CEP 13.083-875, Campinas, SP
Home Page: www.feagri.unicamp.br - Fax: 55-19-3521-1005
Fones: 55-19-3521-2901 / 3521-2904



**PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROF. DR. MARCO
TÚLIO OSPINA PATINO, REFERENTE AO PERÍODO DE NOVEMBRO/2010 a
OUTUBRO/2011**

Analisando do Relatório de Atividades do Prof. Dr. MARCO TÚLIO OSPINA PATINO, correspondente ao período de Novembro/2010 a Outubro/2011, fazemos as seguintes observações:

GRADUAÇÃO

O docente ministrou 05 disciplinas distintas, de um total de 22 oferecimentos, perfazendo uma carga didática de 16,9 horas semanais, tendo sido bem avaliado. Ministrou, pela primeira vez, duas novas disciplinas obrigatórias: FA720 – Fundamentos de Economia e FA721 – Engenharia Econômica. Colaborou na disciplina FA002 – Engenharia de Irrigação e criou a disciplina eletiva FA082 – Estratégias e Gestão de Empresas Agropecuárias, incorporada ao Catálogo dos Cursos de Graduação de 2011. Teve atuação destacada no oferecimento das disciplinas obrigatórias FA978 – Projeto Integrado I e FA072 – Projeto Integrado II. No período, o docente orientou 01 discente em atividades relacionadas ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) no qual orienta, atualmente, 03 discentes. Colaborou nas atividades da UNICAMP de Portas Abertas e supervisionou aplicação de “case” da empresa Souza Cruz aos alunos do curso de graduação.

Fls. n.º 130
P/E n.º 2b P-27768 -09
Rub. 6 1-1

PÓS-GRADUAÇÃO

O docente foi responsável e ministrou aulas em 03 disciplinas distintas, com uma carga didática média de 4,5 horas semanais, acima da média dos docentes (2,0). No período, o docente iniciou, em março/2011, e passou a orientar, a partir de setembro/2011, uma aluna que trocou de orientador. O docente publicou, no período, 05 artigos completos em Anais de Congresso Nacional e preparou 04 artigos a serem submetidos para publicação. Foi membro titular de 01 banca de qualificação de mestrado.

PESQUISA

No período o docente realizou projeto de pesquisa no âmbito do FAEPEX/PAPDIC, concluído em agosto/2011, preparou 04 projetos de pesquisa, todos em andamento, sendo um deles submetido ao Edital Universal CNPq e 02 a serem enviadas à FAPESP.

EXTENSÃO

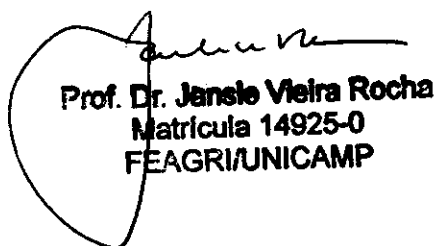
O docente tem duas atividades de assessoria em análise econômico-financeira de projetos junto à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Foi coordenador do Convênio com a Universidade Pública de Navarra, Espanha.

ADMINISTRAÇÃO

É representante titular dos docentes MS-3 junto à Congregação da FEAGRI. Foi, no período de 04/2010 a 08/2011, representante do CIPG junto à Comissão de Pesquisa da FEAGRI, cargo ao qual foi renomeado para o período 08/2011 a 08/2013.

O docente apresenta, ainda uma proposta consistente de atividades de pesquisa para os próximos anos, com a definição de temas para alocação de alunos ingressantes na pós-graduação, o que certamente resultará em mais recursos e publicações para o programa de pós-graduação, numa clara demonstração do seu envolvimento e disposição de contribuir para a melhoria da visibilidade e dos índices de avaliação da faculdade.

Diante do exposto e considerando que, no período de **01 ano**, o docente demonstrou esforço, dedicação e excelente inserção nas atividades da FEAGRI/UNICAMP, torna-se claro o potencial de sua experiência e contribuição para a faculdade, em uma área que oferece cada vez mais oportunidades para os alunos formados. Sendo assim, recomendamos ao Conselho Integrado de Planejamento e Gestão a **APROVAÇÃO** do Relatório de Atividades do Prof. Dr. **MARCO TÚLIO OSPINA PATINO**.



Prof. Dr. Jansio Vieira Rocha
Matrícula 14925-0
FEAGRI/UNICAMP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
SEÇÃO ADMINISTRATIVA- SAD

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS -CE

Membros:

PROF. DR. ANTONIO LUDOVICO BERALDO
PROF. DR. EDSON EIJI MATSURA
PROF. DR. INÁCIO MARIA DAL FABBRO
PROF. DR. JOÃO DOMINGOS BIAGI
PROF. DR. JOSE EUCLIDES PATTERNIANI
PROF. DR. JOSE TADEU JORGE
PROF. DR. KIL JIN PARK
PROF. DR. LUIZ AUGUSTO BARBOSA CORTEZ
PROFA. DRA. MARLENE RITA DE QUEIROZ
PROF. DR. PAULO SERGIO G. MAGALHÃES
PROF. DR. PAULO MARTINS LEAL
PROF. DR. ROBERTO TESTEZLAF
PROFA. DRA. SONIA M. P. P. BERGAMASCO

PARECER FEAGRI COM. ESPECIALISTAS Nº 119/2011

Assunto: Relatório de Atividades (Período de 11/2010 a 10/2011)
Interessado: Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino

A Comissão de Especialistas, ao analisar o Relatório de Atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, MS-3, ressalta as seguintes considerações sobre as atividades desenvolvidas pelo docente:

- Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino ingressou e iniciou suas atividades na Faculdade de Engenharia Agrícola em 01 de março de 2010;
- O relatório de atividades foi aprovado pelo Conselho Integrado de Planejamento e Gestão (CIPG) e pelas Comissões de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola;
- Nos pareceres das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação e do relator do CIPG estão informados os indicadores de desempenho do professor, constando-se uma alta carga de atividades de ensino;
- Na graduação iniciou no oferecimento de disciplinas obrigatórias do Curso de Engenharia Agrícola no primeiro semestre de 2010. Criou 3 disciplinas eletivas que serão ministradas a partir do primeiro semestre de 2011. Orientou 1 aluno de iniciação científica (PIBIC/CNPq), orientando, neste momento, 3 alunos no programa PIBIC/CNPq.;
- Na Pós-Graduação iniciou as atividades no segundo semestre de 2010 através do oferecimento de 1 disciplina, orienta 02 alunos de Mestrado e, por troca de orientador orienta mais uma aluna desde setembro de 2011; além disso solicitou a abertura de 3 vagas no Processo Seletivo de Mestrado 2011 que esta em fase de conclusão;

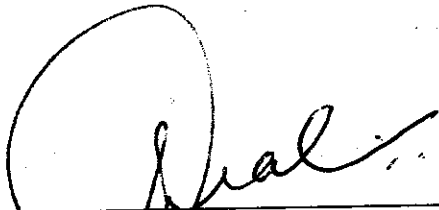
Fis. n.º 133
P/E n.º 28 P-27768-08
Pob. 1.1

- Nas atividades de pesquisa teve 1 projeto aprovado pelo FAEPEX e encaminhou 3 projetos a agências financiadoras. Submeteu dois artigos a revistas internacionais e quatro á revistas nacionais;
- As atividades de extensão foram como professor colaborador em um curso de extensão;
- Participou de atividades administrativas no âmbito da unidade como membro do Conselho Integrado de Planejamento e Gestão;
- A Comissão de Especialistas da FEAGRI tomou ciência das observações constantes no Parecer do Professor relator do CIPG com relação à necessidade da apresentação do presente relatório de atividades;
- A Comissão de Especialistas da FEAGRI entende, após análise deste relatório, ser desnecessário a apresentação de relatórios anuais do referido docente, propondo que a periodicidade seja ampliada. Como sugestão, recomenda-se um período de interstício de 3 (três) anos.

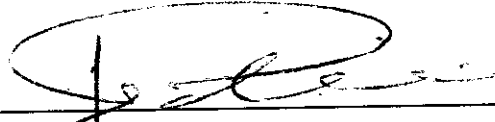
A Comissão após análise das atividades desenvolvidas pelo Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, manifesta-se favorável à aprovação do relatório.

Campinas, 10 de outubro de 2011.

Comissão de Especialistas da FEAGRI



Prof. Dr. Paulo Ademar Martins Leal



Prof. Dr. José Euclides Stipp Paterniani



Prof. Dr. João Domingos Biagi



UNICAMP

78
Fls. n.º 134
P/E n.º 2A-P-27768 09
Rub. 6 1-1

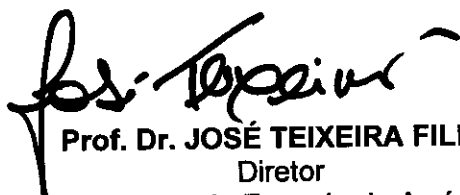
FEAGRI

Faculdade de
Engenharia Agrícola
Unicamp

DELIBERAÇÃO CONGREGAÇÃO/FEAGRI-262/2011

A Congregação da Faculdade de Engenharia Agrícola, em sua 210ª Sessão Ordinária de 2011, realizada em 26/10/2011, aprovou o relatório anual de atividades do Prof. Dr. Marco Túlio Ospina Patino, período de 11/2010 a 10/2011.

FEAGRI , 26/10/2011



Prof. Dr. JOSÉ TEIXEIRA FILHO
Diretor
Faculdade de Engenharia Agrícola

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

**INTERESSADO: MARCO TÚLIO OSPINA PATINO****PROC.Nº: 28.P.27760/2009 - 1.1****UNIDADE: Faculdade de Engenharia Agrícola****ASSUNTO: Relatório de Atividades**

Fls. N.º	135
Proc. N.º	28.P.27760/09
Rub.	Parecer

PARECER-Nº 050/2012

A COMISSÃO, em Sessão de **14.02.2012**, analisou o Relatório de Atividades, do Sr. **MARCO TÚLIO OSPINA PATINO** (Professor Doutor, nível MS-3, RDIDP na PE do QD/UEC) do período de novembro de 2010 a outubro de 2011 e destaca:

1. Os artigos submetidos, descritos em seu relatório às fls. 111 a 124, não constam como aceitos e nem publicados.
2. Os 5 trabalhos completos e resumos publicados em anais de congressos, às fls. 112, do seu relatório de atividades referem-se todos à mesma página, do mesmo volume e do mesmo evento, (vol 1, pp 1-3) conforme detalhado às fls. 123.
3. Em relação aos seus 5 artigos mencionados acima, em seu Curriculum Lattes aparecem como resumos expandidos publicados em anais de congressos, o que diverge do seu relatório de atividades, estando abaixo do esperado para um docente em RDIDP.
4. Os artigos submetidos à publicação do relatório anterior do docente, referente ao período de março de 2010 a outubro de 2010, constante às fls. 80 a 91, não são mencionados no novo relatório, entendendo, assim, esta Comissão, que não foram aceitos.

Parecer CPDI nº 050/2012 - Página 1/2

AM

 The bottom right of the page contains several handwritten signatures. One is a large, stylized signature that appears to be 'AM'. To its right are two other signatures, one of which is more legible and appears to be 'APF'.

CPDIUEC

Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa



Fls. N.º 136
 Proc. N.º 28.P.27760/09
 Rub. Roberto

Conforme os Pareceres anteriores desta Comissão, às fls. 48 e 106 a 108 e análise do novo relatório do docente, a CPDIUEC decide não aprovar o relatório de atividades bem como não aprovar a permanência do docente no RDIDP.

Encaminhe-se à Câmara de Administração para as providências cabíveis.
 C.P.D.I.U.E.C., em 14 de fevereiro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Andréa Trevas Maciel Guerra".

Profª. Drª. ANDRÉA TREVAS MACIEL GUERRA
 Presidenta Substituta

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nancy Lopes Garcia".

Profª. Drª. NANCY LOPES GARCIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Anete Pereira de Souza".

Profª. Drª. ANETE PEREIRA DE SOUZA

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Artur Zaghini Francesconi".

Prof. Dr. ARTUR ZAGHINI FRANCESCONI

PROC. Nº 12-P-4259/12

INTERESSADO : CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO

ASSUNTO : Carreira do Magistério Secundário Técnico - Admissão



UNICAMP



FOLHAS Nº

86

PROCESSO Nº

CAI RUBRIC

DATA

AO PROF(A) PARA EMITIR PARECER E RELATAR

Pedro Faria dos Santos Filho

PRESIDENTE DA CAI (ASSINATURA COM CARIMBO)

PROCESSO Nº 12p 4259/2012	UNIDADE CTC/Ciências	DEPARTAMENTO Matemática	DATA DE RETORNO	DATA DA REUNIÃO
INTERESSADO Cesar Adriano do Amaral Sampaio				DATA DA APOSENTADORIA
ASSUNTO Admissão na Carreira MST	NÍVEL/CATEGORIA	REGIME 20 hs	PQ	PERÍODO

COM DESTAQUE () SEM DESTAQUE (x) anexar fls.

PARECER DO RELATOR

Trata-se do processo de Admissão na Carreira MST do Sr. Cesar Adriano do Amaral Sampaio junto ao Colégio Técnico de Campinas, com jornada de 20 horas semanais. O Sr. Cesar foi classificado em primeiro lugar em um processo seletivo onde se inscreveram 29 candidatos. A necessidade da contratação do Sr. Cesar se justifica em face da aposentadoria da Profª Edna Maria Alves, que lecionava a disciplina de matemática.

A documentação apresentada permite constatar que o processo seletivo foi conduzido com seriedade e transparência, tendo o Sr. Cesar sido classificado em primeiro lugar por unanimidade dos avaliadores. Considerando-se o exposto e em face da disponibilidade de recursos atestada pela DGRH, concordamos com a indicação do candidato Cesar Adriano do Amaral Sampaio e recomendamos a sua contratação de acordo com os critérios adotados pelo Colégio Técnico de Campinas.

RELATOR DA CAI (ASSINATURA COM CARIMBO)

Pedro Faria dos Santos Filho

(*) = significa anexar parecer anterior da CAI

DEVOLVIDO A CAIEM 6.10.2012



PARECER CAI - Nº 025/2012

PROC. Nº 12P.4259-2012

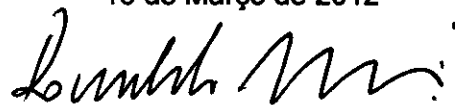
INTERESSADO: CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO

ASSUNTO : Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico - Admissão-
esb CTC

O Senhor Presidente da COMISSÃO AUXILIAR INTERNA, com base no Parecer favorável do Relator, aprova "ad referendum" à homologação à Admissão, de CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO, Professor do Magistério Secundário Técnico, Categoria III, nível H, em jornada de 20 horas semanais, junto ao Departamento de Ciências, do Colégio Técnico de Campinas.

A CADI para apreciação.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
16 de Março de 2012



Prof. Dr. RONALDO ALOISE PILLI
Presidente da CAI



Fis. 88
 PROC. Nº 12P.4259/2012
 Rubrica



PARECER CADI - Nº 263/2012

PROC. Nº 12P. 4259/2012

INTERESSADO: CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO

ASSUNTO: Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico–Admissão-CTC
 est

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, em sessão realizada em 21.03.2012, analisou os pareceres favoráveis exarados pelo relator, CAI-Nº 025/2012 e aprovou, por unanimidade, à Admissão, de CESAR ADRIANO DO AMARAL SAMPAIO, para exercer funções de Professor do Magistério Secundário Técnico, Categoria III, nível H, em jornada de 20 horas semanais, junto ao Departamento de Ciências, do Colégio Técnico de Campinas.

A CADI informa que o parecer da CAI será homologado na próxima reunião que será realizada dia 04.04.2012.

À SECRETARIA GERAL para providências cabíveis.

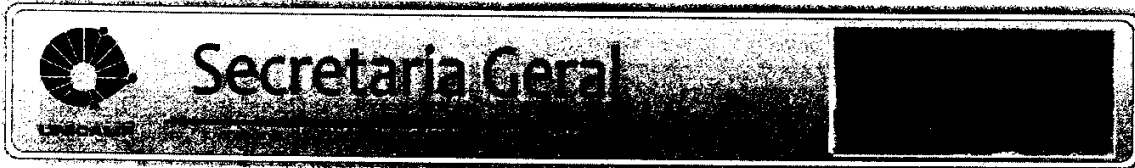
Cidade Universitária "Zeferino Vaz",

21 de Março de 2012

Prof. Dr. RONALDO ALOISE PILLI

Presidente da CADI

PROC. Nº 01-P-5195/12
 INTERESSADO : MAÍSA FALEIROS DA CUNHA
 ASSUNTO : Carreira de Pesquisador – Admissão



Fls. nº 18
 Proc. nº 01-P-28676/10
 Rubrica CA

PROC. Nº 01-P-28676/10

INTERESSADO: NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO

ASSUNTO: Processo Seletivo Público para Carreira de Pesquisador – Parecer Final

trvb

DELIBERAÇÃO CEPE nº 125/12

Fls. n.º 29
 Proc. n.º 01-P-05.1951
 Rub. CA 2012

A CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO em sua 266ª Sessão, realizada em 06.03.2012, homologou, por unanimidade, o Parecer Final exarado pela Comissão Julgadora do Processo Seletivo Público para Carreira de Pesquisador para preenchimento de 01 vaga de Pesquisador Nível C, 40 horas/semanais, área de Demografia Histórica do Núcleo de Estudos de População, ao qual se submeteu a candidata MAÍSA FALEIROS DA CUNHA, tendo sido considerada aprovada e classificada.

À DGRH para as providências cabíveis.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

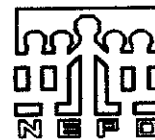
07 de março de 2012


FERNANDO FERREIRA COSTA

Reitor


LÊDA SANTOS RAMOS FERNANDES

Secretária Geral



Fls. n.º 184
Proc. n.º 001-P-28.676/2010
Rub. 01 2010

Conselho Superior

Fls. n.º 33
Proc. n.º 001-P-05.195/2012
Rub. 01 2012

O Conselho Superior do NEPO – Núcleo de Estudos de População, reunido nesta data aprovou a contratação da Dr^a. Maisa Faleiros da Cunha, considerando-se o Resultado Final do Processo Seletivo para Pesquisador (Pq), Nível C, junto à Área de Demografia Histórica do Núcleo de Estudos de População (Processo 01-P-28.676-2010), realizado em 30 de novembro de 2011, no qual ela obteve a nota 8,51, sendo considerada aprovada e classificada. Este resultado foi homologado pela CEPE- Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão em sua 266^a Sessão, realizada em 07 de março de 2012 com publicação no DOE-SP em 15 de março de 2012.

Campinas/SP, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 16 de março de 2012.

Dr^a. Estela Maria Garcia Pinto da Cunha
Matrícula 14.821-1
Coordenadora
NEPO/UNICAMP

PROJETO	101
PROCESSO	01-P-05195/2012
REVISÃO	<i>terceira</i>



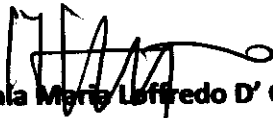
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
 COORDENADORIA DE CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA – COCEN
 Fone: (19) 3521-4911 – Fax: (19) 3521-4912
 www.cocen.unicamp.br



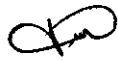
Ciente.

Encaminhe-se à CAD para as providências cabíveis.

COCEN, 16/03/2012.

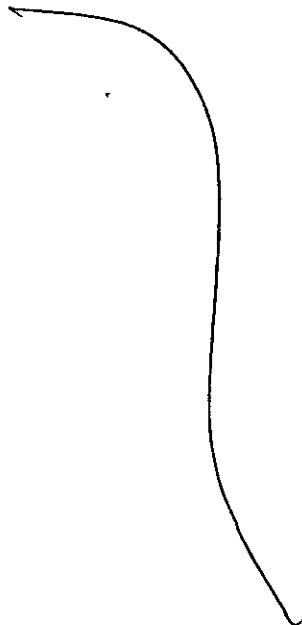

 Profª. Drª. Itala Maria Luffredo D' Ottaviano
 Coordenadora de Centros e Núcleos
 Interdisciplinares de Pesquisa
 COCEN-UNICAMP

À DCA



21.03.12

SECRETARIA GERAL 21 MAR 2012 14:31



PROC. Nº 01-P-5039/09
 INTERESSADO : CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS
 ASSUNTO : Atribuição de Vaga Docente



CIDADE UNIVERSITÁRIA "ZEFERINO VAZ"

Campinas 15 de setembro de 2011



Of. CEL nº 033/2011

Fls. nº 355
 P/E nº 01 P 05039/2009
 Rub. 2

À Pró-Reitoria de Graduação
 Professor Doutor Marcelo Knobel
 Pró-Reitor de graduação

Assunto: Solicitação de vaga para a área de francês do Centro de Línguas da Unicamp

Prezado Senhor:

Após reunião entre Diretoria do Instituto de Estudos da Linguagem, Coordenadorias dos Cursos daquele Instituto e a Diretoria do Centro de Línguas, ocorrida em 18 de agosto, vimos novamente solicitar a Vs^a. o encaminhamento à Comissão de Vagas Docentes - CVD o pedido de uma vaga para a área de Língua Francesa do CEL.

A partir do primeiro semestre de 2011, o CEL passou a contar com somente 3 docentes de francês, número aquém do desejado para atender a demanda da graduação como um todo e insuficiente para o oferecimento obrigatório de disciplinas de francês para os cursos de História (IFCH), Música (IA), Linguística - diurno, Letras - diurno e noturno e Estudos Literários - diurno (IEL).


O IEL não tem como flexibilizar sua grade de horários, cuja configuração atual com relação às disciplinas de língua estrangeiras é:

- para os cursos diurnos – Língua Francesa I, II, III e IV: segundas e quartas-feiras, das 14:00 às 16:00 horas;
- para os cursos noturnos – Língua I e Língua II, terças e quintas-feiras das 19:00 às 21:00 horas, e Língua III e Língua IV, terças e quintas das 21:00 às 23:00 horas.

Como a média de alunos em fase para cursar as disciplinas de língua tem sido de 40 alunos, é necessário oferecer duas turmas para cada disciplina, o que implica um mínimo de quatro docentes de Língua Francesa para atender essa demanda.

Dentro das perspectivas apresentadas, a única solução é a contratação de um quarto docente para a área de Francês, o que permitiria não somente o atendimento a contento do público do IEL, mas também o atendimento da demanda de outros institutos.

Atenciosamente,


 Prof. Raquel Rodrigues Leite
 Diretora
 Centro de Ensino de Línguas
 UNICAMP - Matr. 271799



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
DIRETORIA**

À PRG:

Esta Direção endossa os termos apresentados no Of.CEL nº 033/2011 anexo e manifesta seu total apoio à solicitação de vaga docente para a área de Francês, essencial para ampliar a oferta de disciplinas tanto para o IEL como para as demais Unidades do campus.

O atendimento a essa solicitação trará grande benefício acadêmico, na medida em que a atual estrutura do CEL não tem conseguido contemplar a demanda potencial para cerca dos 500 alunos regulares de Graduação do IEL, além dos demais alunos de Pós-graduação que também procuram cursar disciplinas de Francês e não têm conseguido vagas.

IEL, 20 de setembro de 2011.

Prof. Dra. MATILDE V. R. SCARAMUCCI
Diretora
IEL/UNICAMP
Matr 06897-7



CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS

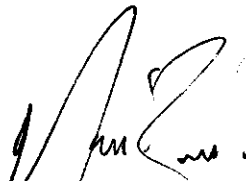
Campinas, 01 de novembro de 2011

À PRG
Ref. Ofício CEL no 033/2011

Prezados senhores:

A Coordenação de Disciplinas do CEL endossa o pedido de vaga docente para a área de Francês nos termos do Of. CEL no 033/2011, esclarecendo que todos os docentes da área cumprem a integralidade de sua carga didática, como será o caso também do docente que eventualmente vier a ocupar a vaga objeto da presente solicitação.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato
Coordenador de Disciplinas de Língua
Centro de Ensino de Línguas
UNICAMP - Matr. 793917




UNICAMP
CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS

Fls. nº 359
P/E nº 01P05039/2009
Rub. (P)

PARECER

O Conselho Deliberativo do CEL, em sua 223ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2011, aprovou por unanimidade o pedido do Ofício CEL nº 33/2011, referente a solicitação de 1 vaga para área de Francês.



Profª RAQUEL RODRIGUES CALDAS
Presidente do Conselho Deliberativo do
Centro de Ensino de Línguas da Unicamp



Fls.

365

Número

01P.05039/2009

Rubrica

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'P' or similar character.

PARECER CVD nº 13/2012**INTERESSADO:** CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUAS - CEL**REF:** Of. CEL nº 033/2011 e Parecer 49/2011 - PRG**ASSUNTO:** Atribuição de vaga docente na carreira DEL

A Comissão de Vagas Docentes – CVD se reuniu em 12/03/2012, com a presença dos(as) Profs.(as) Drs.(as): Edgar Salvadori De Decca (Presidente), Daniel Pereira, Euclides de Mesquita Neto, Marcelo Knobel, Nadia Farage e Paulo Ferreira de Araújo. Justificaram ausência os Profs. Drs. Amir Ordacgi Caldeira e Paulo Sérgio Franco Barbosa, que foram substituídos pelos respectivos suplentes Profs. Drs. Paulo Sérgio Saran e Vivaldo Silveira Júnior.

Após análise da solicitação supra, a CVD aprovou a atribuição de vaga e recurso para admissão de um docente na carreira DEL, em jornada de 40 horas semanais, na categoria e nível correspondentes à titulação do docente a ser contratado, conforme Deliberações CEPE-A-004/1996 e CONSU-A-019/2005, para a área de Língua Francesa.

Encaminhe-se à **CAD** para as providencias cabíveis.

CGU, 15/03/2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Edgar Salvadori De Decca".

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
Comissão de Vagas Docentes – CVD
Presidente

PROC. Nº 01-P-5039/09
 INTERESSADO : COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS
 ASSUNTO : Atribuição de Vaga Docente

Fls. nº 366
 P/E nº 01P.05039/2009
 Rub. (P)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS – COTUCA
 Fone: (19) 3521-9900 / Fax (19) 3521-9925

Campinas, 5 de março de 2012

OF. CTC 040/2012

Ilmo Sr.
 Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca
 Presidente da Comissão de Vagas Docentes – CVD.
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Ref.: Autorização para vaga, recurso e seleção de docente de Língua Espanhola – Humanidades

Prezado Coordenador Geral,

Devido às exigências da Resolução SE nº 5, de 14/02/2010, baseada na Lei Federal 11.161, de 05/08/2005 que tornam obrigatório o oferecimento de ensino de Língua Espanhola pelas escolas públicas de Ensino Médio, vimos à presença de V.Sa. solicitar autorização para a criação de uma vaga para docente de Língua Espanhola neste Colégio Técnico de Campinas, na Carreira Docente do Magistério Secundário Técnico, em jornada de 10 horas semanais, bem como autorização para provimento os recursos orçamentários necessários ao seu oferecimento.

Desde o segundo semestre de 2011 o Colégio Técnico de Campinas tem oferecido essa disciplina em 6 (seis) aulas semanais, em caráter de matrícula facultativa para os alunos, cumprindo a exigência legal. No entanto, esse oferecimento é feito através de contrato temporário de prestação de serviços, cujo pagamento é feito com recursos extraorçamentários da escola, que nem sempre podem estar disponíveis.

Como essa disciplina é de oferecimento obrigatório, solicitamos que, além da vaga e recursos, seja autorizada também a realização de um processo seletivo público para preenchimento da vaga solicitada, na categoria e nível da carreira docente determinados segundo a titulação do docente selecionado, conforme explicita a referida carreira.

Informamos que o Colégio Técnico de Campinas não possui, em seu quadro docente, pessoal disponível para lecionar essa disciplina.

Sendo o que se apresenta no momento, agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

Profa. TERESA CELINA MELONI ROSA
 Diretora Geral
 COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS - COTUCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL
 DE CAMPINAS

05 MAR 2012

CGU 10768

COORDENADORIA GERAL
 DA UNIVERSIDADE



Fls.

36f

Número

01P.05039/2009

Rubrica

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials "P" or "R" inside a circle.

PARECER CVD nº 14/2012**INTERESSADO:** COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS - COTUCA**REF:** OF. CTC 040/2012**ASSUNTO:** Atribuição de vaga docente na carreira MST

A Comissão de Vagas Docentes – CVD se reuniu em 12/03/2012, com a presença dos(as) Profs.(as) Drs.(as): Edgar Salvadori De Decca (Presidente), Daniel Pereira, Euclides de Mesquita Neto, Marcelo Knobel, Nadia Farage e Paulo Ferreira de Araújo. Justificaram ausência os Profs. Drs. Amir Ordacgi Caldeira e Paulo Sérgio Franco Barbosa, que foram substituídos pelos respectivos suplentes Profs. Drs. Paulo Sérgio Saran e Vivaldo Silveira Júnior.

Após análise da solicitação supra, a CVD aprovou a atribuição de vaga e recurso para admissão de um docente na carreira MST, nível C, H ou J, de acordo com titulação do docente a ser contratado, em jornada de 10 horas semanais, para assegurar o oferecimento da disciplina de Língua Espanhola, em atendimento às exigências da Resolução SE nº. 5, de 14/02/2010, baseada na Lei Federal 11.161, de 05/08/2005, que tornam obrigatório o oferecimento do ensino dessa língua pelas escolas públicas de Ensino Médio.

Encaminhe-se à **CAD** para as providencias cabíveis.

CGU, 15/03/2012.

A handwritten signature in blue ink, written over a circular stamp.

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca
Comissão de Vagas Docentes – CVD
Presidente